

RELATÓRIO E CONTAS 2025



[página em branco]

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	9
2025 EM DESTAQUE.....	11
FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO	11
SITUAÇÃO EMPRESARIAL.....	12
LICENCIAMENTO.....	12
OBRAS E EMPREITADAS.....	13
RECONHECIMENTOS/PRÉMIOS.....	13
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	14
SÍNTESE DE INDICADORES.....	23
QUEM SOMOS.....	24
MISSÃO,VISÃO E COMPROMISSOS.....	24
DESCRIÇÃO DA EMPRESA E DA ATIVIDADE.....	26
CADEIA DE VALOR.....	28
AS NOSSAS PESSOAS	28
CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	28
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	37
OS NOSSOS <i>STAKEHOLDERS</i>	37
ORGANIZAÇÃO	38
ESTRUTURA ACCIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS.....	38
AS NOSSAS AMBICÕES DE SUSTENTABILIDADE.....	40
COMPROMISSO DE INTEGRIDADE.....	40
COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE.....	41
O NEGÓCIO	43
ENVOLVENTE	44
CONTEXTO MACROECONÓMICO	44
O SECTOR.....	45
A ENERGIA NO GRUPO ADP	50
CONTEXTO REGULATÓRIO	52
ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO.....	52
ORIENTAÇÕES ESTRATÉGIAS.....	55
ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS	56
ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS.....	57

CIRCUNSTÂNCIAS TRANSITÓRIAS E EXCECIONAIS.....	58
ATIVIDADE.....	59
INTRODUÇÃO.....	59
OUTROS NEGÓCIOS.....	61
ATIVIDADE OPERACIONAL.....	62
GESTÃO DE ATIVOS.....	77
MANUTENÇÃO.....	77
COMERCIAL.....	81
O SISTEMA DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL.....	84
RISCO E CONTROLO.....	88
CONTROLO DE RISCO INTERNO.....	88
GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO.....	93
CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS.....	96
RISCO DE EXPLORAÇÃO.....	97
DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO.....	97
EVENTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO.....	100
EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES.....	101
PERSPETIVAS FUTURAS.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	103
ANEXO I – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA E DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	104
ANEXO AO RELATÓRIO.....	119
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025.....	120
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA.....	122
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL.....	123
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO.....	124
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	125
DEMONSTRAÇÕES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES.....	126
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	127
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	181
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	182

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Feira SANTIAGRO.....	14
Figura 2 – Galardão Bandeira de Ouro.....	15
Figura 3 – Encontro quadros.....	15
Figura 4 – Eventos e parceiras.....	16
Figura 5 – Presença no Festival Naturkids celebrando o Dia Mundial da Água.....	16
Figura 6 – O André e o Pato Real.....	17
Figura 7 – Campanha “Um Conto de Natal”.....	18
Figura 8 – Relações com órgãos de comunicação social.....	19
Figura 9 – Dia Mundial da Água.....	20
Figura 10– Dia Mundial do Ambiente.....	21
Figura 11 – Dia Nacional da Água.....	21
Figura 12 - Indicadores Económicos e de atividade.....	23
Figura 13 –Área de Intervenção.....	27
Figura 14 - Admissões e saídas de trabalhadores em 2025.....	29
Figura 15 - Caracterização de recursos humanos.....	29
Figura 16 - Antiguidade dos Recursos Humanos.....	30
Figura 17 - Distribuição de trabalhadores por género.....	30
Figura 18 - Habilitações académicas dos trabalhadores.....	30
Figura 19 - Distribuição por categoria profissional.....	31
Figura 20 -Variação média de trabalhadores trabalho temporário.....	31
Figura 21 - Taxa de absentismo.....	32
Figura 22 - Evolução do triénio.....	32
Figura 23 - Número de estagiários em 2025.....	33
Figura 24 –Tipologia de exames.....	34
Figura 25 - Exames ocasionais.....	34
Figura 26 - Número de horas de formação.....	35
Figura 27 - Percentagem de participação na formação.....	35
Figura 28 – Organograma.....	37
Figura 29 - PCQA 2025.....	55
Figura 30 –Volumes captados ao longo de 2025.....	62
Figura 31 -Volumes anuais captados - últimos 3 anos.....	62

Figura 32 - Percentagem de Perdas os últimos 3 anos.....	63
Figura 33 - Percentagem de perdas da rede de distribuição ZASA e ZAZILS.....	64
Figura 34 - Percentagem de perdas nos últimos 3 anos, desagregado para as duas redes de distribuição.....	65
Figura 35 - Total de resultados do PCQA 2025	65
Figura 36 - Volumes de água total captada na Estação Elevatória de Ermidas Sado nos últimos 3 anos.....	66
Figura 37 - Evolução do volume de água na Albufeira de Morgavel, ao longo dos últimos 3 anos.....	67
Figura 38 - Volumes produzidos na ETA de Morgavel nos últimos três anos.....	67
Figura 39 - Volume total distribuído nos últimos três anos.....	68
Figura 40 - Percentagem de volumes recolhidos.....	69
Figura 41 - Evolução dos caudais afluentes à ETAR de Ribeira dos Moinhos (2023 a 2025).....	70
Figura 42 - Evolução da população equivalente e a respetiva taxa de cumprimento, no período de 2023 a 2025.....	71
Figura 43 - Evolução da população equivalente e a respetiva taxa de cumprimento, no período de 2023 a 2025.....	72
Figura 44 - Evolução de resíduos confinados no RESIM, no período de 2023 a 2025.....	72
Figura 45 – Execução da empreitada do “Reabilitação do Canal de Ermidas”	76
Figura 46 - Execução da empreitada de " Execução da caixa de medição de caudal, ARU, na Barbuda".....	76
Figura 47 - Empreitada de "Conduta Adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos".....	76
Figura 48 - Empreitada de Execução “Emissário da Petrogal à bacia da ZIP 3 e Bacia de Retenção ZIP3”	77
Figura 49 - Total de ordens de trabalho por área de negócio em 2025.....	78
Figura 50 - Divisão do total de ordens de trabalho por atividades em cada área de negócio.....	78
Figura 51 - Divisão do total de ordens de trabalho por tipo de intervenção	78
Figura 52 - Problemas com manutenção corretiva por tipologia.....	79
Figura 53 - Número de manutenções preventivas por atividade e por área de negócio.....	79
Figura 54 - Volumes fornecidos e faturados por atividade (hm ³ /ton).....	82
Figura 55 - Vendas por atividade (M€).....	83
Figura 56 – Evolução do número total de acidentes de trabalho, total de dias perdidos e número de acidentes com baixa, nos últimos 3 anos.....	85
Figura 57 – Evolução dos indicadores dos índices de frequência e dos índices de gravidade, nos últimos 3 anos.....	86
Figura 58 - Energia AdSA 2025 por período horário.....	86
Figura 59 - Evolução Anual do Consumo de Energia vs Caudal e respetivos consumos específicos.....	87
Figura 60 – Rendimentos e ganhos.....	97
Figura 61 – Gastos.....	98
Figura 62 – Resultados.....	98
Figura 63 – Ativo.....	99
Figura 64 - Capital Próprio.....	99
Figura 65 - Passivo.....	100

Figura 66 - Demonstração da posição financeira.....	122
Figura 67 - Demonstração dos Resultados por naturezas.....	123
Figura 68 - Alterações do Capital Próprio.....	124
Figura 69 - Demonstrações dos fluxos de Caixa.....	125
Figura 70 - Decomposição de caixa e seus equivalentes.....	126
Figura 71 - Ratings.....	126

[página em branco]

MENSAGEM DO PRESIDENTE

FRANCISCO MARIA RAMALHO

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 foi o primeiro ano do mandato conferido pelo acionista aos atuais órgãos sociais, identificando como principal desafio do exercício a revisão e consolidação do plano estratégico da empresa, em consonância com a tutela, por forma a dar resposta ao desenvolvimento esperado na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), num futuro próximo, observando os princípios de gestão sustentável do ciclo da água, vertidos na estratégia nacional “Água que Une”.

Os desafios que se colocam à empresa nos anos vindouros, reclamam, desde logo, a reunião de novas valências ao nível da sua estrutura orgânica, capacitando-a para a concretização de um plano de investimentos particularmente ambicioso e sem paralelo desde a data da sua constituição, plano este que pressupõe, necessariamente, a revisão do atual quadro legal conformador da concessão, incluindo a sua extensão temporal.

Este plano de investimentos terá por objeto duas dimensões claras; investimento na expansão de infraestruturas, com forte ênfase na criação e gestão de duas novas origens de água industrial e, investimento de montante igualmente significativo na reabilitação de infraestruturas existentes, as quais, fruto da sua obsolescência, há muito o reclamam.

Nesta segunda vertente, em 2025 deu-se continuidade a investimentos que se encontravam em curso e lançaram-se novos investimentos, totalizando o investimento na concessão, neste ano, o montante de 4,9 M€ sendo as empreitadas da reabilitação do canal de Ermidas e da execução da nova conduta adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Montes Chãos, as mais significativas.

Naturalmente, o montante dos investimentos de reabilitação em curso, considerando o atual prazo da concessão com término em 2031, tiveram impacto nos resultados do exercício, fruto do constrangimento temporal associado à respetiva amortização.

A Empresa reafirmou, em 2025, a capacidade de adaptação numa conjuntura económica conturbada ao nível económico, social e político, ainda, sob o efeito de uma crise geopolítica de carácter internacional com impacto na indústria. A nossa contínua dedicação em contextos complexos, é uma clara demonstração da resiliência da Empresa, em garantir as condições necessárias para que haja uma adequação rápida e eficaz aos desafios futuros, permitindo que a AdSA evolua continuamente, demarcando-se como uma empresa de referência na região.

A resiliência da empresa e a dedicação ao projeto dos seus recursos humanos ficou bem patente aquando do apagão energético ocorrido em 2025, o qual foi possível ultrapassar sem interrupção dos serviços prestados.

A AdSA, sendo uma empresa com características substancialmente distintas das restantes entidades gestoras do país, presta um conjunto de serviços de abastecimento de água, de tratamento de água residual e de receção de resíduos, cuja diversidade a tornam uma empresa atípica e complexa.

Foca-se, pois, na gestão dos vários sistemas concebidos e construídos ao longo de quatro décadas (e sob a sua gestão desde 2001), para responder a necessidades da sua área de implantação, em termos de abastecimento de água industrial e de água para consumo humano, esta última em alta e em baixa, do tratamento de água residual industrial e urbana, de água residual industrial salina e, ainda, da receção e acondicionamento de resíduos industriais não perigosos no seu aterro.

Ao longo do ano 2025, as notícias da expansão de alguns dos atuais clientes industriais e a contínua manifestação de interesse por parte de novos operadores, que avaliam a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) para sua instalação, constituem boas notícias para o futuro da AdSA, mas também representam novos desafios no que diz respeito ao acréscimo significativo na procura de água e nos restantes serviços ambientais prestados pela AdSA.

As novas perspetivas de crescimento exigem decisões críticas, mas ponderadas, para garantir o nosso papel no desenvolvimento sustentável da região e dos seus clientes, sempre com a preocupação de assegurar a sustentabilidade económico-financeira dos novos investimentos.

Tendo presente o tempo necessário para o desenvolvimento dos projetos e execução das empreitadas, e dada a previsão a curto/médio prazo do aumento de área loteada e infraestruturada, bem como do aumento de consumidores industriais, torna-se premente, para além da intervenção na ETAR de Ribeira dos Moinhos e na ETA de Morgavel, a elaboração e implementação de um plano geral de infraestruturas para toda a área da ZILS, e, em concreto, para as infraestruturas que asseguram a missão da AdSA.

A AdSA prosseguiu ainda a sua estratégia de estabelecer e desenvolver parcerias com as partes interessadas para a prossecução da sua missão. Neste âmbito, destaco e agradeço o trabalho conjunto realizado com os Municípios de Santiago do Cacém e de Sines, com os nossos clientes, com a APA, com a ARH/Alentejo, com a CCDR/Alentejo, com a AICEP Global Parques, com a COMSINES, com a Quercus e com o INCF-Alentejo.

Por último, agradeço a dedicação e empenho dos nossos trabalhadores, assim como o apoio permanente do nosso Acionista (AdP SGPS), pois os resultados alcançados, a transformação e preparação do futuro da empresa só é possível com o envolvimento de todos sem exceção.

2025 EM DESTAQUE

FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

Em fevereiro de 2025, foi publicado o Despacho n.º 2438/2025 dos Ministros das Infraestruturas e Habitação e do Ambiente e Energia e do Secretário de Estado da Economia, com impacto direto na Águas de Santo André, ao reforçar o seu papel na gestão integrada de origens para o fornecimento de água à Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ao antecipar a necessidade de adaptação operacional e de novos investimentos. O despacho surge em resposta à previsão de uma crescente procura de água para uso industrial associada à vaga de investimentos na ZILS conjugada com os cenários de escassez hídrica nas bacias do rio Sado e do rio Guadiana, agravados pelas alterações climáticas. Neste contexto, foi reforçada a necessidade de assegurar a gestão do abastecimento por um único operador na ZILS, garantindo a disponibilização de água potável e para uso industrial, bem como serviços de recolha, tratamento e rejeição de efluentes com tarifas equitativas para as empresas instaladas.

Em abril de 2025, Portugal e a Península Ibérica sofreram um grande apagão energético, causando relevantes dificuldades em vários setores da economia nacional, incluindo a interrupção de comunicações em redes móveis e fixas, paragens nos transportes (comboios, metropolitano), interrupções no abastecimento de combustível, falhas nos semáforos das cidades e sobrecarga nos hospitais, expondo vulnerabilidades na rede elétrica, forçando mais produção a gás e dificultando metas climáticas. Este evento severo destacou a necessidade de reforçar a infraestrutura energética europeia, com relatórios apontando para falhas em cascata.

Esse evento desencadeou impactos diretos nos sistemas de captação, bombeamento e tratamento de água das entidades gestoras, uma vez que a energia elétrica é necessária para a operação contínua de estações elevatórias e unidades de tratamento e distribuição; paralelamente, houve efeitos indiretos na pressão da rede de abastecimento e na continuidade operacional de sistemas urbanos de saneamento, exigindo esforços logísticos extraordinários para mitigar a perda de níveis de serviço regulamentares e assegurar a proteção da saúde pública.

A AdSA, fruto da sua resiliência, consubstanciada também na disponibilidade de equipamentos de suporte à operação mobilizáveis em situação de crise, conseguiu passar com distinção este evento, sem reflexo maior na prestação de serviços essenciais aos seus clientes.

Em abril de 2025, foi submetida a primeira fase do processo de licenciamento da expansão do RESIM, que é a submissão da análise caso a caso, que resultará na decisão de necessidade de elaboração de Estudo de Impacte Ambiental. Este processo ainda continua em análise pela APA, situação que veio agravar o condicionamento de utilização do aterro, muito próximo da sua capacidade máxima, quer pela própria AdSA, quer por entidades externas. Este impasse, para além do impacto operacional, também tem condicionado a atividade económica da empresa.

No mês de outubro, foi submetida à Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental o Estudo de Impacte Ambiental relativo à remodelação da ETAR de Ribeira dos Moinhos, que constitui a base do futuro procedimento de contratação pública de empreitada de conceção-construção, que será lançado no decorrer do ano 2026. Recordar-se que esta empreitada é um dos investimentos prioritários da AdSA, dado que a instalação em causa já se encontra em processo de contencioso comunitário.

No mês de dezembro, e no sentido de corresponder aos desafios previstos no despacho supramencionado, a AdSA lançou o procedimento para a Elaboração do Estudo Prévio e do Estudo de Impacte Ambiental do Reforço do Sistema de Abastecimento de Água à Zona Industrial e Logística de Sines. Estes estudos constituirão a base do modelo integrado de abastecimento de água industrial a partir de origens convencionais e não convencionais.

Um outro facto relevante no exercício teve origem numa vicissitude inesperada no andamento dos trabalhos de uma empreitada crítica para a missão da empresa de fornecimento de água às indústrias da ZILS - a construção da nova conduta adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Montes Chãos – fruto de embargo decretado pelo anterior executivo do Município de Sines, causando atrasos no normal desenvolvimento dos trabalhos e sobrecustos associados, o que, na opinião dos assessores legais da AdSA, foi decidido não considerando pressupostos de facto relevantes e em violação das normas legais aplicáveis. Consequentemente, a gestão, em defesa dos interesses patrimoniais da sociedade, viu-se compelida a, judicialmente, contestar o embargo decretado e obter o ressarcimento dos prejuízos incorridos.

Aponta-se ainda como facto relevante do exercício, agora de sinal positivo, a recuperação dos montantes em dívida do cliente Indorama, de valor substancial.

SITUAÇÃO EMPRESARIAL

Durante o ano de 2025, a Empresa continuou a promover o controlo e racionalização dos gastos operacionais de forma eficaz.

Tendo presente o tempo necessário para o desenvolvimento dos projetos e execução das empreitadas, e dada a previsão a curto/médio prazo do aumento de área loteada e infraestruturada, bem como do aumento de consumidores industriais, torna-se premente, a elaboração e implementação de um plano geral de infraestruturas para toda a área da ZILS, e, em concreto, para as infraestruturas que asseguram o abastecimento de Água Potável (AP); o abastecimento de Água Industrial (AI); a recolha de Águas Residuais Industriais (ARI) e a recolha de Água Residual Salina.

LICENCIAMENTO

No que respeita aos licenciamentos inerentes às várias atividades sob sua responsabilidade, a AdSA dispõe dos seguintes contratos:

- Contrato de Concessão relativo à Utilização dos Recursos Hídricos para Captação de Água Subterrânea do Domínio Público do Estado no Sistema Aquífero de Sines destinada ao Abastecimento Público do Sistema de Abastecimento de Santo André - Contrato Concessão nº 1/CSB/SD/2013
- Contrato de Concessão relativo à Utilização dos Recursos Hídricos para Captação de Águas Superfícies destinadas ao Abastecimento Público e à produção de Energia Hidroelétrica no rio Sado e Albufeira de Morgavel - Contrato de Concessão nº 1/CSP/SD/2009

Em 2022, foi emitida, pela APA/ARH-Alentejo, a Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para descarga de Águas Residuais nº L009603.2022.RH6, relativa à descarga de água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinhos.

Em novembro de 2024, a AdSA recebeu o 1º Averbamento à Licença de Utilização dos Recursos Hídricos acima referida, o qual considera uma derrogação temporária, por um período de 48 meses (enquanto for válida a licença em vigor), relativamente ao cumprimento dos Valores Limite de Emissão dos parâmetros CBO5 e CQO, em vigor desde o dia 4 de outubro de 2023.

Aguarda-se por parte da APA/ARH-Alentejo, a renovação da Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Rejeição de Águas Residuais Salinas nº L013478.2018.RH6, solicitada em 2020.

Em março de 2025, e na sequência do pedido da AdSA para autorização do aumento da cota máxima de exploração da célula do RESIM, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) emitiu, para o RESIM – Gestão de Resíduos Industriais de Santo André (aterro de resíduos não perigosos), o Título Único Ambiental n.º TUA20220111000018.

OBRAS E EMPREITADAS

Neste capítulo destaca-se a conclusão das empreitadas, “Reabilitação do Canal de Ermidas”, destinada a prolongar a vida útil deste ativo, fundamental para transporte de água bruta para a albufeira de Morgavel, eliminando patologias e reduzindo as perdas de água ao longo da mesma, e a “Execução da caixa de medição de caudal, ARU, na Barbuda” que, com a execução de uma nova caixa de medição de caudal permitiu otimizar a medição de caudal no coletor de água residual proveniente da cidade de Sines, e assim assegurar a boa gestão e monitorização desses efluentes.

Consignada em dezembro de 2024, encontra-se a decorrer a empreitada “Conduta Adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos”, com conclusão prevista para o ano de 2026. Com a realização desta empreitada, executar-se-á uma nova infraestrutura, crítica para abastecimento de água industrial ao Pólo industrial da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Encontra-se a decorrer a empreitada para execução do “Emissário da Petrogal à bacia da ZIP 3 e Bacia de Retenção ZIP3”. Com a realização desta empreitada pretende-se assegurar o desvio, em caso de emergência, de caudais industriais não conformes para uma bacia de retenção, e o seu retorno gradual para o sistema de drenagem, protegendo a ETAR de Ribeira de Moinhos a jusante de choques suscetíveis de colocar em causa o normal funcionamento da sua linha de tratamento, bem como o meio ambiente.

Em 2024 tinha sido assinado o contrato e a consignação referente à empreitada “Sistema de Neutralização de Fugas de Cloro da ETA de Morgavel”, com execução prevista para 2025. Durante a execução dos trabalhos, foi comunicado pela Entidade Executante, a sua intenção de resolver o contrato, afirmando que não tinha meios de assegurar a execução dos trabalhos contratuais, tendo culminado na resolução do contrato.

Na sequência do acima exposto, e pela necessidade executar o que estava previsto para a empreitada em causa, que visa a substituição do atual sistema de neutralização de fugas de cloro, e dotar a instalação das normas de segurança em vigor associadas ao armazenamento/ doseamento desse reagente, foi lançado o concurso público com vista à contratação da nova empreitada “Sistema de Neutralização de Fugas de Cloro da ETA de Morgavel”.

Em 2025 foi ainda lançado o concurso público para contratação da empreitada de execução “Substituição da Caixa de Medição de Caudal e Conduta de Água Industrial à Repsol YPF, S.A.” A presente empreitada surge da necessidade urgente de resolver o problema de medição existente no ponto de entrega de abastecimento de água industrial à Repsol YPF, S.A. e assegurar novamente o fecho da malha de água industrial à ZILS Norte, restabelecendo a redundância de funcionamento e consequente resiliência do sistema.

RECONHECIMENTOS/PRÉMIOS

Em 2025, a Águas de Santo André, S.A. foi distinguida com o Selo da Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano, atribuído pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, no âmbito do ENEG 2025 – Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento.

Esta distinção, atribuída a apenas 72 entidades gestoras entre cerca de 300 a nível nacional, reconhece o desempenho de excelência da empresa na gestão do serviço de abastecimento de água. O selo resulta da avaliação de um conjunto rigoroso de indicadores que abrangem a segurança e qualidade da água distribuída, a eficiência na gestão de perdas, a fiabilidade do serviço, a capacidade de resposta às reclamações e a sustentabilidade económica da operação.

A obtenção deste reconhecimento reforça a confiança dos consumidores e evidencia o compromisso contínuo da AdSA com a melhoria dos seus sistemas, a valorização do trabalho técnico e operacional desenvolvido diariamente e a prestação de um serviço público de elevada qualidade, seguro e fiável.

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As atividades de comunicação realizadas ao longo do ano 2025, assentes numa abordagem integrada e colaborativa, tiveram como objetivo a manutenção da imagem e o reforço de identidade, bem como fortalecer as parcerias que têm vindo a ser desenvolvidas, junto dos públicos interno e externo, garantindo o envolvimento da comunidade em práticas sustentáveis e de preservação dos recursos hídricos, alinhando os valores com as metas estabelecidas.

A AdSA atua na região através da Comunicação Externa por meio da Comunicação Institucional, Comunicação Digital e da Educação Ambiental. Ao nível de Comunicação interna, procurando valorizar os recursos humanos que trabalham na AdSA, a empresa mantém as ações que visam estimular o espírito de equipa e coesão de grupo.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional desempenha um papel importante na construção da imagem da AdSA, tanto na promoção de transparência, como na disseminação de informações relevantes através de canais diversos, numa procura constante de estabelecermos uma ponte entre a empresa e a comunidade.

Em 2025, a AdSA concentrou-se em diversas iniciativas que retratamos de seguida.

EVENTOS

Tal como nos anos anteriores, a participação na SANTIAGRO, feira anual organizada pelo Município de Santiago do Cacém, onde a AdSA marcou presença com um novo stand institucional e teve oportunidade de dar a conhecer os projetos da empresa, assim como, através de ações de educação ambiental, promovendo a conscientização sobre a gestão responsável da água e a importância da preservação dos recursos hídricos.



Figura 1 – Feira SANTIAGRO

Outra cerimónia que merece especial destaque é a distinção com a bandeira “Qualidade de Ouro 2025,” atribuída pela Quercus.

Este galardão é um reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Águas de Santo André e pela Câmara Municipal de **Santiago do Cacém**, na área do ambiente e, valorizando o trabalho realizado pela AdSA no tratamento de águas residuais, atividade fundamental para restituir ao ambiente marinho a água com a qualidade necessária à manutenção dos ecossistemas.



Figura 2 – Galardão Bandeira de Ouro

A 29 de setembro, data de aniversário dos 30 anos da AdP SGPS, decorreu, em Coimbra, um Encontro de Quadros, reunindo administradores, chefias de primeira linha e os membros dos comités especializados do Grupo AdP. As mesas redondas juntaram as nossas empresas em torno dos temas estratégicos e estruturantes do Grupo: “Resiliência: Segurança das Infraestruturas e Gestão de Crises”, “Sustentabilidade Financeira: Desafios Regulatórios”, “Sustentabilidade Ambiental: Desafios Legislativos e Circularidade” e “Modernização das Operações: Digitalização e Inteligência Artificial”. No âmbito dos Desafios Regulatórios, o debate contou com a presença do Presidente do Conselho de Administração, Dr. Francisco Maria Ramalho, onde destacou os desafios da AdSA e do setor, relativamente à sustentabilidade financeira face às tarifas.



Figura 3 – Encontro quadros

PARCERIAS AMBIENTAIS

A Águas de Santo André (AdSA), ao longo do ano de 2025, marcou presença em diversos eventos locais, maioritariamente como parceiro, consolidando a sua estratégia de comunicação e de responsabilidade social, fortalecendo desta forma laços com entidades parceiras e com a comunidade local. Destaca-se a presença da AdSA nas “Férias em movimento 2025”, na “28ª Corrida da Lagoa de Santo André”, nas “Festas de São Romão”, na “9ª edição do Festival Gastronómico da Lagoa de Santo André”, bem como na “Feira Anual da Freguesia de Santo André”.



Figura 4 – Eventos e parcerias

A Águas de Santo André (AdSA) esteve presente no Festival Naturkids, realizado no Parque Central de Vila Nova de Santo André, com uma proposta divertida e educativa para assinalar o Dia Mundial da Água. A iniciativa juntou miúdos e graúdos em torno de atividades que destacaram a importância da água e da sustentabilidade, de forma leve e envolvente. O objetivo foi aproximar a comunidade da importância do uso eficiente da água e da preservação dos recursos naturais com recurso aos habituais jogos didáticos.



Figura 5 – Presença no Festival Naturkids celebrando o Dia Mundial da Água

CAMPANHAS

No âmbito da categoria campanhas, foram desenvolvidas campanhas externas, de cariz comercial e ambiental, na imprensa e nas redes sociais.

Campanha “As Dicas do André e do Pato Real”

Em 2025, a Águas de Santo André desenvolveu uma nova ferramenta de comunicação e educação ambiental com a criação das suas mascotes institucionais: o André e o Pato Real. Estas personagens foram concebidas para aproximar a empresa da comunidade, especialmente do público mais jovem, reforçando a sensibilização para a importância da água e para a adoção de comportamentos ambientalmente responsáveis.

O processo iniciou-se com o desenvolvimento gráfico e conceptual das mascotes, cuja primeira apresentação ocorreu no Dia Mundial da Água, a 22 de março. Nesta fase inicial, o André e o Pato Real foram dados a conhecer em formato ilustrado, representando simbolicamente dois pilares essenciais da missão da empresa: a juventude, a aprendizagem e o futuro, no caso do André, e a proteção dos ecossistemas e o equilíbrio ambiental, representados pelo Pato Real.

A partir destas ilustrações nasceu a campanha “As Dicas do André e do Pato Real”, lançada oficialmente a 5 de junho, no âmbito das celebrações do Dia Mundial do Ambiente. A iniciativa passou a partilhar regularmente, durante mais de 6

meses, nas redes sociais da empresa, conselhos práticos e acessíveis sobre o consumo eficiente de água, a preservação dos habitats naturais e a adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano. A linguagem simples, pedagógica e próxima permitiu tornar as mensagens ambientais mais claras e mobilizadoras para diferentes públicos.

Como culminar deste percurso, as mascotes foram materializadas em tamanho real e apresentadas ao público durante a celebração do **Dia Nacional da Água, a 1 de outubro**. Esta apresentação marcou o início da presença física do André e do Pato Real em ações de sensibilização, eventos comunitários e iniciativas de educação ambiental promovidas pela empresa.

O André representa a juventude e o futuro, sempre pronto para aprender e proteger os recursos hídricos, mostrando que cada pessoa pode contribuir para a preservação do ambiente. Ao seu lado, o Pato Real, com a sua presença simbólica e ligada aos ecossistemas locais, recorda a importância de mantermos a natureza saudável e equilibrada.

Juntos, o André e o Pato Real assumem-se como **embaixadores da missão da Águas de Santo André**, inspirando a comunidade a valorizar a água como recurso essencial à vida e a adotar práticas mais conscientes e sustentáveis. As mascotes estarão presentes em futuras iniciativas de educação ambiental, reforçando o compromisso contínuo da empresa com a proximidade, a sensibilização e a promoção de comportamentos responsáveis.

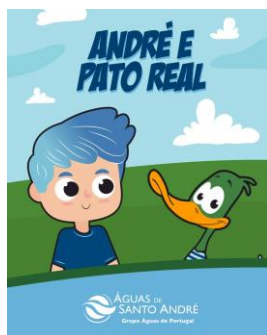


Figura 6 – O André e o Pato Real

Campanha “Um Conto de Natal”

Em dezembro de 2025, a Águas de Santo André desenvolveu a campanha “Um Conto de Natal”, uma iniciativa de sensibilização que procurou reforçar junto da comunidade o valor da água enquanto recurso essencial e elemento estruturante das rotinas, memórias e relações que definem a vida local.

A campanha assentou na criação de uma narrativa original protagonizada por José, um leitor de contadores fictício que simboliza a proximidade e o conhecimento do território. Através da sua visão sensível e humana, a iniciativa destacou que cada consumo registado representa comportamentos, escolhas e impactos que influenciam a sustentabilidade do recurso.

Na véspera de Natal, esta personagem fictícia deixou nas caixas de correio dos clientes uma mensagem simbólica que substituiu os números por palavras, convidando à reflexão sobre o uso responsável da água. A ação procurou transformar a tradicional leitura de contador numa metáfora de consciência ambiental, reforçando a mensagem central da campanha: cada gota conta, e cada gesto também.

Com “Um Conto de Natal”, a Águas de Santo André reafirmou o seu compromisso com a educação ambiental, a sensibilização para o valor da água e a proximidade à comunidade, utilizando a narrativa como veículo de inspiração, aprendizagem e mobilização.

A campanha foi divulgada através de múltiplos canais, incluindo comunicação interna, imprensa, rádio, redes sociais, website, comunicado institucional e marketing direto, tendo sido distribuída junto da fatura de todos os clientes em baixa.



Figura 7 – Campanha “Um Conto de Natal”

COMUNICAÇÃO DIGITAL

Dando continuidade à decisão estratégica de promover a comunicação digital com a comunidade, iniciada no ano transato, mantivemos uma presença ativa nas redes sociais (Facebook, Instagram e LinkedIn) e também no nosso website. Esta estratégia que acompanha as tendências atuais na área digital, assenta na elaboração e planeamento de conteúdos que visam o fortalecimento de uma relação de transparência e confiança com a nossa comunidade, com especial foco não só na manutenção de seguidores, mas também no alcance de novos públicos e divulgando todos os serviços da empresa e sensibilizando para as questões ambientais junto dos seguidores.

FACEBOOK

Alcançou um total de 385.400 visualizações, com um total de 3.800 seguidores e 4.900 interações. Durante o ano, esta rede social foi visitada por 13.400 pessoas.

INSTAGRAM

Alcançou um total de 24.600 visualizações nesta rede social, com um alcance de 4.000 pessoas e 530 interações. Dos 709 seguidores totais, 103 foram conquistados em 2025.

LINKEDIN

Foram obtidas 30.495 impressões nesta rede, com 305 reações e 1.065 visualizações da página. Dos 1.451 atuais seguidores, 195 foram conquistados em 2025, tudo 100% orgânico.

RELAÇÕES COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em 2025, foram emitidos 11 comunicados de imprensa onde se destacam marcos importantes como a apresentação de várias obras e empreitadas, prémios, certificações e outras distinções, eventos institucionais, ações no âmbito da Educação Ambiental e celebração de dias comemorativos, assinatura de protocolos com entidades estratégicas e decisões internas de priorização de bem-estar dos nossos colaboradores.

Os meios de comunicação social (imprensa e rádio) partilharam 63 notícias da AdSA, sendo a imprensa e os meios digitais os principais impulsionadores de conteúdos, contribuindo para que, no ano 2025, 7,8 % da população portuguesa estivesse exposta às mensagens. Ao longo do ano, cada cidadão português foi impactado, em média, 11 vezes (um aumento de 126 % em relação ao ano anterior). O valor financeiro anual equivalente estimado pela ocupação de espaço nos média foi de 98.679 €, representando um aumento de 38% face ao ano anterior.



Figura 8 – Relações com órgãos de comunicação social

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No domínio da Educação Ambiental, e em continuidade com o trabalho desenvolvido em anos anteriores, a Águas de Santo André manteve o seu compromisso com a sensibilização de crianças e jovens para a importância da proteção do Planeta e da adoção de comportamentos mais sustentáveis. Este esforço tem sido concretizado através de uma colaboração constante com a comunidade escolar, apoiando o desenvolvimento de atividades e conteúdos pedagógicos relacionados com o ambiente e com o uso eficiente da água.

Ao longo de 2025, a AdSA intensificou a sua atuação neste âmbito, promovendo um conjunto de 21 ações de educação e sensibilização ambiental que envolveram cerca de 900 participantes, abrangendo crianças do pré-escolar, do 1.º e 2.º ciclos dos municípios de Santiago do Cacém e Sines.

As atividades decorreram em diferentes contextos educativos e comunitários — desde visitas a instalações da empresa e sessões em sala de aula, até ações realizadas em espaços exteriores, incluindo zonas costeiras. Esta diversidade de cenários permitiu reforçar a proximidade com as escolas e transmitir, de forma dinâmica e prática, a importância da sustentabilidade, da preservação dos recursos hídricos e da proteção do ambiente.

O ano de 2025 destacou-se, assim, pela multiplicidade de iniciativas e pela consolidação do papel da AdSA como agente ativo na promoção da literacia ambiental no território onde se insere.

Outro dos momentos onde a AdSA teve a oportunidade de educar para a sustentabilidade foi na sua participação na Feira OBSERVA LAGUNAS 2025, promovida pela Cogestão – Comissão à qual a empresa pertence, onde estiveram presentes as nossas Mascotes, o André e o Pato Real, no Centro de Educação Ambiental o Monte do Paio.

No âmbito da Educação Ambiental, foram ainda assinaladas algumas datas comemorativas que têm relação direta com atividade da Águas de Santo André.

DIA MUNDIAL DA ÁGUA

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Água, a Águas de Santo André lançou publicamente, através das suas plataformas digitais, as suas mascotes institucionais: o André e o Pato Real. Estas personagens foram criadas com o objetivo de reforçar a comunicação com a comunidade, aproximar o público mais jovem das questões ambientais e sensibilizar para a importância da água e da preservação dos ecossistemas.

O André simboliza a juventude, o futuro e a vontade de aprender, representando o papel ativo que cada cidadão pode desempenhar na proteção dos recursos hídricos. Já o Pato Real, espécie emblemática da região, evoca a biodiversidade local e a necessidade de manter ecossistemas equilibrados e saudáveis. Em conjunto, as mascotes tornam-se embaixadoras

da mensagem ambiental da AdSA e irão integrar futuras ações de sensibilização e educação ambiental promovidas pela empresa.

Ainda no âmbito da celebração do Dia Mundial da Água, a Águas de Santo André participou numa iniciativa dedicada à comunidade escolar, realizada na Escola n.º 4 de Santo André, que envolveu cerca de 250 crianças, desde o pré-escolar ao 1.º ciclo. A ação foi desenvolvida em parceria com várias entidades locais, entre as quais a CRASSA, a Saúde Comunitária da ULSLA, a Saúde Ambiental da ULSLA, a Junta de Freguesia de Santo André e a Comissão de Cogestão da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha.

As atividades decorreram ao longo de todo o dia e incluíram dinâmicas lúdico-pedagógicas que destacaram a importância da água, a necessidade de preservar este recurso essencial e os comportamentos responsáveis que podem ser adotados desde cedo.

A celebração do Dia Mundial da Água reforçou o compromisso da Águas de Santo André com a educação ambiental, a proximidade à comunidade escolar e a promoção do valor da água, contribuindo para a construção de uma sociedade mais informada, consciente e empenhada na proteção do ambiente.



Figura 9 – Dia Mundial da Água

DIA MUNDIAL DO AMBIENTE

Para assinalar o Dia Mundial do Ambiente, a Águas de Santo André, em parceria com o Município de Sines, promoveu a atividade “O Caminho da Água – Os Ciclos da Água e Boas Práticas”, dirigida aos alunos do concelho. A iniciativa decorreu na Estação de Tratamento de Água de Morgavel e contou com a participação de cerca de 150 alunos do 5.º ano do Agrupamento de Escolas de Sines.

Ao longo da visita, os estudantes tiveram oportunidade de conhecer o Ciclo Urbano da Água, explorando o percurso da água desde a captação até ao consumo, bem como os processos essenciais que garantem a sua qualidade. A ação integrou ainda momentos didáticos dedicados ao ciclo natural da água, à importância da sua preservação e aos comportamentos responsáveis que cada pessoa deve adotar no quotidiano.

Neste dia, a Águas de Santo André procedeu também ao lançamento das “Dicas do André e do Pato Real”, iniciativa que reforça o papel das mascotes institucionais como embaixadoras da educação ambiental. As dicas, divulgadas inicialmente nas plataformas digitais da empresa, têm como objetivo sensibilizar a comunidade para boas práticas no uso da água e para a proteção dos ecossistemas, utilizando uma linguagem simples, acessível e especialmente dirigida às gerações mais jovens.

A participação no Dia Mundial do Ambiente reforça a estratégia da AdSA de promover a proximidade com a comunidade escolar e de investir na educação ambiental como pilar fundamental para a construção de um futuro mais sustentável. Receber crianças nas instalações da empresa permite transmitir conhecimento de forma prática e fomentar uma cultura de responsabilidade e valorização da água desde cedo, contribuindo para um legado ambiental positivo e duradouro.



Figura 10– Dia Mundial do Ambiente

DIA NACIONAL DA ÁGUA

No âmbito das comemorações do Dia Nacional da Água, a Águas de Santo André marcou presença no Festival Naturkids, realizado no Parque Central de Vila Nova de Santo André, reforçando o seu compromisso com a educação ambiental e a sensibilização da comunidade para o valor da água. A participação da empresa integrou um conjunto de atividades lúdicas e pedagógicas dirigidas a famílias, com o objetivo de aproximar o público, especialmente o mais jovem, da importância do uso eficiente da água e da preservação dos recursos naturais.

Ao longo do evento, os visitantes foram convidados a participar em diversos jogos educativos, como o Jogo da Glória, a Roda da Sorte, o Jogo dos Baldes de Água e um Puzzle Gigante, concebidos para transmitir, de forma simples e divertida, mensagens sobre boas práticas no consumo de água, o ciclo natural e urbano e a necessidade de proteger os ecossistemas hídricos. A presença das mascotes da AdSA animou o recinto e contribuiu para envolver as crianças nas atividades, criando uma ligação positiva entre aprendizagem e diversão.

Para incentivar a participação e reforçar as mensagens transmitidas, foram distribuídos brindes sustentáveis, como bonés, puzzles, lápis de cera e ampulhetas, permitindo que as crianças levassem para casa um elemento lúdico associado a boas práticas ambientais.

A presença no Festival Naturkids enquadrou-se na estratégia da Águas de Santo André de promover iniciativas que aproximem a empresa da comunidade e estimulem a adoção de comportamentos responsáveis no uso da água. Estas ações reforçam o compromisso da AdSA com a educação ambiental enquanto pilar essencial para a construção de um futuro mais sustentável.



Figura 11 – Dia Nacional da Água

COMUNICAÇÃO INTERNA

Na Águas de Santo André, a Comunicação Interna assume um papel fundamental na promoção do alinhamento dos colaboradores com a visão, missão e valores da empresa, contribuindo para um ambiente de trabalho participativo, informado e coeso. Este pilar estratégico visa garantir que todos se sintam parte integrante da atividade da AdSA, reforçando o sentimento de pertença e transformando cada colaborador num verdadeiro embaixador da organização.

Com este objetivo, em 2025 foram dinamizadas diversas iniciativas que promovem a proximidade e o espírito de equipa, destacando-se a celebração do Dia de Reis, o Dia Internacional da Mulher, o 24.º Aniversário da AdSA, o convívio de São Martinho e o tradicional lanche de Natal dirigido aos filhos dos colaboradores. Estas ações contribuem para fortalecer vínculos internos e consolidar uma cultura organizacional assente no bem-estar e na participação.

O ano ficou ainda marcado pelo lançamento de um projeto inovador — a Biblioteca Interna da AdSA — que envolveu a colaboração direta de vários trabalhadores, promovendo a partilha de conhecimento e estimulando momentos de interação e aprendizagem contínua no seio da empresa.

Para além das iniciativas próprias da área, a Comunicação Interna manteve em 2025 uma articulação estreita com outras unidades orgânicas da AdSA, assegurando um fluxo de informação transversal e coerente. Destaca-se a colaboração com a área de Segurança, nomeadamente na conceção gráfica, produção e divulgação interna das ações desenvolvidas no âmbito da Semana da Segurança, iniciativa anual que mobiliza toda a empresa. Esta cooperação permitiu reforçar a visibilidade das atividades, garantir a consistência da mensagem e promover a participação dos colaboradores.

Paralelamente às iniciativas presenciais, a comunicação interna desenvolveu-se através dos canais formais existentes, com especial destaque para o email institucional. Por esta via, foram partilhadas informações relevantes ao longo do ano, tais como anúncios de processos de recrutamento, divulgação de parcerias, novidades relacionadas com o universo AdSA, convites para eventos internos e comunicações relativas à integração de novos colaboradores. Este conjunto de práticas assegura que toda a equipa permanece envolvida e devidamente informada sobre os principais acontecimentos da empresa.

Desta forma, a AdSA reafirma o seu compromisso com uma comunicação interna transparente, consistente e orientada para o fortalecimento da cultura corporativa, valorizando o contributo individual e coletivo de todos os que fazem parte da organização.

SÍNTESE DE INDICADORES

	2025	2024	2023
Capital Social (€)	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Capital Próprio (€)	33 091 681	33 313 369	35 247 057
Ativo Líquido Total (€)	69 808 237	72 395 216	75 727 521
Investimento (€)	4 974 502	6 912 343	2 707 016
Vendas e Serviços, Prestados (€)	10 622 117	10 786 060	16 299 741
Resultados Operacionais (€)	76 646	-2 927 600	1 951 479
Resultados Financeiros (€)	469 073	733 025	191 743
Resultados Antes de Impostos	545 719	-2 194 575	2 143 222
Resultado Líquido do Exercício (€)	-221 688	-1 863 489	1 157 744
Números de Colaboradores em 31 de dezembro	93	84	83
Abastecimento de Água			
Número de clientes	5962	5792	5833
Número de Municípios Abastecidos	2	2	2
População Residente na Área Abastecida	22.710	22.710	28 650
Acessibilidade Física ao Serviço em Alta (%)	100%	100%	100%
Acessibilidade Física ao Serviço em Baixo (%)	100%	100%	100%
Água Total Fornecida (m³)	13 046 578	13 859 652	15 822 519
Água Total Captada (m³)	15 268 178	16 234 267	15 926 646
Capacidade Diária de Tratamento Água Industrial (m³)	130 000	130 000	130 000
Capacidade Diária de Tratamento de Água Potável (m³)	20 000	20 000	20 000
Qualidade da Água para Consumo Humano em Alta (%)	100%	100%	99,8%
Qualidade de Água para Consumo Humano em Baixa (%)	100%	100%	100%
Tratamento de Água Residual			
Acessibilidade Física ao Serviço (%)	100%	100%	100%
Água Residual Total Tratada (m³)	6 387 862	6 047 716	6 320 117
Capacidade Diária de Tratamento de Água Residual (m³)	43 000	43 000	43 000
Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)	99,7%	100%	88,3%
Receção de Resíduos Industriais			
Resíduos Não Perigosos Confinados (ton)	5.583	5.494	11.548

Figura 12 - Indicadores Económicos e de atividade

QUEM SOMOS

MISSÃO, VISÃO E COMPROMISSOS

MISSÃO

Garantir o abastecimento de água para consumo humano e industrial, a recolha e tratamento das águas residuais e a receção e o confinamento de resíduos industriais, num quadro de eficiência e sustentabilidade económica, social e ambiental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o crescimento económico da região, e em particular da Zona Industrial e Logística de Sines.

VISÃO

Ser uma empresa de referência nacional no setor ambiental, prestando um serviço público de qualidade à população e à indústria. Ser um parceiro ativo para o desenvolvimento económico da região e do país, atingindo um elevado nível de eficiência e sustentabilidade.

VALORES

- O enfoque no Cliente e no Ambiente
- A qualidade e a fiabilidade do serviço prestado
- A valorização do Capital Humano e o trabalho em equipa
- Ética nas relações laborais e comerciais
- Uma sólida cultura de segurança e proteção da saúde pública
- A melhoria contínua
- A garantia de competências especializadas
- A eficiência energética e hídrica
- A inovação e o desenvolvimento tecnológico
- A transparência na atuação
- O compromisso ambiental e social em toda a área de atuação
- O compromisso entre a vida profissional e familiar

OBJETIVOS

Na perspectiva financeira	Maximização do retorno dos investimentos
	Redução de custos, sem colocar em causa a redução dos valores justos de mercado que garantem a dignidade salarial
Na perspectiva de clientes	Diversificação de negócios
	Garantia das origens de água
	Garantia de novas fontes de água
	Consolidação da confiança das partes interessadas
Na perspectiva de processos	Satisfação dos nossos clientes pelo Serviço prestado
	Garantia da fiabilidade de todos os serviços
	Otimização da gestão de recursos
	Redução de perdas
	Eficiência e autonomia energética
	Otimização da medição e controlo
	Preservação do ambiente
Na perspectiva de aprendizagem, desenvolvimento e conhecimento	Implementação das melhores práticas na contratação, com elevados níveis de exigência ao nível da transparência
	Disponibilização da plataforma de telegestão
	Disponibilização do serviço de telemetria a todos os clientes
	Criação de portal da empresa
	Desenvolvimento de partilha de informação interna
	Enfoque no desenvolvimento e investigação
	Aposta na formação contínua

POLÍTICA EMPRESARIAL

A AdSA num quadro de respeito integral da legislação e das normas aplicáveis, de modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo lesões e afeções para a saúde e riscos para os colaboradores e consumidores, assume como compromissos, antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua, eficiente e inovadora a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, colaboradores, comunidade e restantes partes interessadas relevantes, nomeadamente através de:

- Promoção e satisfação dos interesses dos clientes e demais Partes Interessadas, nos termos do Contrato de Concessão e outros contratos aplicáveis;
- Estabelecimento e revisão dos objetivos da Qualidade, Ambiente e Segurança Alimentar, adequados à natureza das atividades, produtos e serviços da Empresa, atuando sempre de forma a proteger o ambiente, prevenir a poluição ambiental e focalizando o esforço na otimização do desempenho energético e na garantia da segurança em toda a cadeia alimentar;
- Estabelecimento e revisão dos objetivos da Segurança adequados à natureza e à escala dos perigos e riscos associados às atividades da Empresa, atuando sempre de forma a prevenir, eliminar e reduzir lesões e afeções da saúde, através da implementação de medidas coletivas e individuais;
- Disponibilização de informação e de todos os recursos necessários ao cumprimento dos objetivos da AdSA e proporcionar aos colaboradores uma formação regular e adequada ao desempenho das respetivas funções;
- Promoção da segurança, bem-estar e satisfação dos colaboradores da Empresa em todos os aspetos profissionais e humanos, proporcionando condições de trabalho seguras e saudáveis;

- Estimular o envolvimento dos colaboradores no processo de informação, consulta e participação no âmbito da segurança e saúde;
- Encorajar a aquisição de produtos e serviços eficientes e a conceção orientada para a melhoria do desempenho energético e hídrico;
- Procura da satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento dos requisitos legais laborais, sociais, fiscais e ambientais, incluindo os relacionados com a gestão energética e hídrica;
- Promover a Segurança Alimentar no abastecimento e distribuição de água potável;
- Manter ativa a comunicação nas questões relacionadas com a Segurança Alimentar com todas as partes interessadas relevantes;
- Sensibilização dos fornecedores no sentido da sua consciencialização e do seu comprometimento para a adesão aos requisitos da Sustentabilidade Empresarial da AdSA;
- Promover as compras sustentáveis na organização;
- Orientação das práticas de gestão pelo princípio da Melhoria Contínua, e para o cumprimento dos requisitos normativos adotados, com persistente empenho na melhoria de eficácia do Sistema de Sustentabilidade Empresarial.

DESCRIÇÃO DA EMPRESA E DA ATIVIDADE

A EMPRESA

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA), é uma sociedade de capitais públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 52/2026, de 16 de fevereiro, a quem foi atribuída a concessão de gestão e exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos de Santo André.

A empresa foi constituída por um capital social de € 500.000,00, sendo atualmente de € 1.000.000,00 integralmente realizado e detido a 100 % por Águas de Portugal, SGPS, S.A.

A sociedade tem por objetivo a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, que serve a ZILS, a zona urbana de Vila Nova de Santo André e, parcialmente, os municípios de Sines e Santiago do Cacém.

ATIVIDADE

O SISTEMA DE SANTO ANDRÉ

O Sistema de Santo André abrange três vertentes: abastecimento de água, água residual e resíduos industriais.

Este sistema serve a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda, parcialmente, os municípios de Santiago do Cacém (cidade de Vila Nova de Santo André e costa de Santo André) e de Sines. Neste último, no que respeita ao abastecimento de água potável, pontualmente e sempre que solicitado, fornece água ao Município.

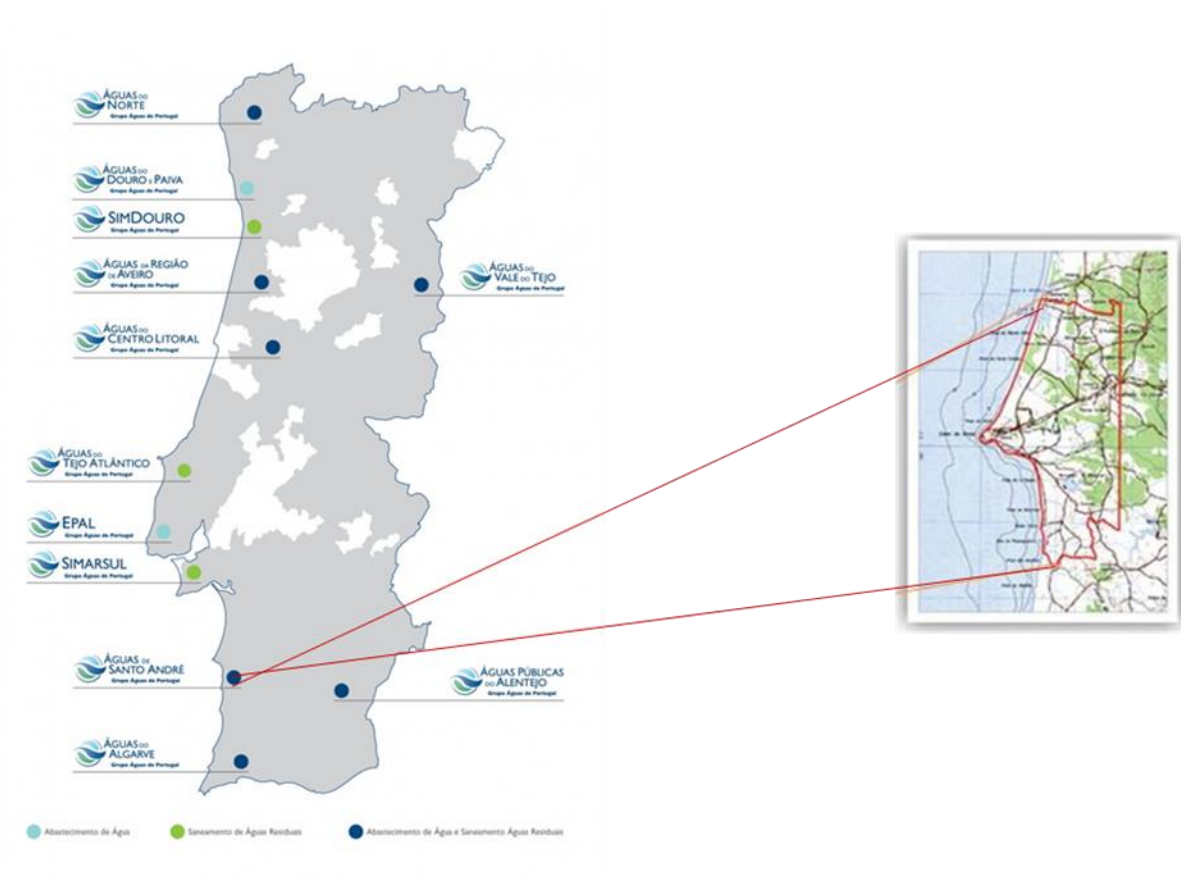
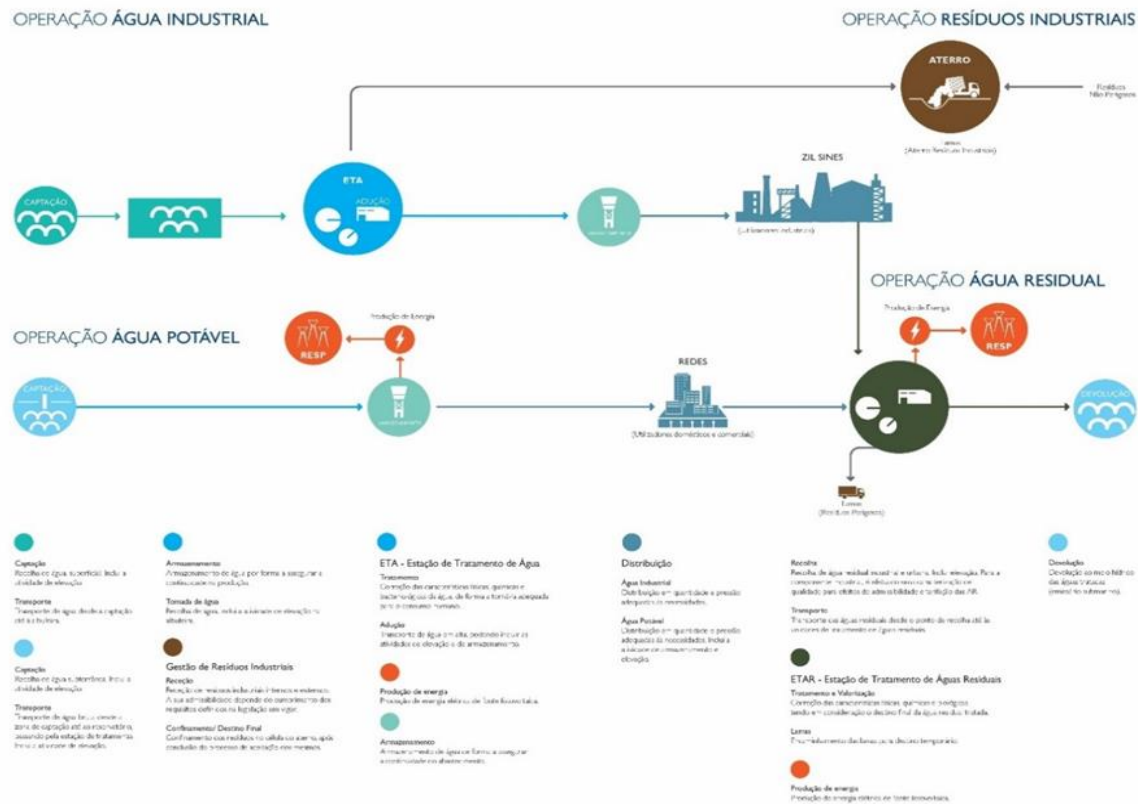


Figura 13 – Área de Intervenção

CADEIA DE VALOR



AS NOSSAS PESSOAS

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA) está consciente que o seu maior ativo são as pessoas. Apostar no seu desenvolvimento pessoal e profissional, constitui um dos pilares da nossa estratégia de desenvolvimento e crescimento sustentável.

É por isso que a gestão dos nossos recursos humanos, assenta na valorização do trabalho, na qualificação dos nossos trabalhadores, na igualdade de oportunidades e na promoção de um equilíbrio entre a vida familiar e profissional.

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa contava com um total de 93 Recursos Humanos, dos quais 90 trabalhadores e 3 membros dos Órgãos Sociais executivos.

Trabalhadores	Ano 2025
N.º de Trabalhadores/as no início do exercício	81
N.º de Admissões	11
N.º de Saídas	2
N.º de Trabalhadores no final do exercício	90

Figura 14 - Admissões e saídas de trabalhadores em 2025

Durante o ano de 2025 registaram-se 2 cessações de contrato, uma saída por iniciativa do trabalhador e outra ao abrigo do período experimental.

Este saldo positivo de admissões face às saídas reflete o reforço do quadro de pessoal e a consolidação da estrutura organizacional.

Com o objetivo de assegurar o desempenho da sua missão e assegurar a prestação de um serviço público de excelência, a AdSA aposta na qualificação dos seus trabalhadores, na igualdade de género e na retenção de talento.

Analisando as idades dos 90 trabalhadores é possível verificar que as mesmas variaram entre os 23 e os 67 anos de idade, sendo a média de idades 45,27 anos.

A caracterização dos recursos humanos da AdSA é representada pelas figuras seguintes:

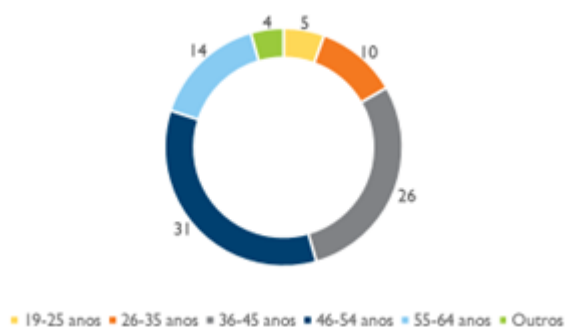


Figura 15 - Caracterização de recursos humanos

O gráfico seguinte ilustra a antiguidade dos trabalhadores na AdSA, sendo possível verificar que 48,9% dos trabalhadores possuem mais de 11 anos de antiguidade, representando praticamente metade do quadro de pessoal. Este indicador evidencia um elevado grau de estabilidade, retenção e compromisso organizacional.

Adicionalmente, cerca de 33,3% dos trabalhadores têm até 2 anos de antiguidade, o que demonstra uma renovação recente e progressiva do quadro de pessoal, contribuindo para o equilíbrio entre experiência acumulada e incorporação de novas competências.

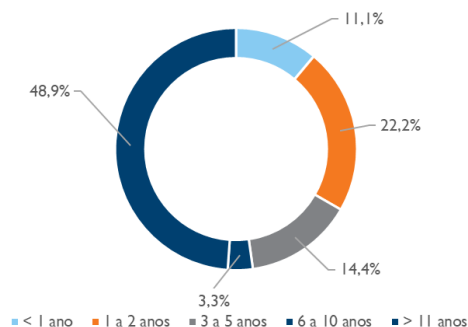


Figura 16 - Antiguidade dos Recursos Humanos

Na figura seguinte apresenta-se a distribuição dos trabalhadores por género, pelo que se constata que existe uma preponderância do género masculino, que representa 63,3% do total de trabalhadores.

Esta diferença resulta, em grande medida, do predomínio de trabalhadores do género masculino em funções de natureza operacional. Nos processos de recrutamento associados a estas funções, as candidaturas recebidas são maioritariamente provenientes de candidatos do sexo masculino, o que se reflete na composição global do quadro de pessoal.

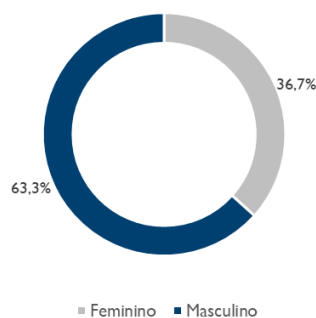


Figura 17 - Distribuição de trabalhadores por género

No que respeita ao grau de habilitação académica dos trabalhadores da AdSA, constata-se que 48,9% dos trabalhadores possuem o ensino secundário, representando o grupo mais significativo do quadro de pessoal.

Por sua vez, 36,7% dos trabalhadores detêm formação superior, evidenciando uma componente técnica e especializada relevante na estrutura da Empresa.

Os trabalhadores com ensino básico representam 14,4%, refletindo sobretudo funções de natureza operacional.

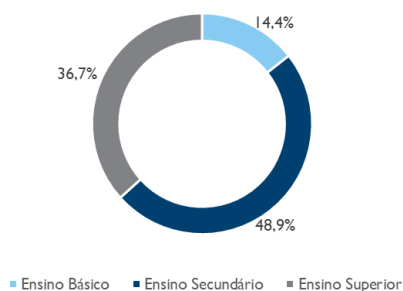


Figura 18 - Habilitações académicas dos trabalhadores

Relativamente à distribuição dos trabalhadores por categoria profissional, verifica-se a seguinte composição:

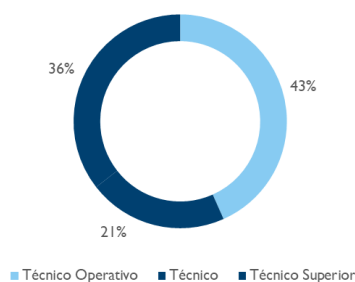


Figura 19 - Distribuição por categoria profissional

Constata-se que a maior representatividade corresponde à carreira de Técnico Operativo (43%), refletindo o peso significativo das funções de natureza operacional na atividade da AdSA.

A carreira de Técnico Superior representa 36% do total, evidenciando uma estrutura com forte componente técnica e especializada, essencial ao suporte, planeamento e desenvolvimento das atividades da Empresa.

Por sua vez, 21% dos trabalhadores integram a carreira de Técnico, assegurando funções intermédias de natureza técnica e operacional.

TRABALHO TEMPORÁRIO

Com o objetivo de assegurar a resposta a necessidades operacionais de carácter pontual e urgente, a AdSA recorreu, em 2025, à contratação de serviços de trabalho temporário.

Ao longo do ano, a média de trabalhadores em regime de trabalho temporário foi de 5,18 trabalhadores, registando-se a seguinte evolução mensal:

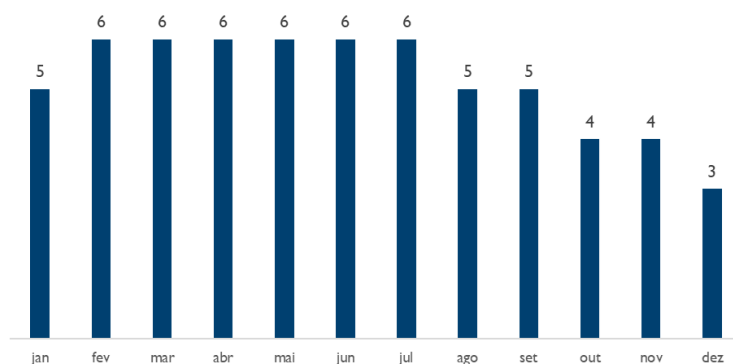


Figura 20 - Variação média de trabalhadores trabalho temporário

ABSENTISMO

A taxa de absentismo no ano de 2025 situou-se nos 3,66%, mantendo-se a tendência decrescente, verificada nos últimos anos:

De 2023 para 2024, o absentismo reduziu-se de 5,96% para 5,53%, uma diminuição de 0,43 pontos percentuais.

De 2024 para 2025, a redução foi mais acentuada, de 5,53% para 3,66%, correspondendo a 1,87 pontos percentuais, o que representa uma descida significativa.

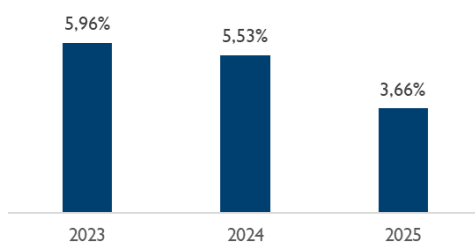


Figura 21 - Taxa de absentismo

TRABALHO SUPLEMENTAR

Evolução anual:

De 2023 para 2024, registou-se um aumento de 334 horas (aproximadamente 12,3%), justificado pela saída de trabalhadores, por iniciativa dos próprios, nas equipas de turnos da área operacional (laboração contínua).

De 2024 para 2025, verificou-se um decréscimo de 363 horas (aproximadamente 11,9%), refletindo uma redução do recurso ao trabalho suplementar no ano.

Em 2025, o total de horas de trabalho suplementar voltou a valores próximos de 2023, indicando uma normalização após o pico de 2024.

Evolução no triénio:

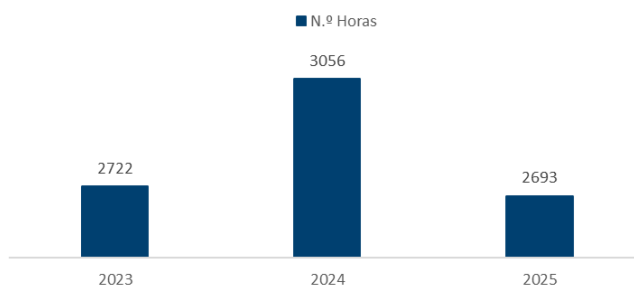


Figura 22 - Evolução do triénio

GESTÃO DO DESEMPENHO

O Processo de Avaliação de Desempenho utilizado pela AdSA é feito através de um Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) do Grupo Águas de Portugal (AdP).

Este sistema tem como foco a melhoria contínua e o desenvolvimento de todos os trabalhadores, através de um processo de avaliação permanente que integra a observação, acompanhamento, avaliação e desenvolvimento dos trabalhadores.

Os principais objetivos do sistema são:

- Alinhamento do desempenho dos trabalhadores e promoção do seu envolvimento com a estratégia da empresa;

- Promoção da melhoria contínua, estabelecendo elevados padrões de desempenho;
- Promoção do desenvolvimento profissional dos trabalhadores;
- Alinhamento de expectativas relativamente à realização do trabalho e identificação de oportunidades de melhoria;
- Diferenciação de contributos, permitindo à empresa reconhecer o desempenho individual dos trabalhadores com base numa avaliação sistemática e objetiva;
- Partilha de expectativas de carreira e identificação de possibilidades de evolução profissional futura.

ESTÁGIOS

No âmbito da sua política de responsabilidade social e de proximidade à comunidade, a AdSA acolheu, em 2025, um total de 17 estágios, dos quais 12 estágios curriculares e 5 estágios ao abrigo do Programa de Ocupação de Tempos Livres, destinado a filhos e netos dos seus trabalhadores.

O acolhimento de estagiários enquadra-se na estratégia da empresa de contribuir ativamente para a formação das futuras gerações de profissionais, proporcionando-lhes contacto direto com o contexto real de trabalho e com as exigências do setor. Para o efeito, a AdSA mantém protocolos de colaboração com entidades de ensino e formação profissional da região, permitindo a integração de estagiários em diversas áreas funcionais.

Através do acompanhamento próximo dos seus trabalhadores, os estagiários têm oportunidade de consolidar conhecimentos técnicos, desenvolver competências transversais, como trabalho em equipa, responsabilidade e autonomia e reforçar a sua preparação para uma integração mais célere e qualificada no mercado de trabalho.

Paralelamente, a AdSA tem vindo a desenvolver o Programa de Ocupação de Tempos Livres, dirigido a jovens entre os 16 e os 18 anos, filhos e netos de trabalhadores. Este programa visa promover experiências formativas em ambiente organizacional, fomentando valores como responsabilidade, tolerância, espírito de equipa e consciência dos direitos e deveres em contexto laboral, reforçando simultaneamente a ligação entre a empresa e a sua comunidade interna.

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição dos estágios realizados por Direção/Área:

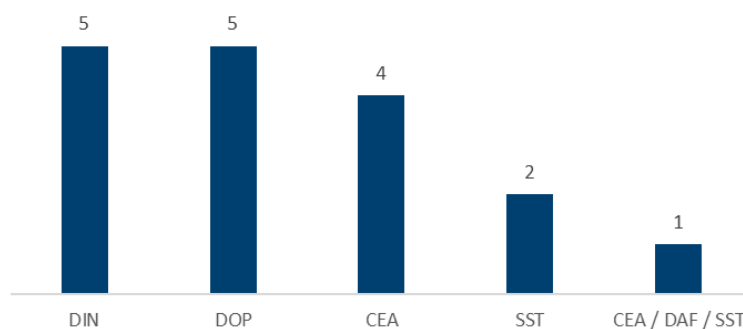


Figura 23 - Número de estagiários em 2025

MEDICINA NO TRABALHO

Com o objetivo de assegurar a promoção da saúde, a prevenção de riscos profissionais e o acompanhamento clínico dos seus trabalhadores, a AdSA garantiu, em 2025, a prestação regular de serviços de Medicina no Trabalho, tendo sido realizados 121 exames médicos ao longo do ano.

No gráfico seguinte descreve-se a tipologia dos exames realizados.

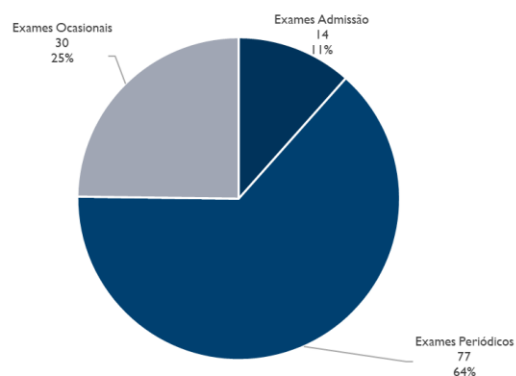


Figura 24 – Tipologia de exames

Verifica-se que os exames periódicos e de admissão, representam a maioria dos atos médicos realizados, evidenciando o cumprimento regular das obrigações legais em matéria de vigilância da saúde e o acompanhamento contínuo dos trabalhadores.

Os exames ocasionais traduzem a necessidade de avaliações clínicas específicas decorrentes de situações particulares.

Relativamente aos 30 exames ocasionais, a sua distribuição por motivo foi a seguinte:

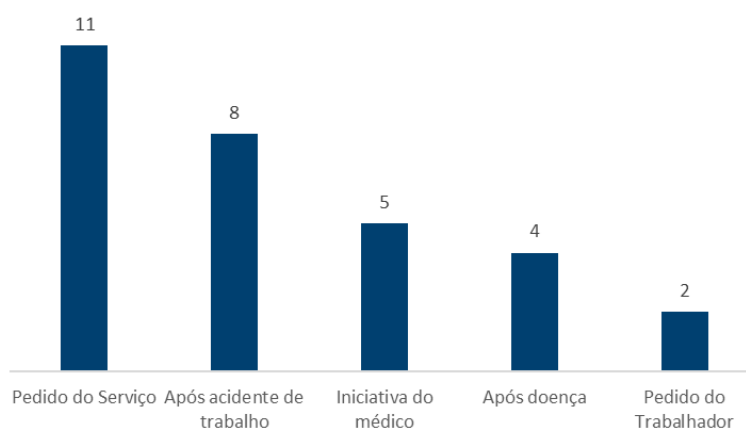


Figura 25 - Exames ocasionais

A análise evidencia que a maioria dos exames ocasionais decorreu por iniciativa do Serviço ou na sequência de acidente de trabalho, reforçando a importância da monitorização preventiva e da avaliação clínica em situações de risco ou alteração das condições de saúde.

A realização de exames por iniciativa médica demonstra igualmente uma postura ativa de vigilância clínica, enquanto os pedidos diretos dos trabalhadores evidenciam confiança no sistema interno de acompanhamento da saúde.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A formação e o desenvolvimento dos trabalhadores constituem um dos pilares fundamentais da política de gestão de recursos humanos da AdSA, assumindo-se como um investimento estratégico na valorização do capital humano e na sustentabilidade organizacional.

A AdSA promove um modelo participativo de desenvolvimento, no qual cada trabalhador, em articulação com a respetiva chefia, contribui para a definição do seu plano individual de formação. Este modelo é complementado pelas ações transversais promovidas pelo Grupo AdP, assegurando uma abordagem integrada de aquisição, atualização e validação de competências técnicas e comportamentais.

Através desta estratégia, a Empresa reforça o alinhamento entre o desenvolvimento individual e os objetivos organizacionais, potenciando o desempenho, a motivação e a capacidade de adaptação aos desafios do setor.

Durante o ano de 2025 foram realizadas 87 ações de formação, que totalizaram 5.454,5 horas de formação.

Estas ações abrangeram não apenas trabalhadores da AdSA, mas também trabalhadores temporários, estagiários e prestadores de serviços, refletindo uma política inclusiva de disseminação de conhecimento e de promoção de boas práticas em toda a cadeia de valor da organização.

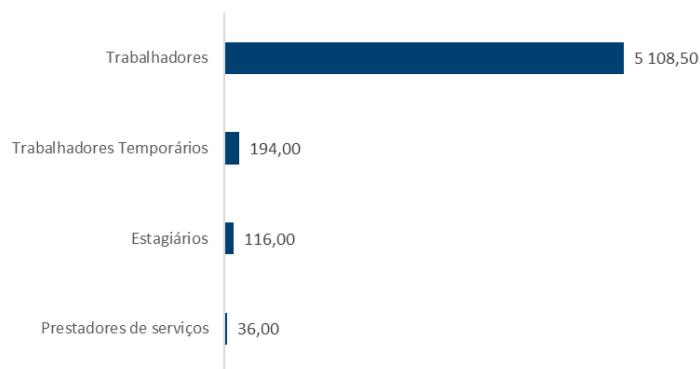


Figura 26 - Número de horas de formação

Como se pode verificar, através da seguinte representação gráfica, todas as categorias profissionais participaram em ações de formação, demonstrando o compromisso da organização com a capacitação e o desenvolvimento contínuo de todos os trabalhadores.

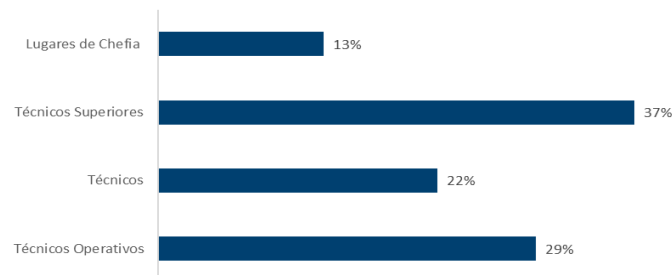


Figura 27 - Percentagem de participação na formação

Destacam-se as seguintes formações realizadas no ano de 2025:



CLUSTER AÇÃO DE FORMAÇÃO	PRINCIPAIS DESTINATÁRIOS	HORAS DE FORMAÇÃO DISPONIBILIZADAS
ÉTICA, INTEGRIDADE E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	Grupo	89
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	Grupo	128
CONCILIAÇÃO E IGUALDADE	Grupo	190
LITERACIA DIGITAL	Grupo	140
LITERACIA FINANCEIRA	Grupo	138
SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	Administração + Direção Financeira + Direção Operação + Direção Infraestruturas	1094
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Direção Operação + Direção Infraestruturas + Sistemas Tecnologia de Informação	144
GESTÃO	Administração + Direção Financeira + Direção Operação + Direção Infraestruturas	644

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

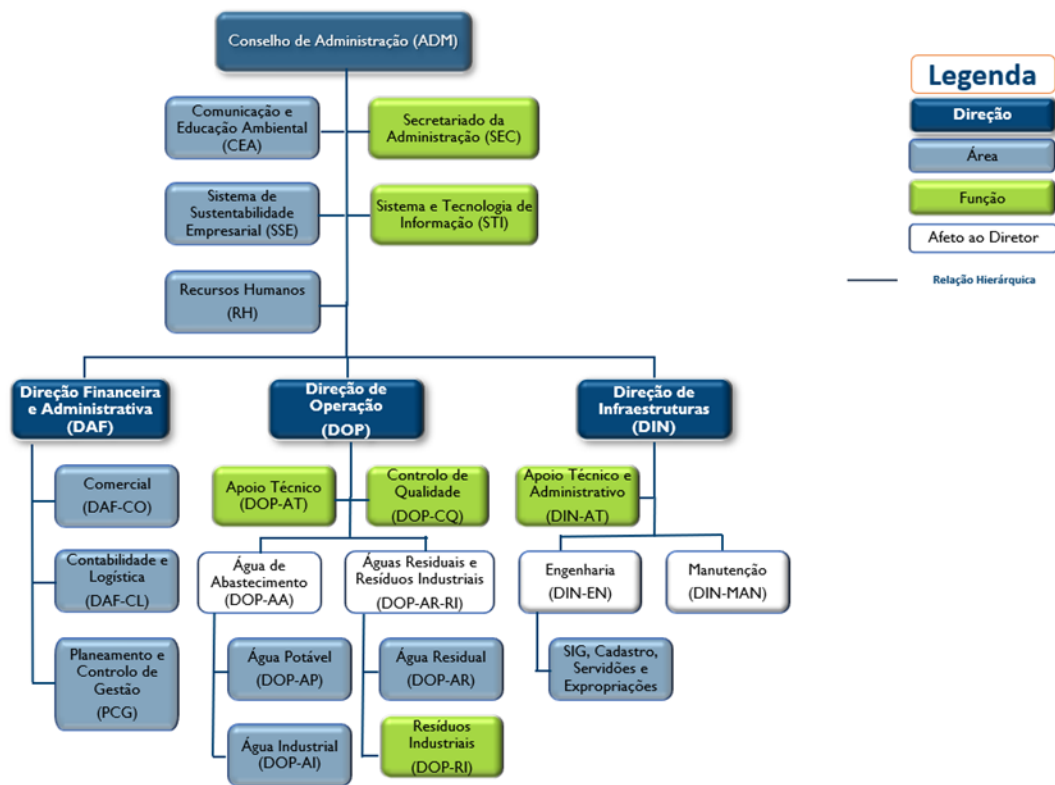


Figura 28 – Organograma

OS NOSSOS STAKEHOLDERS

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade da AdSA passa por um exercício de partilha e transparência da empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas pelas empresas do Grupo. A AdSA identificou como principais *stakeholders* os seguintes grupos:



Através da Direção de Regulação, Planeamento e Controlo de Gestão, da Holding, a AdSA pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *stakeholders* acima descritos.

Esta direção atua como interlocutora entre a comissão executiva da holding e os *stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsável pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade da AdSA neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público, constituindo o seu core business uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável do país.

A Águas de Santo André cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

ORGANIZAÇÃO

ESTRUTURA ACCIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

Esta empresa é constituída por um capital social de € 1.000.000,00 integralmente realizado e detido a 100 % pela Águas de Portugal, SGPS, S.A..

Os Órgãos Sociais para o mandato 2025/2027, foram eleitos pelo Acionista, por Deliberação Unânime Escrita, de 3 de fevereiro de 2025, com efeitos imediatos.

Os Órgãos Sociais, eleitos, têm as seguintes competências:

ASSEMBLEIA-GERAL

A Assembleia-Geral é o órgão que representa o acionista, sendo as suas deliberações vinculativas nos termos da Lei e dos Estatutos. A este órgão competem importantes poderes, como deliberar sobre os documentos de prestação de contas e

a proposta de aplicação de resultados, a apreciação da administração e fiscalização da sociedade, a alteração dos estatutos, transformação e dissolução da empresa, a emissão de obrigações, o aumento de capital, a eleição dos membros dos órgãos sociais bem como a fixação das respetivas remunerações.

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14.º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre o acionista ou outros.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º do Contrato da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

Nos termos do artigo 19.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos presentes estatutos e pelas deliberações do acionista.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais da Sociedade apresentam, a 31 de dezembro de 2025 a seguinte composição:

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente - Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário - Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Presidente Executivo – Francisco Maria Ramalho

Vogal Executiva – Simone Plo

Vogal Executivo – Rui André

Secretário da Sociedade – Francisco Borges de Carvalho

Foram eleitos pelo Acionista, por Deliberação Unânime Escrita, de 3 de fevereiro de 2025, os novos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2025-2027, os quais assinam este relatório.

Fiscal Único

Para o mandato de 2025-2027, e na sequência da Deliberação Social Unânime por Escrito de três de fevereiro de 2025, foi eleita a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Deloitte & Associados, SROC, S.A., como Fiscal Único, representada

por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC n.º 1496, e pelo suplente, João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC n.º 1129.

CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS

Não aplicável.

AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

A prestação de serviços públicos essenciais coloca-nos numa posição de elevada responsabilidade. A forma como atuamos tem impacto direto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico dos territórios onde operamos.

Num contexto de alterações climáticas, a crescente pressão sobre os recursos, a degradação dos ecossistemas - acompanhados por riscos acrescidos de poluição - são desafios significativos que assumimos cada vez mais com uma atuação cada vez mais exigente, integrando a sustentabilidade na gestão do negócio e na dimensão de governação.

COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

A AdSA subscreveu em dezembro de 2021 o Compromisso de Integridade, assumindo a implementação do modelo definido na Política de Integridade (<https://grupo.adp.form.maistransparente.com/>) e nos instrumentos que lhe estão associados. Este compromisso reforça a capacitação interna e promove uma cultura organizacional assente em padrões éticos elevados.

O nosso referencial ético é coadjuvado por normas de conduta, políticas e procedimentos internos que asseguram a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta (<https://www.adsa.pt/empresa/estatutos-e-regulamentos>); Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (https://www.adsa.pt/contents/homeleft/pprcic_adsa_2023.pdf) ; Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades (<https://www.adsa.pt/contents/documents/regulamento-de-denuncias-e-irregularidades.pdf>) ; Manual de Contratação Pública do Regime Geral (file:///adsafs2/Grupos/05-Grupos%20de%20Trabalho/SSE_Webs/REG%20AdP.htm); Manual de Compras (file:///adsafs2/Grupos/05-Grupos%20de%20Trabalho/SSE_Webs/REG%20AdP.htm).

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com funções complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A AdSA dispõe ainda de uma Linha de Integridade, um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal traduz a sua visão e ambições, orientando a atuação pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido



As nossas ambições estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e refletem a forma como incorporamos a sustentabilidade no propósito do nosso trabalho, na ação climática, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação e na cooperação internacional, sempre com uma forte componente de educação e sensibilização para o valor da água.

AS NOSSAS AMBIÇÕES

No Grupo Águas de Portugal, e igualmente na AdSA, estruturámos as Ambições de Sustentabilidade em sete prioridades:

1. Trabalhar com Propósito

Valorizamos um ambiente de trabalho que promova o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, a igualdade de oportunidades, a diversidade e inclusão, assegurando condições de segurança e saúde e incentivamos o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

2. Agir pelo Clima

Atuamos no sentido da neutralidade e autossustentabilidade energética, reduzindo emissões de gases com efeito de estufa e aumentando a resiliência dos sistemas perante cenários de alterações climáticas.

3. Economia Circular da Água

Procuramos maximizar a eficiência na gestão do ciclo urbano da água, reduzir desperdícios, valorizar recursos e promover soluções regenerativas.

4. Valorização dos Territórios

Prestamos um serviço público de excelência que reforça a proximidade com as comunidades, protege a biodiversidade e contribui para a saúde pública.

5. Inovação com Impacto

Incentivamos a inovação através de projetos de I&D+i, transformação digital e desenvolvimento de soluções sustentáveis, com impacto e que respondam aos desafios do setor.

6. Cooperação Internacional

Participamos em iniciativas de cooperação para a gestão sustentável da água, partilhando conhecimento e apoiando programas em países em desenvolvimento.

7. Educação para a Sustentabilidade

Promovemos a sensibilização sobre o valor da água e o seu papel no desenvolvimento sustentável, dirigindo-nos às comunidades, escolas e parceiros institucionais.

EM 2025

As principais ações, projetos e programas de sustentabilidade encontram-se detalhados no Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP, ao qual se remete para informação complementar: [Relatórios de Sustentabilidade](#).



O NEGÓCIO

ENVOLVENTE

CONTEXTO MACROECONÓMICO

2025 foi um ano de crescimento global resiliente, mas moderado. A economia mundial evitou a recessão, mas as restrições estruturais, a fragmentação do comércio e as incertezas políticas mantiveram o crescimento abaixo do seu potencial de longo prazo.

Desde outubro de 2025, as tensões comerciais têm continuado a diminuir, mas continuam sujeitas a ocasionais conflitos. Uma disputa entre a China e os Estados Unidos envolvendo controlos sobre as exportações de semicondutores e minerais de terras raras foi rapidamente seguida por uma trégua que reduziu as tarifas bilaterais até novembro de 2026 e suspendeu os controlos de exportação. As autoridades americanas retiraram também, para todos os países, as tarifas sobre alguns produtos agrícolas, compensando as tarifas mais elevadas sobre determinados sectores que tinham sido anteriormente anunciadas e que estão agora em vigor.

GLOBAL

O crescimento global para os anos 2025 e 2026 estima-se em 3,3% e de 3,2% para 2027.

Este desempenho estável resulta, à primeira vista, do equilíbrio de forças divergentes. Os obstáculos decorrentes da alteração das políticas comerciais são compensados pelos fatores favoráveis provenientes de investimentos emergentes relacionados com a tecnologia, incluindo a inteligência artificial (IA), principalmente na América do Norte e na Ásia, para além do apoio fiscal e monetário, das condições financeiras amplamente favoráveis e da adaptabilidade do setor privado.

A inflação global deverá descer de uma estimativa de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026 e para 3,4% em 2027, prevendo-se um regresso à meta mais gradual nos Estados Unidos do que noutras grandes economias.

ZONA EURO

A zona euro e a União Europeia estão a navegar num panorama internacional cada vez mais complexo. As alterações na dinâmica geopolítica, o rápido avanço tecnológico, os crescentes riscos climáticos, o envelhecimento da população e a baixa produtividade afetam as perspetivas económicas. Estes desenvolvimentos representam desafios significativos, mas também oportunidades transformadoras para a zona euro e para a UE, sublinhando a importância crucial de quadros de política macroeconómica robustos. A zona euro e a UE continuaram a crescer, embora a um ritmo moderado.

As projeções para a atividade na área do euro apontam para crescimentos de 1,4% em 2025, 1,2% em 2026 e 1,4% em 2027.

A inflação na zona euro normalizou em 2025 e prevê-se que fique abaixo da meta de 2% do Banco Central Europeu (BCE) para 2026. Este ambiente favorece estabilidade prolongada das taxas de juro, mas mantém os decisores políticos atentos aos riscos de subida impulsionados pelos salários e relacionados com as despesas fiscais.

O BCE reduziu as taxas de juro várias vezes no início de 2025, baixando a taxa de depósito de 3,00% (final de 2024) para 2,00% em junho de 2025. A partir de junho de 2025, as taxas mantiveram-se inalteradas, uma vez que a inflação regressou perto da meta de 2% e o crescimento manteve-se fraco, mas estável. O BCE não se compromete antecipadamente com uma trajetória de taxas, mas sinaliza que a política monetária está *"num bom momento"*.

PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2025 e 2026 são os seguintes:

	Estimativa 2026	Estimativa 2025	Ano 2025
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,3%	2,0%	2,1%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	3,6%	3,0%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	2,1%	2,2%	2,7%
Taxa de desemprego	6,3%	6,2%	6,4%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,0%	2,2%	3,6%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	n.d.	3,08%	2,96%

A atividade económica em Portugal deverá crescer 2,0% em 2025, 2,3% em 2026, 1,7% em 2027 e 1,8% em 2028, e a inflação deverá estabilizar em torno de 2%. O crescimento económico é mais apoiado na procura interna do que na média do período 2020–24.

A economia portuguesa continua a crescer a um ritmo robusto num enquadramento externo marcado por tensões comerciais, incerteza elevada e apreciação do euro. O impacto destes choques tem sido amortecido pelo alívio das condições financeiras, pelo aumento dos fundos da UE e pela orientação expansionista da política orçamental.

O mercado de trabalho permanece resiliente, com o emprego em níveis máximos e uma taxa de desemprego historicamente baixa. No entanto, o menor crescimento da população, associado à redução dos fluxos migratórios, limitará a evolução do emprego e da atividade.

O aumento do rendimento disponível das famílias será mais contido em 2025–28, refletindo-se num abrandamento do consumo privado e numa redução da taxa de poupança, que se manterá ainda assim elevada em termos históricos.

Em termos de finanças públicas, as projeções apontam para um saldo orçamental equilibrado em 2025, seguido de défices de 0,4% do PIB em 2026, 0,9% em 2027 e 1% em 2028. Esta trajetória traduz uma deterioração significativa no período recente, explicada sobretudo pelas medidas de redução de impostos e pelo aumento permanente da despesa. O rácio da dívida pública mantém uma trajetória descendente, passando de 93,6% do PIB em 2024 para cerca de 80% em 2028.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2,3% em 2025 para 2,6% em 2028. Esta evolução reflete a evolução esperada das taxas de juro de longo prazo.

O SECTOR

A água constitui um elemento transversal no contexto atual de crise. Este facto é ainda mais evidente quando se associa a crise a uma dimensão de sustentabilidade, quer climática, quer de recursos quer de biodiversidade.

A água constitui um elemento fundamental em qualquer circunstância, período ou cenário. Este facto é ainda mais reforçado e evidente quando se associa o atual contexto de crise à sustentabilidade em todas as suas dimensões (climática, de recursos ou de biodiversidade).

A par do aumento da população mundial, assiste-se à progressiva e cada vez mais acentuada diminuição das disponibilidades hídricas, muitas vezes associada aos efeitos das alterações climáticas que são perceptíveis, à escala mundial, pela alteração dos padrões de precipitação. Efetivamente, à medida que os impactos das alterações climáticas aumentam e as populações crescem, há a necessidade urgente, dentro e entre países, de criar compromissos e verdadeira união em torno da proteção e conservação deste recurso precioso.

A saúde pública e a prosperidade das comunidades, os seus sistemas alimentares e energéticos, a produtividade económica e a integridade ambiental dependem de um ciclo da água que funcione bem e seja gerido de forma equitativa garantindo qualidade e acesso a todos.

É neste contexto desafiante que urge garantir a conservação de ecossistemas sustentáveis (equilibrados e saudáveis), a par da necessidade básica de acesso a água potável absolutamente essencial para o desenvolvimento socioeconómico.

Também pelo exposto, a água e os serviços que lhe estão inerentes, designadamente o abastecimento e o saneamento, mantêm-se, cada vez mais, no centro do desenvolvimento sustentável e subjacentes a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

No caso dos serviços mencionados, existe ainda a necessidade de assegurar a resiliência nos sistemas a eventos cada vez mais comuns e extremos, de origem climática ou não climática.

Ao longo das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que visam responder aos desafios referidos. Efetivamente, estão hoje nas agendas das estratégias para o setor: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; ou o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos.

Não obstante os avanços, subsistem ainda situações insustentáveis e iníquas:

- Três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- Mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico;
- Cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- Mais de 3 mil milhões de pessoas em todo o mundo dependem da água que atravessa as fronteiras nacionais. No entanto, apenas 24 países têm acordos de cooperação para toda a água partilhada.
- 3,4 bilhões de pessoas continuam sem acesso a saneamento básico seguro: infraestruturas envelhecidas, desigualdades e mudanças climáticas põem em risco um direito humano básico.

e, mesmo em áreas geográficas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca *performance* do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento;
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia ou no Médio Oriente são exemplos.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o *World Bank Water Global Practise*, através do Plano Estratégico e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por:

- a transformação de acordos políticos em regras vinculativas;
- o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa;
- o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelos empregadores e pelos trabalhadores;

- o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Paralelamente, também o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2025, intitulado "Montanhas e glaciares -Torres de Água", emanado aquando da celebração do Dia Mundial da Água, reforçou a preocupação com o declínio da água doce no planeta. O objetivo é conservar e restaurar lagos, rios, pântanos, aquíferos, manguezais e geleiras, que estão sob ameaça crescente das mudanças climáticas, poluição e outros fatores.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) também alertou para o aumento da pressão sobre os recursos hídricos, com algumas regiões como Norte de África e Ásia Ocidental em níveis críticos.

A agricultura continua a ser o maior consumidor de água, e o *stress* hídrico agrava-se com o crescimento da procura.

CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA

Existem, atualmente, um conjunto de conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a geografia do globo. A situação é preocupante, continuando a significar e evidenciar, um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

O conflito na Europa Oriental (conflito Ucrânia / Rússia), que perturba e condiciona o mercado mundial da energia mantém-se. A este, juntou-se a guerra Israel/Hamas/Hezbollah em outubro de 2023, cujos efeitos se estenderam ao longo de 2024 e 2025, agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

Por outro lado, verificam-se outros conflitos e tensões que, direta ou indiretamente, continuam a impactar a geopolítica europeia e a segurança energética. As tensões no Mar do Sul da China persistem, com repercussões globais, nomeadamente ao nível das rotas comerciais marítimas estratégicas, essenciais para o fornecimento de energia e bens à Europa. A crise no Sahel permanece um fator de instabilidade, afetando a segurança regional e o acesso a recursos estratégicos, como o urânio, fundamental para a produção de energia nuclear em vários países europeus. O conflito no médio oriente continua a influenciar as dinâmicas geopolíticas e energéticas no Mediterrâneo Oriental, uma região de crescente importância estratégica para a União Europeia. Por outro lado, as disputas no Ártico intensificam-se em 2025, uma vez que o degelo progressivo reforça a competição entre grandes potências — como a Rússia, os Estados Unidos e a China — pelo controlo de novas rotas marítimas e pela exploração de recursos energéticos, incluindo petróleo e gás natural.

Em maio de 2022, como resposta ao conflito Ucrânia/Rússia, a Comissão Europeia aprovou o Plano REPowerEU Europeia que estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da União Europeia. Em paralelo visa a poupança energética, a produção de energia limpa e a diversificação do aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar novas infraestruturas e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026 para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM nº 136/2022).

Em abril 2025 foi publicada a atualização final do Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030), com objetivos ambiciosos para a transição energética: redução de emissões de gases com efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005. O PNEC 2030 traça, também, uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%.

Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em continuar a implementar medidas para mitigar a crise energética, alinhando-se com as diretrizes europeias e promovendo a sustentabilidade energética a longo prazo.

Em abril de 2025, Portugal e a Península Ibérica sofreram um grande apagão causando paragens nos transportes (comboios, metropolitano), falhas nos semáforos e sobrecarga nos hospitais, expondo vulnerabilidades na rede elétrica, forçando mais produção a gás e dificultando metas climáticas. Este evento severo destacou a necessidade de reforçar a infraestrutura energética europeia, com relatórios apontando para falhas em cascata.

Esse evento desencadeou impactos diretos nos sistemas de captação, bombeamento e tratamento de água das entidades gestoras, uma vez que a energia elétrica é necessária para a operação contínua de estações elevatórias e unidades de tratamento e distribuição; paralelamente, houve efeitos indiretos na pressão da rede de abastecimento e na continuidade operacional de sistemas urbanos de saneamento, exigindo esforços logísticos extraordinários para mitigar a perda de níveis de serviço regulamentares e assegurar a proteção da saúde pública.

Adicionalmente, em resposta às vulnerabilidades reveladas pelo apagão, foi apresentado o Plano de Reforço da Segurança do Sistema Elétrico Nacional com um pacote de 31 medidas para reforçar segurança do sistema elétrico nacional, garantindo os objetivos de descarbonização e transição energética.

O Plano de Reforço ora apresentado é norteado por três grandes princípios: (i) robustecimento do sistema elétrico nacional e da capacidade de resposta das infraestruturas críticas; (ii) compromisso com a transição energética e a descarbonização; e (iii) colaboração internacional para a integração de mercados e o reforço das interligações.

O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E O SANEAMENTO EM PORTUGAL

Em Portugal, o setor das águas caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as Autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Panorama Nacional

Abastecimento de Água

- 9,5 milhões de habitantes servidos
- 97% de alojamentos servidos
- 197 litros: consumo médio diário de água por habitante
- Tarifa média ponderada: 0,5634EUR/m³
- Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta): 99,69%

Saneamento de Águas Residuais

- 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem
- 87% de alojamentos servidos
- 8,5 milhões de habitante servidos com tratamento
- 86% de alojamentos servidos com tratamento
- 2,02 milhões de m³ de águas residuais recolhidas diariamente
- Tarifa média ponderada: 0,6028EUR/m³

Dados: RASARP 2025 volume I e RASARP 2025- volume II

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturação dos sistemas, mantém-

se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e neste sentido a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A resolução 23/2024 aprova o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030 estabeleceu o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

A março de 2025 foi apresentada a Estratégia Nacional para a gestão da água “Água que Une”, a qual preconiza uma gestão integrada da água, assumindo as seguintes orientações:

- Contribuir para uma governança ágil e eficaz da água;
- Diminuir a vulnerabilidade à escassez hídrica;
- Reforçar a sustentabilidade ambiental;
- Promover a coesão territorial Esta Estratégia pretende dar suporte à revisão do Plano Nacional de Água (2026) e à atualização da Estratégia para o Regadio Público 2014-2020 através do Plano Rega (a elaborar).

No âmbito da implementação da **Estratégia Nacional “Água que Une” (AqU)**, observaram-se avanços em duas vertentes:

- A implementação de medidas que se encontram no âmbito das Entidades Gestoras (EGs) do grupo AdP, como por exemplo o Programa ZILS/H2O – Gerir de Forma Integrada e Sustentável o Abastecimento ao Pólo Industrial de Sines, com a publicação do Decreto-lei n.º 52/2026, de 16 de fevereiro, a Elaboração do Estudo Prévio e do Estudo de Impacte Ambiental do Reforço do Sistema de Abastecimento de Água à Zona Industrial e Logística de Sines e a submissão do Estudo de Impacte Ambiental relativo à remodelação da ETAR de Ribeira dos Moinhos;
- Em outubro de 2025, foi apresentada a AdP AQUA, uma empresa do grupo Águas de Portugal que terá como missão planear, financiar, construir e gerir aproveitamentos hidráulicos, nomeadamente de fins múltiplos, que promovam a segurança hídrica de Portugal no horizonte 2040, enfrentando os desafios das alterações climáticas, do crescimento demográfico, do desenvolvimento económico e da preservação ambiental através de uma gestão integrada, resiliente e sustentável do recurso água.

O GRUPO AdP EM 2025

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as Ambições de Sustentabilidade, encontram-se identificadas as seguintes áreas estratégicas: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento. Neste sentido, em 2025, o Grupo promoveu a inovação em rede no âmbito da segunda edição do Concurso AdP Inovação Proactiva.

Foi publicado em Diário da República o diploma legal que altera o Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio que atribui à Águas de Santo André a concessão da exploração e da gestão do sistema de abastecimento de água (gerindo de forma integrada origens não convencionais, como a água do mar e a água para reutilização), de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, face aos desafios de escassez hídrica e à necessidade de reconfiguração do sistema para promover a sustentabilidade ambiental e a resiliência hídrica das atividades industriais, agrícolas e turísticas da zona de influência da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Em 2025, a Estação de Dessalinização do Algarve (EDAMA) avançou significativamente, com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a dar luz verde condicionada em novembro 2024, após consulta pública sobre o projeto em Albufeira, que visa captar e tratar água do mar para consumo.

Na dimensão da economia circular, salienta-se a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoureagentes.

Neste âmbito, em 2025, para além de várias ações de sensibilização, a Águas do Algarve concluiu investimentos em infraestruturas para a ApR na ETAR da Quinta do Lago, a Águas do Tejo Atlântico forneceu Água para Reutilização ao Município de Lisboa para a rega de parques e jardins, expandindo um projeto-piloto.

A norte (AdN), o projeto Regadouro, que se encontra em fase de conclusão, tem como objetivos fundamentais não só o de aumentar o conhecimento sobre a reutilização na rega de água tratada nas infraestruturas de tratamento de águas residuais, como também o de fomentar o aproveitamento dos nutrientes e fertilizantes presentes na mesma.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a gestão da energia constitui uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No plano internacional, em 2025, o Grupo, através da sua subsidiária AdP Internacional, reforça a sua presença internacional com a criação da empresa *Société Agua Services d'Assainissement* na Tunísia. Este passo decorre da adjudicação, pelo Estado tunisino, do contrato de concessão para a gestão, operação e manutenção do sistema de recolha e tratamento de efluentes da zona norte da cidade de Túnis, por um período de 10 anos.

A ENERGIA NO GRUPO ADP

O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO GRUPO ADP

O consumo de energia elétrica, enquanto componente fundamental e inseparável da operação das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma das principais rubricas de despesa, representando uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais. Trata-se de um fator com peso muito significativo no FSE e com impacto direto tanto nas tarifas aplicadas aos serviços de água e saneamento como no equilíbrio económico-financeiro das concessões e parcerias estabelecidas.

Com base nos dados de consumo (apurados a 5 de fevereiro de 2026), os consumos elétricos do Grupo AdP em 2025 foram de 817,95 GWh (+1,3% face a 2024). Destes, 784,18 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), o

que corresponde a +1,0% em comparação com 2024, e 33,76 GWh foram provenientes de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+8,6% face a 2024).

Relativamente aos caudais, os dados atuais (ainda não finais) apontam para um aumento de 3,3% no caudal de abastecimento de água e de 6,3% no caudal de água residual.

Os dados de 2025 indicam uma produção de 41,59 GWh/ano (+8,9% face a 2024). O autoconsumo foi de 33,76 GWh (+8,6% face a 2024) e a energia vendida à RESP totalizou 7,83 GWh (+10,4% face a 2024).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2025 foi de 776,36 GWh, o que representa uma variação de +0,9% face a 2024, ano em que o saldo foi de 769,26 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP em 2025 foi de 5,1%, tendo sido de 4,7% em 2024.

A fatura com a energia elétrica adquirida à RESP, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 5 de fevereiro 2025) deverá atingir em 2025 cerca de 96,27 milhões de euros, que corresponde a +3,38 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior (+3,6%).

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2025 a frota elétrica do Grupo AdP, percorreu mais de 2,5 milhões de km, estimando-se ter sido evitado o consumo de mais de 212 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 534 barris de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -42,8% (-77,8 tep) e o consumo elétrico foi de 483 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -477 toneladas (-84,7%).

No ano de 2025 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP consumiu cerca de 3,1 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -5,5% face a 2024 – ano em que foram consumidos 3,3 milhões de litros, o que representa em termos médios de consumo diário 8 169 l/dia em 2025 (em 2024 o consumo médio diário foi de 9 095 l/dia).

Apesar da relevância da frota elétrica atualmente em operação no Grupo AdP, importa salientar que o seu reforço continua previsto para os próximos anos, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que atribui um apoio do Fundo Ambiental no montante global de 7,52 milhões de euros ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo. Este processo - integrado no Programa de Neutralidade Energética - visa a implementação de uma Frota Verde, totalmente constituída por veículos não poluentes, incluindo viaturas de emissões nulas, contribuindo assim para a eliminação progressiva do consumo de combustíveis fósseis na operação do Grupo.

Embora a eletrificação da frota implique um aumento do consumo de energia elétrica, o impacto associado é substancialmente compensado pelos benefícios ambientais resultantes da redução das emissões de gases com efeito de estufa e da eliminação do consumo de combustíveis de origem fóssil. O efeito líquido é, por isso, claramente positivo, reforçando a transição energética do Grupo AdP e contribuindo para a concretização dos seus compromissos climáticos.

A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

O Grupo AdP - Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Esta realidade evidencia a dimensão económica, social e ambiental que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua atividade, bem como a sensibilidade do Grupo às tendências e à volatilidade dos mercados energéticos europeus e mundiais, que têm marcado a evolução dos preços grossistas na Europa nos últimos anos.

A natureza volátil destes mercados, agravada pela oscilação dos preços internacionais da energia e pelo impacto das políticas climáticas europeias, torna particularmente complexa a previsão da evolução do custo da eletricidade. Neste contexto, a experiência acumulada pelo Grupo AdP no acompanhamento dos mercados energéticos reforça a necessidade de uma estratégia ancorada em medidas robustas que induzam:

- A redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- A redução dos gastos, otimizando a contratação, ajustando potências e perfis de consumo aos períodos tarifários, eliminando a energia reativa e reforçando a gestão inteligente da energia,
- O aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (potenciando a produção de biogás e a sua valorização energética e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- A constituição de Comunidades de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a partilha do consumo da energia 100% renovável produzida nas empresas do grupo, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

A definição desta estratégia está igualmente alinhada com os compromissos internacionais assumidos por Portugal, em particular o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até 2050, consagrado no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050) e no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

Enquanto maior grupo empresarial público na área do ambiente e operador essencial de serviços críticos, a atuação da AdP deve, assim, contribuir decisivamente para as metas nacionais de neutralidade energética e carbónica, refletindo a sua responsabilidade ambiental e o impacto sistémico da sua operação.

É neste enquadramento que o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, um programa de neutralidade energética alinhado com a década crítica definida pela União Europeia para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (2021-2030). O Programa assenta numa estratégia integrada que combina a redução de consumos com um aumento substancial da produção própria de energia 100% renovável, com o objetivo de atingir a neutralidade energética em 2030, posicionando o Grupo como um dos primeiros operadores internacionais do setor da água a adotar um modelo de autossustentabilidade energética

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos. Até novembro de 2025, o investimento acumulado no âmbito do Programa ZERO totalizava 32,77 milhões de euros.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

CONTEXTO REGULATÓRIO

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

Em 2025, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidades atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2025, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta [EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias] e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

O Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro, altera os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, promovendo igualmente o restabelecimento de competências da ERSAR que haviam sido revogadas pela LOE 2021, a partir de 1 de janeiro de 2026.

O Decreto-Lei n.º 97/2025, de 21 de agosto, definiu, para o ano de 2025, as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores cobrados nos termos dos contratos de concessão dos sistemas multimunicipais.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2025, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

Em 2025 a ERSAR definiu uma nova metodologia de avaliação de eficiência que pretendeu simplificar o processo de avaliação da eficiência dos gastos de exploração (OPEX) através da redução do número de métricas a avaliar. A avaliação da eficiência do OPEX – a vigorar entre 2025 e 2028 – é materializada por uma única métrica para cada serviço, calculada por OPEX/m³ de água faturada no que respeita ao serviço de abastecimento de água (AA), e OPEX/m³ de água tratada para o serviço de saneamento de águas residuais (AR). No que respeita ao investimento (CAPEX) a ERSAR continuará a fazer o seu acompanhamento e definiu uma métrica específica para a manutenção e para os investimentos de substituição.

A AdSA não foi sujeita a definição de metas em virtude de se encontrar numa situação transitória de definição do âmbito das suas atribuições.

No decorrer de 2025, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2025, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa ao Projeto de Regulamento do sistema nacional de aprovação dos produtos em contacto com a água destinada ao consumo humano (com início em 2024), ao procedimento de recolha

de contributos para a elaboração do Regulamento Tarifário da Água (RTA) respondendo ao conjunto de questões colocadas pela ERSAR, e ao início da consulta pública ao projeto de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA).

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro. No decorrer do segundo semestre de 2025 foram enviados para apreciação da ERSAR os Estudos de Viabilidade Económico e Financeiros da maioria dos SMM.

Águas de Santo André, S.A.

A Águas de Santo André, S.A., (AdSA) exerce, através do contrato de concessão celebrado com o Estado, atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “alta” e em “baixa”, e de tratamento de resíduos industriais, na zona industrial de Sines e na freguesia de Santo André, no município de Santiago do Cacém.

A AdSA não constitui um sistema multimunicipal. Por ser um sistema de titularidade estatal encontra-se sujeita à mesma intervenção da ERSAR que aqueles sistemas.

As tarifas praticadas em 2025 por esta entidade gestora são aprovadas pelo Concedente, mediante parecer da ERSAR, sendo considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais, incluindo as amortizações de investimento, líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento, e a remuneração acionista.

O contrato de concessão determina que a remuneração acionista a recuperar, por via tarifária, seja estimada com base no valor dos capitais próprios a uma taxa equivalente às das OT a dez anos, acrescida de uma margem mínima de 3%. Para esta entidade gestora, trata-se de uma remuneração mínima, não se contabilizando qualquer DRG.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A Água de Santo André, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2025, foi apresentado o Volume I do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2024) com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2023. Sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização do setor no ano de 2023, abordando a sua caracterização e evolução, os principais intervenientes, os principais números em termos de recursos do setor, a análise económica e financeira e os principais resultados da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, com destaque para o primeiro ano de aplicação da 4.ª geração do sistema de Avaliação Qualidade do Serviço, sendo também disponibilizada a avaliação comparada (benchmarking) do desempenho das entidades gestoras. É ainda realizada a análise da relação das entidades gestoras com os utilizadores e apresentação dos principais resultados no que respeita à monitorização legal e contratual das entidades gestoras.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da Água de Santo André, S.A., disponível em <http://www.adsa.pt/atividade/ersar-qualidade-do-servico>.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A Águas de Santo André, S.A., que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, posteriormente derogados pelo Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto, a Águas de Santo André, S.A., como Entidade

Gestora, elabora anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submete para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e fiscalizar a respetiva implementação.

Em 2025, no cumprimento da legislação, a Águas de Santo André, S.A., implementou o PCQA, não se verificando situações de incumprimento de qualidade aos parâmetros com valor paramétrico estipulado no respetivo diploma. Face ao exposto, a Águas de Santo André, S.A. apresenta um indicador de 100% Água Segura em 2025.

O PCQA de 2025 da Águas de Santo André, S.A., foi aprovado pela ERSAR em dezembro de 2024. No âmbito deste PCQA, foram efetuadas 795 análises, 356 no sistema em alta e 439 no sistema em baixa.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela AdSA serão também incluídos no Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), em 2026.

No que respeita ao ano de 2025, a Águas de Santo André, S.A. obteve mais uma vez o valor de 100% para o indicador de Água Segura.

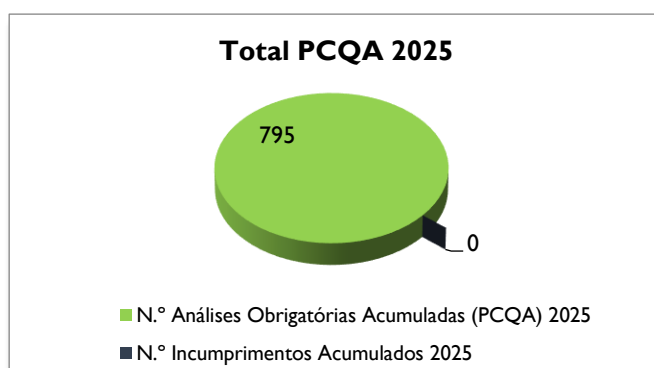


Figura 29 - PCQA 2025

REGULAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

A Águas de Santo André, S.A., está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a Águas de Santo André, S.A., dispõem de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

Em 2025 não se verificaram reclamações, a que corresponde a manutenção face ao verificado nos últimos anos.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGIAS

O Conselho de Administração da Águas de Santo André, no desenvolvimento das suas atividades e tarefas teve em conta o estabelecido na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, na sua atual redação, que estabelece para os gestores públicos, em especial, os que exercem funções executivas, as seguintes obrigações:

- Assegurar a concretização da missão, das orientações estratégicas e dos objetivos de gestão, definidas nos termos da lei, designadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Assegurar o tratamento equitativo do acionista e stakeholders e zelar pelo cumprimento de outras orientações que sejam emanadas pelo acionista e pelas Tutelas Setorial e Financeira;

- Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho da empresa, pelo cumprimento das metas e responsabilidades estabelecidas e pela concretização dos planos de atividades, orçamentos e planos de investimento anuais devidamente aprovados;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes, avaliando e gerindo os riscos inerentes às atividades da empresa;
- Propor as ações que se revelarem apropriadas para a consolidação e desenvolvimento da empresa;
- Considerar as medidas e as ações que venham a ser emanadas pelo Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, em particular aquelas que resultem de orientações da tutela setorial.

Os gestores públicos que integram o conselho de administração da Águas de Santo André estão, ainda, sujeitos ao código de ética da empresa, estando igualmente sujeitos ao cumprimento das melhores práticas Corporate e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, respeito pela concorrência e pelos agentes do mercado e pela prestação de informação sobre a sua organização e as atividades envolvidas.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

Para além do cumprimento de outras orientações que vierem a ser determinadas nos termos do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho de Administração da Águas de Santo André, sem prejuízo da sua autonomia de gestão, deve:

- Cumprir a sua missão e exercer a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa).

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:

1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;

1.2. Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;

1.3. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;

1.4. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;

1.5. Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.

2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:

2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;

2.2. Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;

2.3. Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;

2.4. Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.

3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:

3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;

3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;

3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.

4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:

4.1. Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;

4.2. Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espectro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;

4.3. Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;

4.4. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.

5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - 5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - 5.2. No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
6. Assegurar as boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - 6.1. Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
 - 6.2. Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;
 - 6.3. Atualização dos processos de planeamento de investimentos;
 - 6.4. Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;
 - 6.5. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
7. Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades existentes na empresa, quando solicitado pela AdP internacional.

CIRCUNSTÂNCIAS TRANSITÓRIAS E EXCECIONAIS

O presente mandato da Águas de Santo André, S.A corresponde a um ciclo extremamente exigente em termos de dimensionamento da capacidade instalada, complexidade dos desafios estratégicos e cronograma de execução do programa de investimento suportado por fundos europeus.

Acresce a excecionalidade inerente ao contexto de guerra na Europa, com a necessidade imperiosa de neutralizar as repercussões na atividade corrente e de assumir uma função relevante de estabilização social, de alavanca na recuperação económica e indutora na evolução de paradigma da sociedade.

ATIVIDADE

INTRODUÇÃO

O Sistema de Santo André abrange três vertentes: abastecimento de água, água residual e resíduos industriais.

Este sistema serve a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda, parcialmente, os municípios de Santiago do Cacém (cidade de Vila Nova de Santo André e costa de Santo André) e de Sines. Neste último, no que respeita ao abastecimento de água potável, pontualmente e sempre que solicitado, fornece água ao Município.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

DISTRIBUIÇÃO

REDE DE ÁGUA POTÁVEL

A distribuição de água potável, correspondente à atividade “em baixa”, abrange duas zonas de abastecimento: a zona de Santo André e a Zona Industrial e Logística de Sines.

A distribuição em Santo André é efetuada a partir do reservatório, situado na sede da empresa, a partir do qual a água é bombeada diretamente para a rede. Na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) a distribuição é feita a partir dos reservatórios situados em Monte Chãos, por gravidade.

Água Potável	
Rede de distribuição (km)	102
Caudal médio diário distribuído (m³/dia)	4 621
Estações Elevatórias	1
População servida (habitantes)	17.260

REDE DE ÁGUA INDUSTRIAL

Esta rede destina-se a distribuir água industrial às indústrias da ZILS, sendo efetuada por gravidade a partir de um reservatório situado em Monte Chãos, utilizando uma rede de distribuição própria e independente da de água potável, embora com traçados paralelos.

Água Industrial	
Rede de distribuição (km)	28
Caudal médio diário distribuído (m³/dia)	21 385
População servida (habitantes)	337.900

ABASTECIMENTO

SISTEMA DE SANTO ANDRÉ

A parte do sistema designado de rede “em alta” compreende a captação feita a norte de Vila Nova de Santo André, no designado sistema aquífero de Sines. Este sistema compreende um conjunto de seis captações subterrâneas ativas. A água captada é bombeada por estações elevatórias para um reservatório em Santo André e outro em Monte Chãos, a partir dos quais se desenvolve a rede “em baixa”, de distribuição de água.

Sistema de Santo André

Captações	6
Estação de Tratamento de Água (ETA) *	3
Adutoras (km)	27
Estações Elevatórias	4
Capacidade de produção (m³/dia)	20.000
População servida (habitantes)	22.710
*três pontos de desinfecção do sistema AP, conforme definição da ERSAR	

SISTEMA DE MORGAVEL

Este sistema compreende a captação no Rio Sado, em Ermidas do Sado, seguido de uma adução com cerca de 40km até à Albufeira de Morgavel, sendo a água posteriormente transportada até ao reservatório em Monte Chãos (50.000 m³).

Sistema de Morgavel

Captações	1
Estação de Tratamento de Água (ETA)	1
Adução em conduta, canal e túnel (km)	39
Capacidade de produção (m³/dia)	130.000

ÁGUAS RESIDUAIS

O Sistema de saneamento de água residual de Santo André é um sistema “em alta” que compreende a recolha, transporte e tratamento de água residual industrial proveniente da Zona Industrial e Logística de Sines e da água residual urbana provenientes das cidades de Santo André, Sines e Santiago do Cacém.

As águas residuais são tratadas na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Ribeira dos Moinhos, sendo depois descarregadas no mar, através de um emissário submarino com 2480 m de comprimento e a 40 m de profundidade.

Água Residual

Rede de coletores (km)	57,4
Estações Elevatórias	10
Estação de Injeção de oxigénio	1
Bacias de Retenção	2
Estação de Tratamento de Água Residual (ETAR)	1
Emissário Submarino	1
Capacidade de tratamento (m³/dia)	43.000
Volume diário tratado (m³/dia)	17.501
Carga média removida (ton CQO/ano)	2.757
População servida (habitantes)	82.266

RESÍDUOS INDUSTRIAIS

Na vertente de resíduos industriais, a AdSA tem por atribuição receber os resíduos industriais provenientes das indústrias situadas na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda os resíduos industriais provenientes dos subsistemas da AdSA.

O recinto do aterro de resíduos industriais, com uma extensão total de 59 ha, contempla quatro zonas distintas de resíduos, uma zona de infraestruturas de apoio ao funcionamento do aterro e uma rede piezométrica, constituída por 13 piezómetros, para monitorização da qualidade das águas subterrâneas.

ZONA DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU)

A zona destinada à deposição de RSU, cuja área de projeto é de 27.200 m², entrou em funcionamento em 1977, com a finalidade de servir os concelhos de Santiago do Cacém e Sines, tendo sido encerrado, em abril de 2000, após a entrada em funcionamento do aterro sanitário do sistema de resíduos sólidos do Litoral Alentejano, Aljustrel e Ferreira do Alentejo.

A AdSA, em 2011, procedeu à selagem e requalificação ambiental das Células de RSU.

ZONA DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS (RSI)

A zona destinada à deposição de RSI, constituída por dois alvéolos e com uma área total de deposição de 14.450 m², teve início a sua utilização em 1994, tendo sido encerrada em 2008.

A AdSA, em 2011, procedeu à selagem e requalificação ambiental das células de RSI.

ZONA DE DEPOSIÇÃO TEMPORÁRIA DE LAMAS OLEOSAS

Com o objetivo de armazenar temporariamente as lamas oleosas provenientes da ETAR de Ribeira dos Moinhos e das empresas situadas na ZILS foram construídas 12 bacias, cujo funcionamento teve início em 1982 e término em 2008.

Em 2015 foi concluída a resolução do passivo ambiental existente através da prestação de serviços de Retirada das Lamas Confinadas no Aterro de Santo André, adjudicada ao consórcio EGEO/SISAV/Carmona/Lena Ambiente, tendo sido, desde o início do projeto e até setembro de 2015, concluídas as 12 bacias existentes. Foram retiradas 82.078,62 toneladas de resíduos (lamas oleosas) e 32.592,74 toneladas de solos saneados, tendo como destinos finais, respetivamente, os CIRVER SISAV, ECODEAL e o Aterro de Resíduos Não Perigosos da Lena Ambiente II. Este foi um projeto cofinanciado pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e pelo Fundo de Intervenção Ambiental (FIA).

ZONA DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS (RNP)

A AdSA, em 2010, procedeu à construção de uma célula para receção de resíduos não perigosos (RNP). Esta célula, constituída por dois alvéolos, tem como características técnicas principais:

- Capacidade anual para receção de RIB: 6.500 toneladas;
- Vida Útil Esperável: 3 a 10 anos (à data e dependendo dos quantitativos de resíduos a receber anualmente).

Tendo recebido o seu alvará de licença para a realização de operações de gestão de resíduos em maio de 2011, a AdSA retomou a atividade de receção de RNP em setembro de 2011.

OUTROS NEGÓCIOS

Desde 2006 que têm sido apresentados à AdSA sucessivos pedidos de descarga de lixiviados por invocada incapacidade das unidades de tratamento de lixiviados dos Aterros de Resíduos Sólidos Urbanos e outras unidades industriais fora da área da Concessão da AdSA.

Para a execução desta prestação de serviços a AdSA solicitou autorização ao Concedente para o exercício desta atividade de forma continuada, até um limite máximo de 5% do caudal médio afluente à ETAR, estando em vigor a autorização N.º 3/SEAMB/2018, emitida pela Secretaria de Estado do Ambiente, em janeiro de 2018.

ATIVIDADE OPERACIONAL

OPERAÇÃO

ÁGUA POTÁVEL

O subsistema de Água Potável abrange toda a produção de água para consumo humano (captação, tratamento e armazenamento) para abastecimento em alta ao município de Sines (Bêbeda e Paiol) e ao município de Santiago do Cacém (Giz, Foros da Quinta e Brescos), e para distribuição em baixa às zonas de abastecimento de Santo André e da ZILS, com origem no Aquífero de Sines.

CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA

Em 2025, foi captado o volume total de 2 052 914 m³. Este volume foi captado de acordo com as necessidades verificadas ao longo do ano, registando-se em junho o maior valor mensal captado, de 218 098 m³, concordante com o mês com maior taxa de turismo da região e com maiores necessidades de rega de espaços verdes na cidade de Vila Nova de Santo André, e em fevereiro, o valor mensal mais baixo de 118 192 m³.

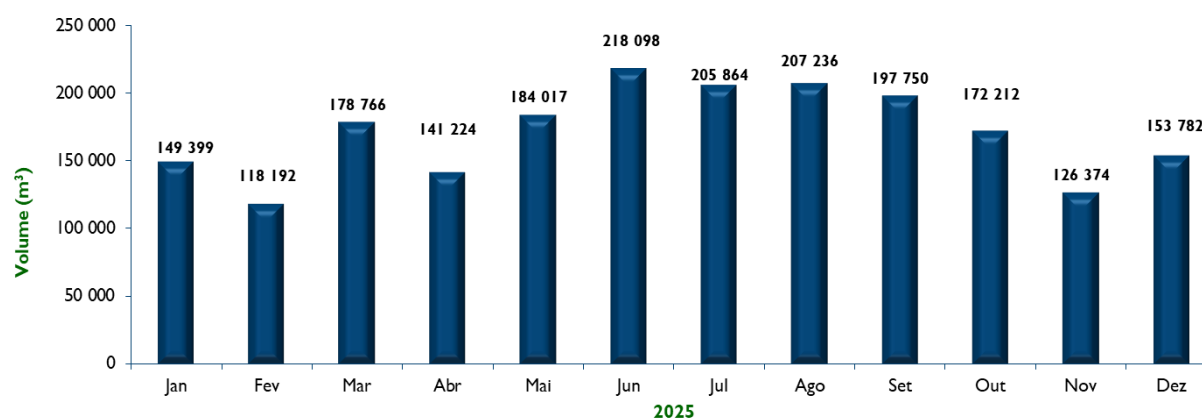


Figura 30 – Volumes captados ao longo de 2025

Em termos anuais e comparando com os anos anteriores, verifica-se um aumento do volume total de água captada em cerca de 12% em relação a 2024, justificado pelo abastecimento de água à cidade de Sines.

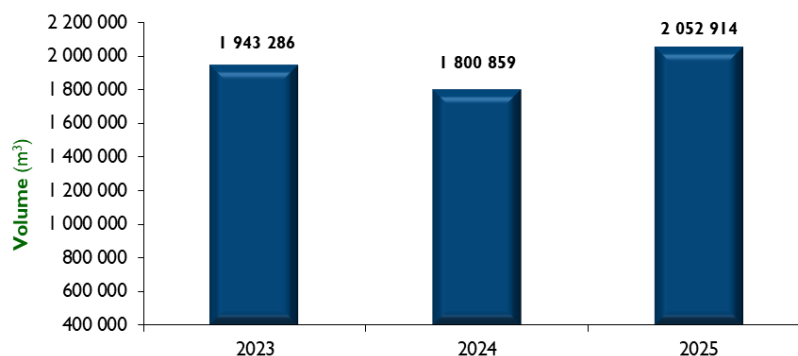


Figura 31 – Volumes anuais captados - últimos 3 anos

Em 2025, no âmbito do contrato de concessão estabelecido, a qualidade da água na origem foi monitorizada ao abrigo do respetivo plano de monitorização, tendo-se efetuado um total de 750 determinações analíticas, nas seis captações ativas e nos restantes piezómetros. Esta monitorização incluiu amostragens semestrais, em abril e em outubro, sendo que em outubro a rotina de análise acresce parâmetros anuais, permitindo avaliar mais características qualitativas da água captada. A análise dos valores indica que a qualidade da água subterrânea captada se mantém dentro dos valores normais estabelecidos pelo Diploma legal n.º 236/98, de 1 de agosto. A percentagem de cumprimento de qualidade da água bruta foi de 100%.

PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO

A água produzida nas ETA de Santo André e de Monte Chãos é armazenada nos reservatórios de Santo André e de Monte Chãos, respetivamente, e posteriormente entregue nos pontos de distribuição da cidade de Vila Nova de Santo André (68%) e na ZILS (32%).

Na captação do Porto Peixe é efetuada a cloragem de água que abastece o subsistema a norte de Vila Nova de Santo André, que compreende alguns clientes suburbanos e o ponto de entrega em alta de Brescos e Foros da Quinta.

Ponto de Entrega	Caudais (m³)
Centro Operacional de Santo André	1 163 605
Centro Operacional de Monte Chãos	523 235
Porto Peixe	169 084
ByPass (AP/AI)	872
Total fornecido	1 856 796

No que respeita ao sistema de abastecimento em alta verificam-se perdas de 5,6%. Comparativamente ao ano precedente, verificou-se um aumento, uma vez que no presente ano a rotura ocorrida no traçado de abastecimento aos clientes suburbanos contabilizou uma perda de água estimada superior ao ano anterior (941.65m³), estando em análise a priorização do investimento na reabilitação da rede neste troço.

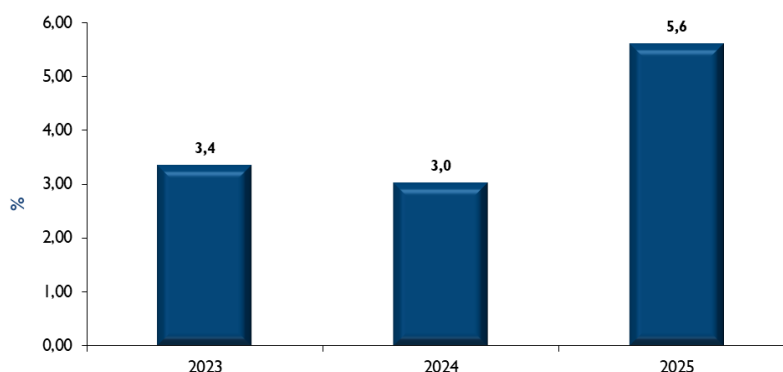


Figura 32 - Percentagem de Perdas os últimos 3 anos

DISTRIBUIÇÃO

No quadro abaixo apresentam-se os volumes da água distribuída globalmente às duas zonas de distribuição da AdSA bem como a água fornecida e as respetivas perdas.

	2023	2024	2025
Água fornecida (m³)	1 625 843	1 531 584	1 685 968
Água consumida (m³)	1 291 193	1 234 797	1 401 061
Perda de distribuição (%)	20,58	19,38	16,90

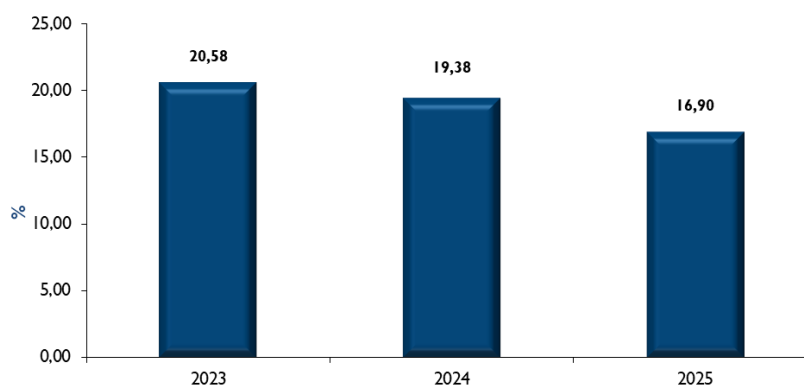


Figura 33 - Percentagem de perdas da rede de distribuição ZASA e ZAZILS

As perdas acima consideradas são referentes tanto à rede de distribuição Zona de Abastecimento de Santo André (ZASA) como à rede de distribuição da Zona de Abastecimento da Zona Industrial e Logística de Sines (ZAZILS). Em 2025, a diminuição de perdas deveu-se ao decréscimo das mesmas na ZAZILS, face a 2024, consequência de menor nº roturas comparativamente com o período homólogo.

Em 2025, resultante da implementação do Plano Estratégico de redução de perdas, foi possível renovar 1.108 metros de condutas da rede de distribuição de Vila Nova de Santo André, em resultado de conjunto de intervenções realizadas pela AdSA, o que representa cerca de 1% da rede. Destas intervenções, destacam-se as seguintes:

- Bairro da Petrogal: substituição de 513 m de condutas de distribuição, anteriormente em fibrocimento, para PEAD PN16, com diâmetros de DN63 e DN90, bem como a renovação de 16 ramais de abastecimento;
- Bairro do Liceu: substituição de cerca de 595 m de condutas de distribuição, de fibrocimento para PEAD PN16, com diâmetros compreendidos entre DN63 e DN125, bem como a renovação de 12 ramais de abastecimento e 5 ramais de rega.

Paralelamente às ações de renovação da rede, e com vista à minimização das perdas de água na rede de distribuição de água de Vila Nova de Santo André, foi ainda dada continuidade ao projeto WONE, que consiste na implementação de uma metodologia de gestão de Zonas de Monitorização e Controlo de Perdas (ZMC's). Esta estratégia é focada na eficiência, na redução de perdas e na otimização do sistema de abastecimento, cujos resultados são relevantes em termos económicos, sociais e ambientais, sendo suportado por uma aplicação informática que permite automatizar a integração dos dados de monitorização das ZMC.

Em 2025, realizaram-se ensaios de Alteração Temporária de Polígonos (ATP) na ZMC Norte, sendo igualmente realizadas várias campanhas de deteção de fugas abrangendo o Bairro da Petrogal e o Bairro Horizonte.

Estas ações tiveram como objetivo identificar roturas não visíveis à superfície, recorrendo a diferentes métodos de deteção acústica, permitindo a sua reparação antecipada e contribuindo para a redução de perdas de água na rede. Como resultado, foram detetadas e reparadas 8 roturas não visíveis no Bairro da Petrogal.

No gráfico seguinte é possível observar o valor percentual de perdas nos últimos três anos, de forma desagregada para as duas redes de distribuição.

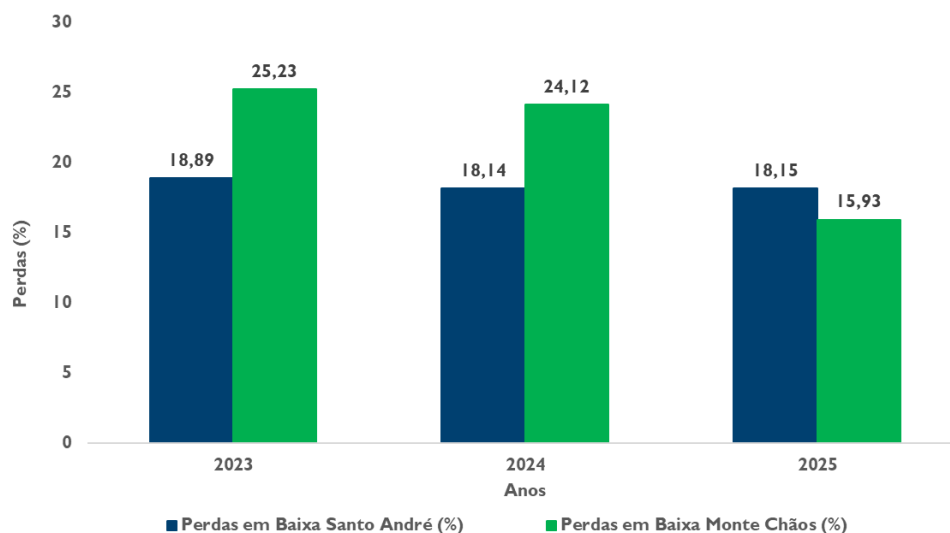


Figura 34 - Percentagem de perdas nos últimos 3 anos, desagregado para as duas redes de distribuição

QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A qualidade da água distribuída é controlada através do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR), de acordo com a legislação em vigor.

No cumprimento do PCQA 2025, aprovado em dezembro de 2024, a AdSA efetuou, através de um laboratório acreditado pelo IPAC, 795 determinações (em alta e em baixa) que asseguraram a monitorização da qualidade da água.

Paralelamente ao PCQA, a AdSA desenvolve anualmente um programa complementar de Controlo Operacional (PCO), constituído por amostras recolhidas nos seus reservatórios, pontos de entrega e pontos de consumo, tendo realizado 1.613 determinações, igualmente por um laboratório externo acreditado, com uma percentagem de cumprimento de 100%.

A percentagem de cumprimento de PCQA, para parâmetros com valores paramétricos, foi de 100% no sistema em Baixa e 100% no sistema em Alta, mantendo a percentagem de Água Segura nos 100%, segundo avaliação da ERSAR.

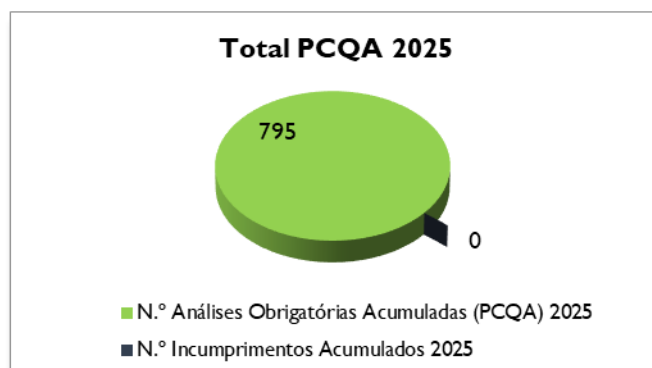


Figura 35 - Total de resultados do PCQA 2025

PLANO DE PREVENÇÃO E CONTROLO DE *LEGIONELLA*

Em 2025, a AdSA deu continuidade à implementação do Plano de Prevenção e Controlo de *Legionella* na Água para Consumo Humano, com a realização de amostragens semestrais em todas as instalações e áreas de concessão da AdSA, desde a Captação à Rede de Distribuição, com um total de 96 pontos de amostragem anualmente. Em paralelo, foi efetuada amostragem em todas as captações para analisar a atividade energética ATP produzida por microorganismos, com o equipamento ATP 2^a- Geração *Luminultra PhotonMaster*, que possibilita despistar o risco da presença da *Legionella*.

Este controlo é de grande importância não só para os nossos clientes, como também para os colaboradores da empresa que, zelando pela saúde de todos, realizam purgas e desinfecções (térmicas e/ou químicas) em diversos pontos das nossas instalações (ex: chuveiros, torneiras, termoacumuladores).

ÁGUA INDUSTRIAL

O subsistema de abastecimento de Água Industrial abrange as atividades de captação da água superficial no Rio Sado, através da Estação Elevatória de Ermidas do Sado, o seu transporte através do sistema conduta-canal-túnel para a Albufeira de Morgavel, e posterior bombagem para produção de água industrial na ETA de Morgavel. Após tratamento a água é aduzida e armazenada no Centro Operacional de Monte Chãos, de onde é feita a distribuição de água industrial à ZILS. Este centro é igualmente responsável pela distribuição de água potável para a mesma zona.

CAPTAÇÃO

O subsistema de abastecimento de Água Industrial inicia-se na captação de Ermidas do Sado, de onde é bombeado sempre que existe disponibilidade de água, na origem, quer em termos de qualidade e em quantidade. Na figura seguinte apresentam-se os volumes de água total captada na estação elevatória de Ermidas-Sado nos últimos 3 anos.

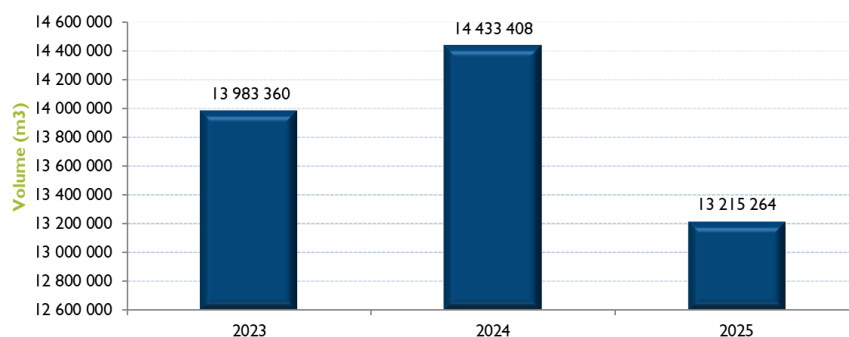


Figura 36 – Volumes de água total captada na Estação Elevatória de Ermidas Sado nos últimos 3 anos

De forma a mitigar os efeitos das alterações climáticas e a escassez hídrica no rio Sado, em março de 2022, foi concluída a obra de ligação física do Sistema da EDIA ao Sistema de Morgavel. Esta redundância traduziu-se numa maior resiliência deste sistema perante os efeitos das alterações climáticas. Em 2025, não foi necessário transferir água do EFMA, para o nosso sistema devido à diminuição de consumo pelos clientes da ZILS.

Devido à seca severa que se verificou em 2022, o volume da albufeira esteve próximo do volume morto, situação só recuperada a partir do final de novembro desse ano. Em 2023, verificou-se uma recuperação do volume de água armazenada na Albufeira de Morgavel, semelhante ao verificado em igual período de 2022, não tendo sido atingidos os mínimos anteriormente verificados. Em 2024, devido à obra de Reabilitação do Canal de Ermidas foi armazenado o volume máximo, para garantir o fornecimento de Água Industrial aos clientes da ZILS, durante o período em que decorreu esta intervenção. Em 2025, foi possível repor volumes devido à disponibilidade de água no Rio Sado, tendo ocorrido, entretanto uma diminuição do consumo estimado por parte dos Clientes da ZILS. A figura seguinte apresenta a evolução do volume de água na Albufeira de Morgavel, ao longo dos últimos 3 anos.

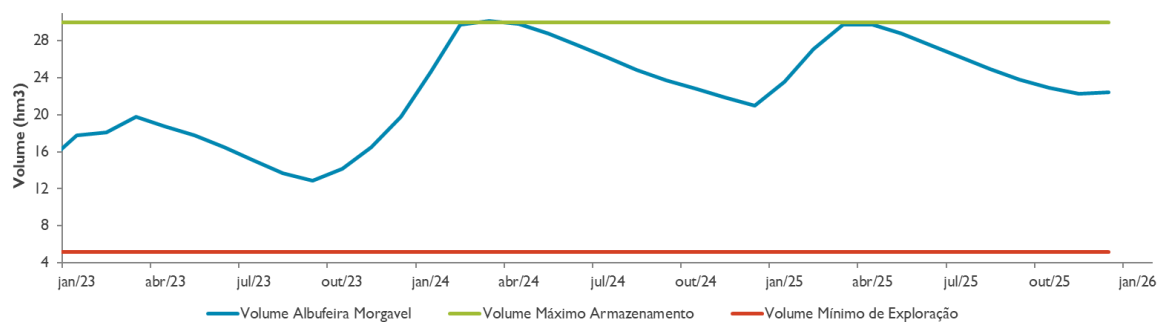


Figura 37 - Evolução do volume de água na Albufeira de Morgavel, ao longo dos últimos 3 anos

PRODUÇÃO

Durante o ano de 2025 foram produzidos 11,16 hm³ de Água Industrial na ETA de Morgavel, com vista ao fornecimento dos clientes industriais instalados na ZILS, o que representa um decréscimo de 8% relativamente ao ano anterior. Esta variação está associada à paragem total e/ou parcial da produção por parte de alguns dos grandes clientes da ZILS.

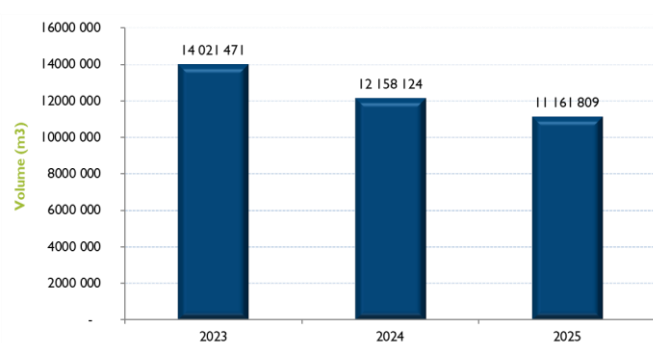


Figura 38 - Volumes produzidos na ETA de Morgavel nos últimos três anos

DISTRIBUIÇÃO

O Centro Operacional de Monte Chãos é responsável pelo armazenamento e distribuição de água industrial aos clientes da ZILS.

Em 2025, o volume total de distribuído foi de 7.805 hm³, o que representa uma diminuição de cerca de 11%, relativamente a 2024. Conforme referido anteriormente, esta variação deve-se à diminuição dos consumos por parte de alguns dos grandes clientes industriais.

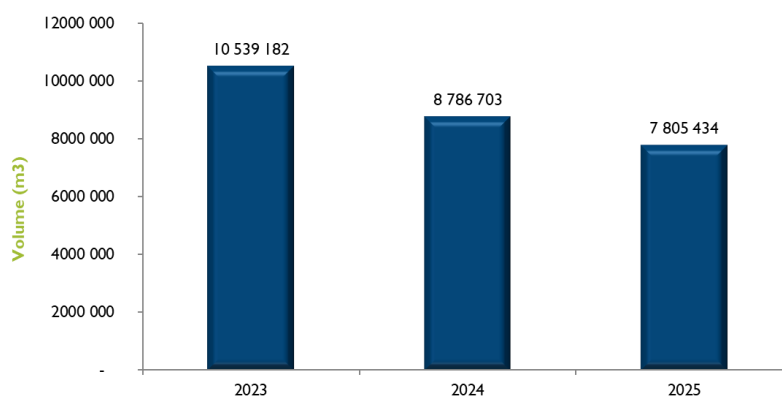


Figura 39 - Volume total distribuído nos últimos três anos

A qualidade da água distribuída às indústrias da ZILS é controlada através de um Plano de Controlo Interno. De acordo com este plano, a AdSA efetuou, através de um laboratório acreditado pelo IPAC, um valor total de 40.280 análises no ano de 2025. Por forma a monitorizar a qualidade da água industrial, ao longo do processo de tratamento é efetuado diariamente um controlo analítico aos parâmetros turvação, pH, Alumínio e Oxidabilidade, que garantem o controlo da qualidade da água industrial a fornecer aos clientes industriais.

ÁGUA RESIDUAL

A atividade do subsistema de Água Residual abrange as atividades de recolha, tratamento e rejeição de água residual urbana e industrial, e ainda a receção e rejeição de água residual salina. São ainda rececionados diretamente na ETAR de Ribeira dos Moinhos lixiviados provenientes de vários aterros, atividade acessória e complementar devidamente autorizada pelo Concedente, e ainda águas residuais provenientes de fossas sépticas.

RECOLHA

No quadro seguinte é possível observar a evolução dos caudais recolhidos e transportados pelo subsistema. Os caudais são apresentados de acordo com a sua proveniência: água residual urbana, água residual industrial, lixiviados e água residual salina.

Tipologia de Água Residual	2024	2025	Variação %
Água Residual Urbana	1.772.937	2.009.636	12%
Água Residual Industrial	3.913.418	4.100.004	5%
Lixiviados	56.055	103.871	46%
Água Residual Salina	806.623	816.384	1%
Total	6.549.033	7.029.896	7%

Em 2025, registou-se um acréscimo de cerca de 7% do volume total de água residual recolhida pelo subsistema de Água Residual, relativamente a 2024.

Esta variação deve-se ao facto de se ter verificado um acréscimo, relativamente a 2024, de 5% na componente de água residual industrial e 1% na componente de água residual salina, ambos justificados pelo ligeiro aumento das descargas provenientes de grandes clientes industriais.

Relativamente à componente de água residual urbana, verificou-se um acréscimo de 12% em relação a 2024, justificado pelo maior volume de precipitação ocorrido até dezembro de 2025 relativamente ao período homólogo de 2024 (544 mm e 821 mm, respetivamente – dados recolhidos pela Estação Meteorológica instalada no RESIM).

Paralelamente, importa referir que em dezembro de 2024 foi instalado um novo caudalímetro na Câmara de Reunião da Barbuda, que permitiu obter leituras mais fidedignas do caudal rejeitado pela Câmara Municipal de Sines.

Os volumes recolhidos apresentam a seguinte distribuição, conforme a sua origem:

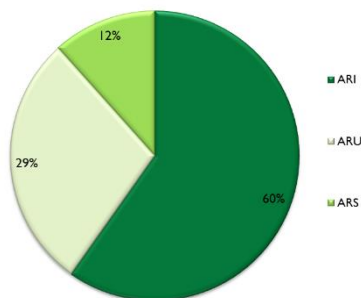


Figura 40 - Percentagem de volumes recolhidos

O serviço de recolha e tratamento da água residual urbana é regulado pelo Regulamento Geral de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Sistema de Santo André (RGESA). No que respeita às águas residuais industriais e salinas admitidas no subsistema são regidas pelo Regulamento de Recolha e Tratamento de Água Residual Industrial do Sistema de Santo André (RARISA), aprovado pelo Concedente em abril de 2007, que estabelece as condições em que a AdSA se encontra obrigada a recolher, drenar e tratar Água Residual Industrial, no âmbito da exploração e gestão das infraestruturas que constituem e/ou constituirão o Sistema, bem como as condições de exploração que devem ser asseguradas pelos Utilizadores com o fim de garantir-se os princípios da eficiência e da qualidade de serviço.

A AdSA encontra-se a desenvolver a revisão deste regulamento, de forma a proceder a algumas alterações que visam adequar o conteúdo do regulamento às futuras condições operacionais do sistema de Água Residual da AdSA.

TRATAMENTO

No que respeita aos caudais afluentes à ETAR de Ribeira dos Moinhos, apresenta-se na figura seguinte a evolução registada desde 2023.

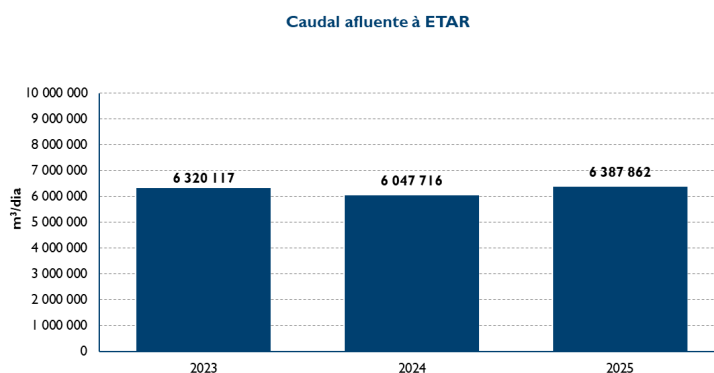


Figura 41 - Evolução dos caudais afluentes à ETAR de Ribeira dos Moinhos (2023 a 2025)

Em 2025, registou-se um acréscimo no volume total afluente à ETAR, de cerca de 6%, relativamente ao ano de 2024 que, conforme foi referido anteriormente, é justificado pelo ligeiro aumento das descargas provenientes de alguns grandes clientes industriais, associado ao aumento da pluviosidade.

As condições de descarga da água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinhos são estabelecidas pela Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Águas Residuais n.º L009603.2022.RH6, emitida pela APA/ARH do Alentejo em julho de 2022, com uma validade de cinco anos.

Adicionalmente, encontra-se em vigor uma derrogação temporária para os parâmetros CQO e CBO₅, concedida pela ARH do Alentejo através da emissão do 1.º Averbamento à Licença n.º L009603.2022.RH6. Esta derrogação vigora desde 4 de outubro de 2023 até ao término da validade da licença atual.

Com o objetivo de monitorizar a água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinhos é executado um plano analítico de acordo com o estipulado na licença de descarga acima referida, onde se encontram definidos os parâmetros a analisar, frequências e valores limite de emissão a respeitar pela água residual tratada, antes de esta ser rejeitada no meio hídrico.

Para suportar o controlo diário do processo da ETAR é ainda executado um extenso plano de controlo analítico interno, através do laboratório de processo da ETAR.

De acordo com a metodologia de cálculo da ERSAR para o indicador de desempenho AR21 – Cumprimento dos requisitos de descarga, e tendo em consideração a derrogação temporária para efeitos do cumprimento das percentagens de remoção dos parâmetros CQO e CBO₅, temos que, para 99,7% da população equivalente servida pela ETAR de Ribeira dos Moinhos, o tratamento é satisfatório. O gráfico seguinte apresenta a evolução da população equivalente com tratamento satisfatório e a respetiva taxa de cumprimento dos parâmetros de descarga, no período de 2023 a 2025.

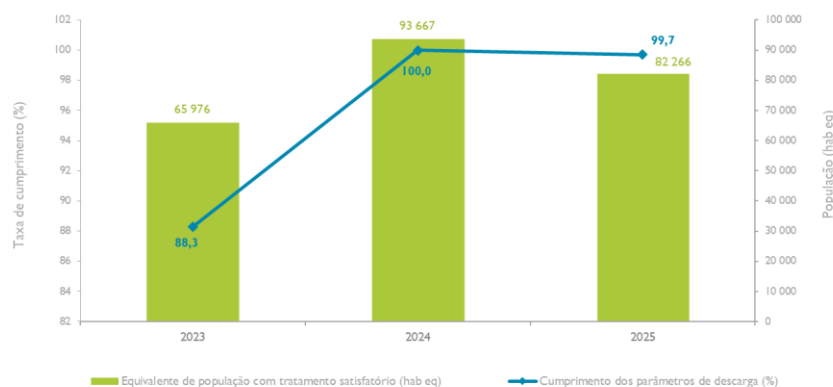


Figura 42 - Evolução da população equivalente e a respetiva taxa de cumprimento, no período de 2023 a 2025

Apesar das várias ações que a AdSA tem desenvolvido nos últimos anos, no sentido de dotar a instalação de maior capacidade de oxidação da carga orgânica afluenta, verifica-se que não existem garantias de cumprimento integral e contínuo das condições de descarga estabelecidas para estes parâmetros, uma vez que a ETAR foi concebida no âmbito de um quadro legal menos restritivo e para uma tipologia de efluentes diversa à que atualmente aflui à infraestrutura.

Para fazer face às dificuldades de cumprimento integral das condições de descarga dos parâmetros CQO e CBO₅, a AdSA desenvolveu o processo para contratação da empreitada de Remodelação da ETAR de Ribeira dos Moinhos e encontra-se a aguardar as respetivas autorizações para realização do investimento e da contratação obra.

Após a conclusão dos investimentos previstos, a instalação ficará totalmente capacitada para dar cumprimento às atuais condições de descarga.

MONITORIZAÇÃO DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS NA ETAR

Desde 2012, que a AdSA monitoriza as emissões difusas provenientes da ETAR da Ribeira dos Moinhos.

A referida monitorização tem por base um plano aprovado pela CCDR-Alentejo - Plano de Monitorização de Emissões Atmosféricas, que contempla a medição, em três órgãos distintos, dos seguintes parâmetros:

- Compostos orgânicos voláteis não-metânicos (COVNM);
- Metano;
- Pentaclorobenzeno;
- Triclorobenzeno (TCB);
- Amónia.

No que respeita a 2025, foi realizada a comparação do cálculo das emissões anuais, com base nos resultados das medições, com os Limiares de Emissão anuais do regime de prevenção e controlo integrados da poluição (PRTR), tendo-se concluído que estes limiares de reporte não foram excedidos, conforme se pode observar pela análise do quadro abaixo apresentado.

Parâmetro	Local de Medição			Limiar de Emissão (kg/ano)
	Emissão Total 2025 (kg/ano)			
	Tanque de Homogeneização	Tanque de Arejamento	Edifício Tratamento de Lamas	
NH ₃	121	175	< 4,3	10 000
CH ₄	1 358	< 353	< 27	100 000
COVNM	2 414	< 1 129	< 88	100 000
Pentaclorobenzeno	< 0,40	< 0,56	< 0,038	1
Triclorobenzeno	< 0,40	< 0,56	< 0,038	10

Figura 43 - Evolução da população equivalente e a respetiva taxa de cumprimento, no período de 2023 a 2025

RESÍDUOS INDUSTRIAIS

O subsistema de Resíduos Industriais abrange todas as atividades referentes à receção e confinamento de resíduos industriais não perigosos.

CONFINAMENTO DE RESÍDUOS

Durante o ano de 2025 entraram na instalação RESIM – Gestão de Resíduos Industriais de Santo André, 5.583 toneladas de resíduos não perigosos, dos quais 90,60% correspondem a resíduos de clientes externos e 9,4% a resíduos internos produzidos nos subsistemas da AdSA. Na figura seguinte apresenta-se a evolução dos resíduos confinados no RESIM no período 2023 a 2025.

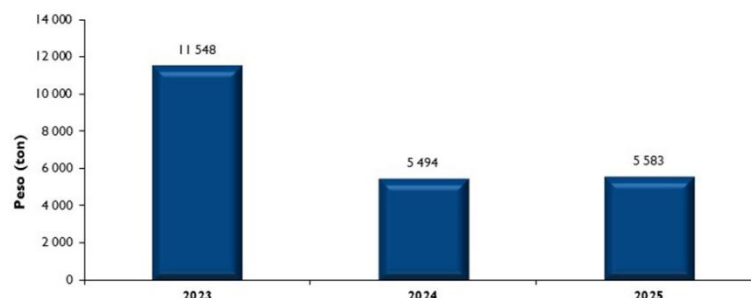


Figura 44 - Evolução de resíduos confinados no RESIM, no período de 2023 a 2025

O decréscimo significativo verificado no confinamento de resíduos, desde 2023, prende-se com a necessidade de adequar a estratégia de gestão operacional do RESIM ao espaço disponível na célula em exploração. Ou seja, devido à redução da capacidade remanescente da célula em exploração, foi necessário condicionar a receção de resíduos, por forma a prolongar a sua vida útil.

Em março de 2025, a APA autorizou o aumento da cota máxima de exploração da célula do RESIM. Paralelamente, e para assegurar a continuidade de negócio, a AdSA encontra-se a finalizar o projeto de ampliação do RESIM, o respetivo Estudo de Impacte Ambiental e o pedido de licenciamento ambiental, para posteriormente ser executada a respetiva empreitada, estimando-se um período de cerca de 3 anos para a total concretização das etapas acima referidas.

MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

No âmbito da monitorização ambiental, a AdSA procedeu em 2025 ao controlo dos lixiviados do aterro, águas residuais, águas subterrâneas, emissões gasosas, dados meteorológicos e controlo de enchimento e assentamentos do aterro, de acordo com a legislação em vigor e documento de referência – Título Único Ambiental n.º TUA20220111000018.

A AdSA, na qualidade de entidade exploradora, elaborou e implementou o seu plano de monitorização, quer para a fase de exploração, quer para a fase de pós-encerramento, verificando-se que os resultados obtidos para os vários descritores ambientais não revelaram alterações relativamente ao histórico.

INFRAESTRUTURAS

O ano de 2025 deu continuidade à estratégia definida, dando enfoque aos principais projetos. Assumida a necessidade de se realizar um valor de investimento bastante significativo a curto-médio prazo, não só na reabilitação das principais instalações (ETA e ETAR), mas preparar a estratégia da empresa para responder à evolução da procura e às limitações crescentes destas origens convencionais, quer em termos de qualidade quer em quantidade, tornou-se necessário avaliar soluções complementares, entre as quais a dessalinização de água do mar, quer devido à localização estratégica da ZILS, quer por forma a minimizar os impactos, correspondendo a esta aquisição de serviços o estudo para o reforço do sistema de abastecimento de água industrial através de um sistema de água do mar dessalinizada.

Prosseguindo com o objetivo de fomentar a eficiência e a resiliência do sistema de abastecimento de água industrial, está em curso a empreitada da conduta entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos, que visa substituir ativos críticos muito degradados.

Destaca-se a execução do Emissário da Petrogal à bacia da ZIP 3 e Bacia de Retenção ZIP3, como forma de aumento da fiabilidade do sistema, flexibilidade de gestão e minimização do risco de falha de serviço, e que contribuirá de forma muito relevante para reter efluentes com elevada carga, e desta forma minimizar o impacto das mesmas na ETAR de Ribeira dos Moinhos

Prosseguindo a prioridade estratégica de Digitalização dos serviços na AdSA, mantém-se em curso o desenvolvimento do MasterPlan para telegestão da empresa, o qual prevê a implementação de um sistema de telegestão para o comando, controlo e visualização global de todo o sistema gerido pela AdSA, em que para tal deverá ser implementado todo o Hardware e Software para permita a criação de um novo Datacenter e uma solução resiliente com recurso a um Disaster Recovery, assim como centros de comando onde serão instaladas equipas operacionais para comando e gestão das inúmeras infra estruturas.

Ainda neste âmbito, está prevista a ampliação e renovação do parque de automação a médio e longo prazo. Ainda neste âmbito, está prevista a ampliação e renovação do parque de automação a médio e longo prazo.

ESTUDOS E PROJETOS

Como referido, 2025 foi caracterizado pelo desenvolvimento de ações conducentes à elaboração de estudos e projetos, por forma a dar origem aos respetivos processos de lançamento de empreitada e concretização do Plano de Investimentos.

Mantem-se na zona de Sines, nomeadamente a ZILS, a grande pressão devido ao aumento exponencial de indústrias interessadas em instalarem-se na região, muitas delas associadas à economia “verde” e “azul”, como o hidrogénio, situação que, inclusivamente, levou à publicação do Decreto-Lei 80/2023, de 6 de setembro, que estabelece Sines como uma zona de grande procura em termos de energia e estabelece o procedimento excecional de atribuição de capacidade de ligação à rede de instalações de consumo de energia elétrica nessa zona.

Na sequência do Despacho n.º 7821/2024, de 21 de junho, da Ministra do Ambiente e Energia e do Ministro da Agricultura e Pescas, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 136, de 16 de julho de 2024, foi elaborada a nova estratégia nacional para a gestão da água designada «Água que Une», que integra um programa específico para a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Este programa prevê a gestão integrada e sustentável do abastecimento ao polo industrial de Sines, assegurando um serviço de abastecimento de água industrial eficiente, que responda tanto às exigências quantitativas como qualitativas de cada indústria, seja para processos de arrefecimento ou incorporação na produção.

Para esse efeito, é proposto um modelo de operador único na região, centrado na Águas de Santo André, S.A. (AdSA), enquanto entidade pública, garantindo a equidade e competitividade dos serviços prestados. O operador deverá gerir de forma integrada e sustentável as diversas fontes de água disponíveis atendendo às necessidades específicas de cada indústria.

A Águas de Santo André é responsável pela gestão e exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água industrial, bem como para a recolha, tratamento e rejeição de efluentes industriais e salinos na Zona Industrial e Logística de Sines.

Atualmente, a AdSA utiliza duas origens de água para o abastecimento de água industrial, recorrendo à captação no rio Sado e ao Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EFMA).

Face à evolução da procura e às limitações crescentes destas origens convencionais, quer em termos de qualidade quer em quantidade, tornou-se necessário avaliar soluções complementares, entre as quais a dessalinização de água do mar; quer devido à localização estratégica da ZILS, quer por forma a minimizar os impactos, correspondendo a esta aquisição de serviços o estudo para o reforço do sistema de abastecimento de água industrial através de um sistema de água do mar dessalinizada.

De modo a operacionalizar o acima exposto, foi desenvolvido pela AdSA a Aquisição de Serviços para a “Elaboração do Estudo Prévio e do Estudo de Impacte Ambiental do Reforço do Sistema de Abastecimento de Água à Zona Industrial e Logística de Sines”: que tem como objetivo a elaboração dos referidos elementos, Estudo Prévio e respetiva Avaliação de Impacte Ambiental da solução global de reforço do sistema de abastecimento de água à Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) através de um sistema de água do mar dessalinizada, contemplando a sua captação, adução, tratamento, reserva e distribuição.

De entre os outros trabalhos desenvolvidos destaca-se a continuação do desenvolvimento do Estudo Prévio para a empreitada de conceção-construção de reabilitação da ETAR de Ribeira dos Moinhos, destinada a assegurar a atualização tecnológica desta instalação obsoleta e sua requalificação de forma a ser possível produzir água industrial “verde” para a indústria a partir dos efluentes tratados na ETAR e dos efluentes salinos originados na indústria e atualmente descarregados diretamente no mar.

Esta intervenção pretende assegurar a eficiência global do sistema de água residual com o objetivo de prestar um serviço de elevada qualidade, que proporcione valor acrescentado para os clientes, uma acentuada melhoria da qualidade de vida da população e uma elevada proteção do ambiente, e tal seja devidamente percecionado por todas as partes interessadas, dando cumprimento da licença de utilização dos recursos hídricos para descarga de águas residuais.

A ETAR de Ribeira de Moinhos nunca foi sujeita a processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), uma vez que a sua construção e entrada em exploração é anterior à entrada em vigor do Regime Jurídico de AIA. Paralelamente desenvolveu-se o Estudo de Impacte Ambiental “Avaliação de Impacte Ambiental da ETAR de Ribeira de Moinhos”, tendo como base o Estudo Prévio desenvolvido pela AdSA com o apoio da AdP Valor.

Relativamente ao aterro de Resíduos Industriais Banais gerido pela AdSA (RESIM), esta instalação tem em exploração uma célula de Resíduos Não Perigosos (RNP), que está próximo de atingir a sua capacidade máxima. Entretanto em 2024, foi submetido à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) um pedido de alteamento da atual célula de RNP do RESIM, com alteração da cota máxima de deposição de 65,5 para 75,5m, de modo a poder manter em exploração a atual célula. Este pedido foi aprovado pela APA em março de 2025.

De modo a dar continuidade à receção de resíduos não perigosos, deverá ser construída uma nova célula de RNP, para expansão do RESIM, tendo-se desenvolvido o respetivo projeto de execução.

Associada a esta expansão/construção, surge a necessidade de se instruir o respetivo pedido de licenciamento junto da APA. Em abril de 2025, foi submetida a primeira fase do processo de licenciamento, que é a submissão da análise caso a

caso, que resultará na decisão de necessidade de elaboração de Estudo de Impacte Ambiental. Este processo ainda continua em análise pela APA.

Mantem-se em fase de revisão de projeto, o Projeto de Execução “Emissário da Caixa da Barbuda à ETAR da Ribeira de Moinhos” o qual visa uma total separação física entre os efluentes industriais e urbano em todo o subsistema existente a montante da ETAR Ribeira de Moinhos, contribuindo assim para a melhoria da eficiência de tratamento da ETAR de Ribeira dos Moinhos.

Durante o ano de 2025, foram ainda realizados estudos com vista à elaboração de um novo plano de investimentos, para integração no novo EVEF para a AdSA.

OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS

Mantêm-se em curso as seguintes Prestações e Aquisições de Serviços:

- Aquisição de Serviços de "Engenharia de Instrumentação e Controlo/ Eletrotécnica (Instalações Elétricas, Instrumentação, Automação, Comunicações e Telegestão);
- Aquisição de Serviços para “Elaboração de Estudos e Projetos na área de intervenção da Águas de Santo André, S.A.”;
- Elaboração do Plano de Expansão do RESIM;
- Levantamentos topográficos e cadastrais na área de intervenção da Águas de Santo André, S.A.;
- Aquisição de Serviços para “Licenciamento Ambiental da Expansão do RESIM”;
- Aquisição de Serviços de Consultoria para “Apoio Técnico ao Abate e Compensação de Quercíneas decorrente da construção da nova Conduta Adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos”;
- Aquisição de Serviços para “Desenvolvimento de Avaliação Custo-benefício das Empreitadas “Remodelação da ETAR Ribeira de Moinhos e Execução do Sistema de Produção de ApR” e “Expansão do RESIM”;
- Aquisição de Serviços para “Trabalhos Geológico-Geotécnicos na Área de Concessão da Águas de Santo André”;
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Execução “Adutora ETA de Morgavel – Monte Chãos”;
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Execução “Emissário da Petrogal à Bacia da ZIP3 e Duplicação da Bacia da ZIP3”.

Foram adjudicadas as seguintes Prestações e Aquisições de Serviços:

- Aquisição de Serviços para Avaliação de Impacte Ambiental da ETAR de Ribeira de Moinhos;
- Locação de Bens e Serviços de "Aluguer de Módulos Balneários para a ETAR de Ribeira dos Moinhos”;
- Aquisição de Serviços para Estudo e Projeto no âmbito do Regulamento de Segurança de barragens (RSB) e reabilitação da barragem de Morgavel;
- Aquisição de Serviços de "Engenharia de Instrumentação e Controlo/ Eletrotécnica (Instalações Elétricas, Instrumentação, Automação, Comunicações e Telegestão);
- Aquisição de Serviços de Instrução e Acompanhamento de Processos de Expropriação e de Constituição de Servidões para as Obras da Águas de Santo André”;
- Aquisição de Serviços para “Intervenção Florestal no RESIM - Compensação de abate de sobreiros”;
- Aquisição de Bens e Serviços para “Fornecimento e Colocação de Barreiras de Segurança Junto ao Canal de Ermidas-Morgavel”;
- Aquisição de Serviços para Inspeção Subaquática do Emissário Submarino de Sines.

Foram lançadas as seguintes Prestações e Aquisições de Serviços:

- Aquisição de Serviços para “Elaboração de Estudos e Projetos na área de intervenção da Águas de Santo André, S.A.”;
- Aquisição de Serviços para a “Elaboração do Estudo Prévio e do Estudo de Impacte Ambiental do Reforço do Sistema de Abastecimento de Água à Zona Industrial e Logística de Sines.

EMPREITADAS

Em 2025 foram concluídas fisicamente as seguintes empreitadas:

- Empreitada de “Reabilitação do Canal de Ermidas”, adjudicada pelo valor de €5.334.000,00 (cinco milhões, trezentos e trinta e quatro mil euros).



Figura 45 – Execução da empreitada do “Reabilitação do Canal de Ermidas”

- Empreitada “Execução da caixa de medição de caudal, ARU, na Barbuda”, adjudicada por € 146.750,61 (cento e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta euros e sessenta e um cêntimos).



Figura 46 - Execução da empreitada de " Execução da caixa de medição de caudal, ARU, na Barbuda"

Em 2025 mantêm-se em curso as seguintes empreitadas:

- Empreitada de “Conduta Adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos”, adjudicada pelo valor de €11.000.000,00 (onze milhões de euros).



Figura 47 - Empreitada de "Conduta Adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos"

- Empreitada de “Emissário da Petrogal à bacia da ZIP 3 e Bacia de Retenção ZIP3”, adjudicada pelo valor de €3.790.000,00 (três milhões, setecentos e noventa mil euros).



Figura 48 - Empreitada de Execução “Emissário da Petrogal à bacia da ZIP 3 e Bacia de Retenção ZIP3”

Ainda no ano de 2025, foram lançadas as seguintes empreitadas:

- Empreitada de execução para a "Substituição do Sistema de Neutralização de Fugas de Cloro da ETA de Morgavel"; no valor de €200.000,00 (duzentos mil euros);
- Empreitada de execução para a "Substituição da Caixa de Medição de Caudal e Condução de Água Industrial à Repsol YPF, S.A." no valor de €900.000,00 (novecentos mil euros);

GESTÃO DE ATIVOS

O desenvolvimento e implementação da estratégia de Gestão de Ativos (GA) da AdSA iniciou-se em 2017 e compreendeu 3 fases, das quais as duas primeiras já se encontram concluídas.

A fase 1 consistiu no estabelecimento das linhas-mestras de uma metodologia de planeamento da gestão de ativos especificamente ajustada às especificidades da AdSA.

Na fase 2 procedeu-se ao desenvolvimento da metodologia de planeamento da GA à totalidade dos ativos físicos dos sistemas de água industrial, de água potável e de águas residuais (industriais, urbanas e salinas) da empresa, de onde resultou não só o Plano de Gestão de Ativos AdSA 2021-2040 como também a capacitação dos quadros da empresa nesta matéria, incluindo ao nível da capacidade de tomada de decisão.

Nestes termos, pretende agora a AdSA desenvolver a fase 3, tendo por objetivos proceder à revisão/atualização global do PGA-AdSA 2021-2040, bem como implementar processos de melhoria contínua ao nível da GA, otimizando o reporte à ERSAR em matéria de gestão patrimonial de infraestruturas, recorrendo a assessoria técnica especializada solicitada à AdP Valor.

MANUTENÇÃO

Neste ponto é reportado um conjunto de informações relativas à atividade da Manutenção durante o ano 2025. Toda a informação foi trabalhada e analisada com base nos dados que se registam no software de apoio à gestão da Manutenção (AQUAMAN).

Assim, verifica-se que em 2025 foi emitido um total de 1.628 Ordens de Trabalho (OT), das quais 1010 corresponderam a manutenções preventivas, representando aproximadamente 62% do total. Estas Ordens de Trabalho estão distribuídas pelas diferentes áreas de negócio da empresa, conforme indicado na tabela seguinte.

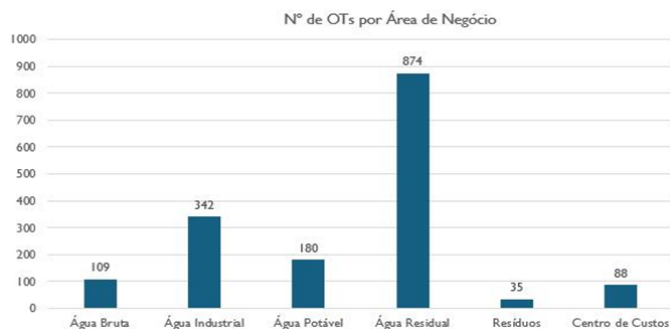


Figura 49 - Total de ordens de trabalho por área de negócio em 2025

A figura seguinte permite, de uma forma abrangente, perceber, por área de negócio, em que atividades principais da empresa existiu maior atuação da equipa de manutenção.

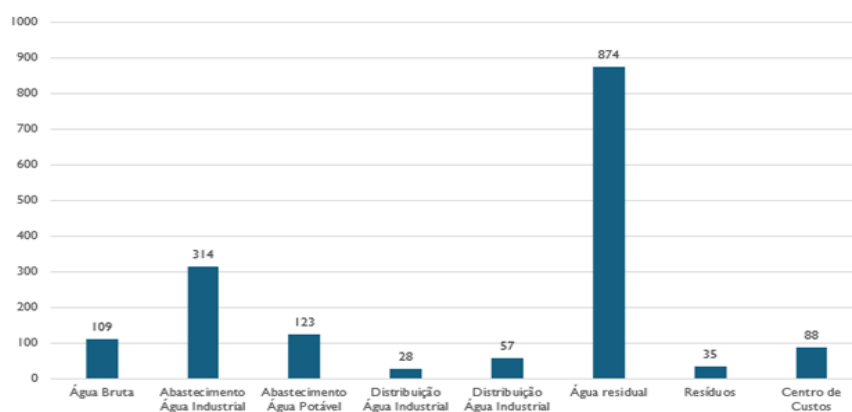


Figura 50 - Divisão do total de ordens de trabalho por atividades em cada área de negócio

Quanto às diferentes naturezas dos trabalhos, a figura seguinte apresenta a divisão do total de ordens de trabalho, das figuras anteriores, por cada tipo de intervenção.

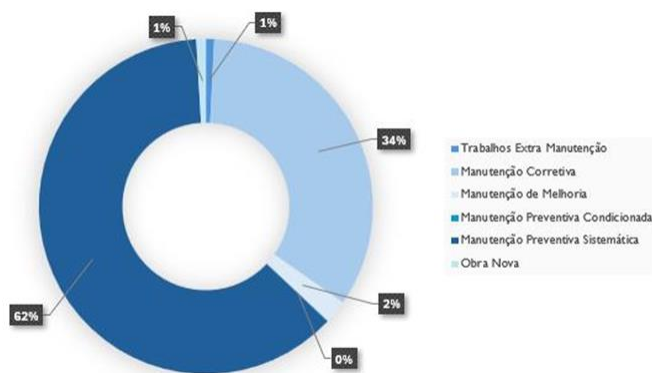


Figura 51 - Divisão do total de ordens de trabalho por tipo de intervenção

Para entendimento do destaque apresentado na figura acima, relativo ao volume de atividades corretivas, apresenta-se de seguida os tipos de problemas que estiveram nas causas das avarias.

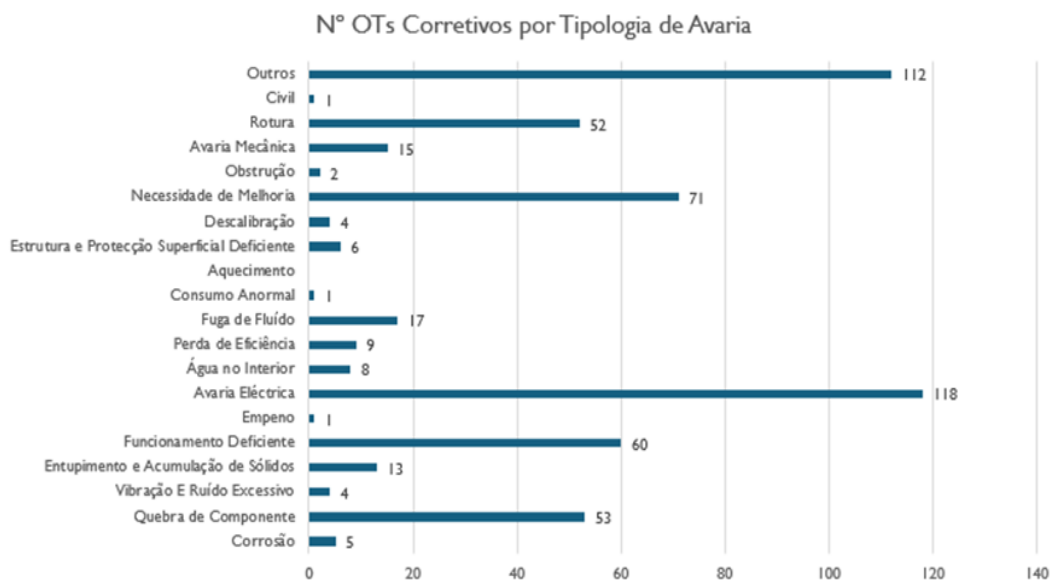


Figura 52 - Problemas com manutenção corretiva por tipologia

Nota: A barra identificada como “Outros”, representa o total de ordens de trabalho corretivas em que o tipo de avaria não foi classificado.

Em 2025 deu-se continuidade à revisão, atualização e adequação dos planos de manutenção preventiva existentes, bem como a criação e operacionalização de novos planos.

Na figura seguinte apresenta-se a divisão do volume de trabalho de natureza preventiva sistemática, por atividade da empresa em cada área de negócio.

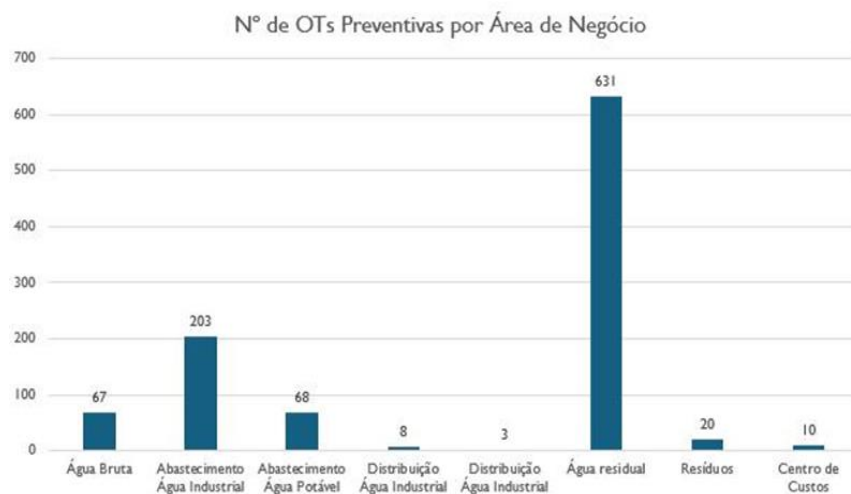


Figura 53 - Número de manutenções preventivas por atividade e por área de negócio

Nos pontos seguintes destacam-se exemplos ilustrativos de algumas atividades realizadas pelas equipas de manutenção.

REPARAÇÃO DE AVARIA DO CONTACTOR 6KV – E.E ERMIDAS DO SADO

A reparação da avaria do contactor de 6 kV na Estação Elevatória de Ermidas do Sado constituiu uma intervenção relevante para assegurar a continuidade e a fiabilidade das operações da Águas de Santo André, S.A..

Este equipamento integra o sistema de comando e proteção dos circuitos de média tensão responsáveis pela alimentação dos motores de bombagem, sendo crítico para o normal funcionamento da infraestrutura. A sua indisponibilidade representava risco significativo de paragem operacional, potenciais danos em ativos elétricos e impacto na capacidade de transporte de água.

A intervenção realizada permitiu repor as condições de segurança, garantir a continuidade do serviço, reduzir riscos operacionais e salvaguardar o desempenho dos ativos estratégicos, contribuindo para a resiliência e sustentabilidade do sistema de exploração.

MONTAGEM DE CARREGADOR 110VOLTS – POÇO BOMBAGEM MORGAVEL

A montagem de um carregador de 110 volts no Poço de Bombagem de Morgavel representou uma intervenção relevante para reforço da fiabilidade dos sistemas elétricos.

Este equipamento assegura a alimentação e a manutenção das condições de funcionamento dos circuitos auxiliares e sistemas de controlo, sendo essencial para garantir a operacionalidade contínua da infraestrutura. A sua instalação contribuiu para reduzir o risco de falhas elétricas, aumentar a segurança operacional e melhorar a resiliência dos ativos críticos.

A intervenção permitiu, assim, reforçar a continuidade do serviço, otimizar a gestão de manutenção e salvaguardar o desempenho do sistema de bombagem.

BENEFICIAÇÃO EQUIPAMENTOS – FURO GALIZA, PORTO PEIXE e JKC8

A beneficiação, decapagem e pintura, das tubagens e equipamentos, nos Furos do Galiza, Porto Peixe e JKC8 constituíram uma intervenção relevante para a manutenção e valorização dos ativos operacionais.

Esta ação teve como objetivo melhorar as condições estruturais e hidráulicas das condutas associadas à captação, prevenindo perdas, reduzindo riscos de roturas e assegurando maior eficiência no transporte de água. A intervenção contribuiu igualmente para o aumento da fiabilidade do sistema e para a diminuição de necessidades de manutenção corretiva.

Em termos globais, a beneficiação realizada permitiu reforçar a continuidade operacional, otimizar o desempenho do sistema de abastecimento e prolongar a vida útil das infraestruturas críticas.

EXECUÇÃO DE CONDUTA PROVISÓRIA AI E AP PARA O TERMINAL XXI

A execução de uma conduta provisória de água industrial e água potável para o Terminal XXI constituiu uma intervenção relevante para assegurar a continuidade e a fiabilidade do abastecimento às infraestruturas estratégicas servidas pela Águas de Santo André, S.A.

Esta intervenção teve como objetivo garantir condições temporárias seguras de fornecimento, mitigando riscos de interrupção do serviço.

Em termos globais, a execução desta conduta contribuiu para reforçar a resiliência do sistema de abastecimento, assegurar a continuidade operacional e salvaguardar o apoio às atividades industriais críticas da zona.

COMERCIAL

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE VENDAS

No ano de 2025 em termos de volumes fornecidos, tratados e recebidos verifica-se um aumento da atividade global da AdSA em cerca de 14,1 %, em relação ao ano de 2024, justificado essencialmente pela faturação dos volumes de água residual urbana (ARU) à Águas Publicas do Alentejo (AgdA). Neste âmbito, expurgando o efeito da faturação dos volumes de ARU à AgdA, os volumes totais fornecidos e recebidos no ano de 2025 são muito semelhantes ao do ano de 2024, confirmando o abrandamento da atividade industrial de algumas empresas localizadas na Zona Industrial Logística de Sines (ZILS), que se verifica desde 2023, designadamente pela redução da atividade da Unidade de Petroquímica em 22,6 % em relação a 2024, que durante o ano 2025 continuou a realizar paragens programadas para manutenção das fábricas, da Unidade de Produção de PTA em 67,6 %, que se encontrava em lay off desde outubro de 2023 e encerrou atividade industrial em março de 2025, e a contínua redução da atividade de receção de resíduos no RESIM em cerca de 7,4 %, decorrente da suspensão da receção e deposição de resíduos com origem fora da área de concessão da AdSA e gestão da capacidade de receção da célula em funcionamento por forma a prolongar a sua existência.

No ano de 2025 as indústrias situadas na ZILS representam 80,1 % do volume de vendas da empresa, os Municípios representam 14,8 % e os clientes situados na cidade de Vila Nova de Santo André apenas 5,1%.

No que se refere à água industrial (AI), em termos de volumes fornecidos e tratados, esta mantém a posição da atividade com maior peso no volume total da empresa, registando um decréscimo do volume fornecido em aproximadamente de 11 % em relação ao ano de 2024, justificado basicamente pelo abrandamento da atividade industrial de algumas unidades industriais sitas na ZILS.

A atividade de água residual, industrial e salina regista em 2025, em relação ao ano de 2024, no seu conjunto um crescimento de 5,1 % em termos de volumes tratados, justificado pelo ligeiro aumento de descargas dos clientes sitos na ZILS, os existentes e o arranque de atividade de novas empresas como o Datacenter, e de um crescimento significativo de 22,2 % em termos de volume vendas, justificado essencialmente pela pior qualidade da água residual afluyente ao sistema da AdSA, e consequente aumento da aplicação de agravamentos por descargas penalizantes. No contexto desta atividade importa, ainda, assinalar a presença da atividade acessória de receção de lixiviados, que embora represente apenas 2 % dos volumes tratados, em termos de volume de vendas representa cerca de 24,3 % da atividade de água residual, registando um aumento de 86% de volume vendas em relação ao ano de 2024 justificado essencialmente pelo aumento do volume de lixiviado recebido e tratado, em cerca de 82% em relação a 2024.

No que se refere à atividade de água potável em alta (APA) esta regista, em relação a 2024, um aumento significativo de 53,4%, justificado pelo aumento das solicitações pontuais para fornecimento de água à cidade de Sines, efetuadas pelo Município de Sines durante o ano de 2025. Na atividade de água potável em baixa (APB), esta regista, em relação ao ano de 2024, um ligeiro crescimento dos volumes fornecidos, cerca de 3,3 %, justificado essencialmente pelo ligeiro aumento de fornecimento de água para rega, em Vila Nova de Santo André, em cerca de 6 % em relação ao ano anterior. Em termos de volume de vendas a atividade de água potável em baixa registou apenas aumento atividade em 1,6%, justificado pela faturação de consumos em escalões de tarifa mais baixos.

A atividade de água residual urbana (ARU) regista um incremento excecional da atividade face aos níveis de atividade verificados nos anos anteriores, justificado pela faturação dos volumes de água residual urbana (ARU) à AgdA.

A atividade de resíduos industriais regista no ano de 2025 um ligeiro decréscimo da atividade em cerca de 7,4 % face ao ano de 2024, justificado essencialmente pela suspensão da receção e deposição de resíduos com origem fora da área de concessão da AdSA e gestão da capacidade de receção da célula em funcionamento por forma a prolongar a sua existência.

Atividade	Volumes Fornecidos e Faturados (m³ ou ton)				Distribuição por Atividade (%)				Variação (%) 2025 vs 2024
	2023	2024	2025	Média	2023	2024	2025	Média	
Abastecimento									
Água Industrial	10 539 128	8 786 366	7 805 270	9 043 588	56	54	42	51	-11,2
Água Potável em Baixa	1 101 847	1 056 284	1 091 420	1 083 184	6	7	6	6	3,3
Água Potável em Alta	303 934	270 727	415 213	329 958	2	2	2	2	53,4
Saneamento									
Água Residual Industrial	4 458 231	3 910 300	4 098 528	4 155 686	24	24	22	23	4,8
Água Residual Urbana	1 280 797	1 317 049	4 167 789	2 255 212	7	8	23	13	216,4
Água Residual Salina	1 106 529	806 623	816 384	909 845	6	5	4	5	1,2
Lixiviados	44 338	56 027	101 971	67 445	0	0	1	0	82,0
Resíduos									
Resíduos Industriais Banais	9 079	5 401	5 002	6 494	0	0	0	0	-7,4
Total ...	18 843 882	16 208 778	18 501 577	17 851 412	100	100	100	100	14,1

Atividade	Vendas (€)				Distribuição por Atividade (%)				Variação (%) 2025 vs 2024
	2023	2024	2025	Média	2023	2024	2025	Média	
Abastecimento									
Água Industrial	4 719 947	3 833 110	3 418 879	3 990 645	32	35	26	31	-10,8
Água Potável em Baixa	1 092 999	1 131 741	1 150 016	1 124 919	8	10	9	8	1,6
Água Potável em Alta	130 042	115 998	177 593	141 211	1	1	1	1	53,1
Saneamento									
Água Residual Industrial	7 176 944	4 319 180	4 763 630	5 419 918	49	39	37	42	10,3
Água Residual Urbana	531 531	546 576	1 727 980	935 362	4	5	13	7	216,1
Água Residual Salina	110 548	75 100	74 215	86 621	1	1	1	1	-1,2
Lixiviados	464 283	834 490	1 553 357	950 710	3	8	12	7	86,1
Resíduos									
Resíduos Industriais Banais	299 490	178 174	165 002	214 222	2	2	1	2	-7,4
Total ...	14 525 785	11 034 369	13 030 672	12 863 609	100	100	100	100	13,7

Volumes Fornecidos e Faturados por atividade (Mm³ / ton))

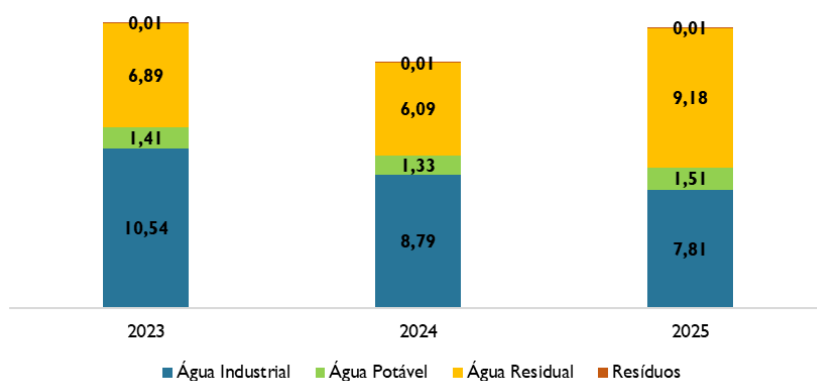


Figura 54 - Volumes fornecidos e faturados por atividade (hm³/ton))

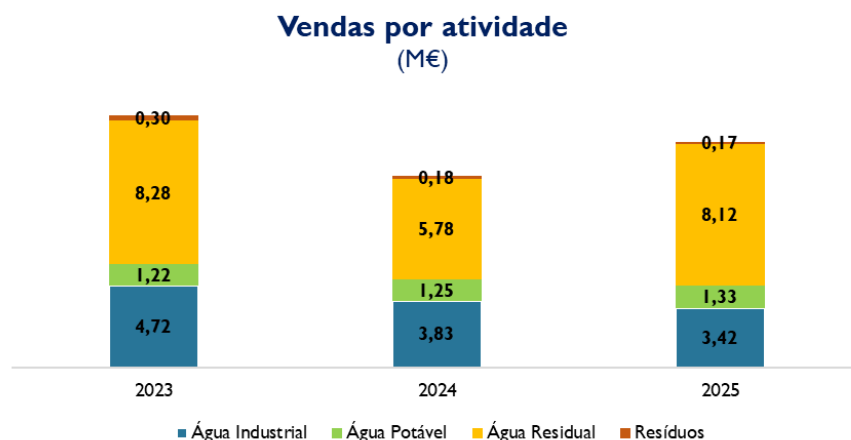


Figura 55 - Vendas por atividade (M€)

SERVIÇOS DE APOIO A CLIENTES

A AdSA realiza diversos serviços de apoio ao cliente, sendo a área de atendimento ao cliente a mais visível junto dos mesmos. Esta área disponibiliza vários canais de comunicação, nomeadamente atendimento presencial, atendimento telefónico, efetuado via contact center, e balcão digital (correio eletrónico, AdSANET e site). No âmbito de atendimento ao cliente a AdSA registou, no ano de 2024, 2.496 atendimentos via contact center, todos em modo presencial, na sua loja localizada na sede em Vila Nova de Santo André, e registou via balcão digital 5.027 atendimentos, dos quais apenas 22% tiveram tratamento automático. Do total de atendimentos efetuados 62 % referem-se a solicitações, 22 % a informações de clientes, 15 % pedidos de esclarecimentos e 1% reclamações e sugestões.

A AdSA, com a finalidade de conceder uma relação de maior proximidade com o cliente, dispõe do balcão de atendimento online, denominado AdSANET, que coloca à disposição dos seus clientes uma multiplicidade de funcionalidades (solicitação de alteração de dados contratuais, comunicação de leituras, adesão à fatura digital, consulta de faturas emitidas desde o início do contrato ou a partir do momento de adesão à fatura digital, solicitação de referências multibanco, adesão / alteração ao débito direto, comunicação de assuntos diversos, solicitação de serviços diversos), que conferem aos clientes aderentes maior autonomia na gestão do seu contrato de fornecimento de água. No final do ano de 2025 24% dos clientes tinham aderido ao AdSANET, tendo sido registado um crescimento de 10 % em relação ao ano de 2024.

Na área de assistência local aos clientes a AdSA realizou, no ano de 2025, 3.087 serviços, sendo que os principais tipos de serviços realizados foram serviços de verificação / confirmação de leitura de contador (1.951), colocação e / ou verificação de contador para contratos novos (142), fecho e abertura de água por débitos em atraso (172) e substituição de contadores (660). Neste âmbito importa ainda referir que a AdSA realizou 21.172 leituras, sendo que cerca de 500 locais de consumo têm periodicidade de leitura mensal e os restantes são de leitura quadrimestral.

No âmbito do serviço de faturação e cobrança importa mencionar que a emissão de faturas pela AdSA tem uma periodicidade mensal e a empresa tem à disposição dos seus clientes a adesão à fatura digital, que permite ao cliente receber no seu correio eletrónico a fatura da água, beneficiando o aderente na forma de acesso e consulta e contribuindo, em simultâneo, para um processo mais ecológico e desmaterializado. Em 31 de dezembro de 2025, cerca de 33 % dos clientes (1.937) tinham aderido ao envio eletrónico da fatura, registando um aumento de 14% em relação ao ano anterior.

Em termos de cobrança a AdSA tem desenvolvido várias atividades de controlo que têm contribuído para um nível de cobrança célebre e eficaz, tendo registado em 2025 uma taxa média de cobrança de 99 %, semelhança à do ano de anterior. As atividades desenvolvidas são essencialmente o envio de cartas de aviso de débitos em atraso, 5 dias úteis após o prazo de vencimento da fatura, análise e acompanhamento de situações pendentes e importância no contato de proximidade com os clientes, no sentido de informar e oferecer a possibilidade de pagamento em prestações, realizando acordos de pagamento, com a vista a apoiar os clientes que demonstrem dificuldades na regularização de faturas em atraso. Neste

âmbito importa ainda referir que no universo global dos clientes 66 % têm como modalidade de pagamento o débito direto, o que contribui para o eficaz nível de cobrança e demonstra uma confiança explícita que os clientes têm no serviço de faturação e cobrança prestado pela AdSA.

Em termos dos serviços de novos sistemas de ligação, o ano de 2025 continuou a registar uma afluência significativa de novos processos para ligação ao sistema, de empresas que se pretendem instalar na ZILS.

O SISTEMA DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

RECONHECIMENTOS, PRÉMIOS E CERTIFICAÇÕES

A AdSA durante o ano de 2025 realizou uma auditoria de acompanhamento ao sistema de gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia.

A manutenção destas certificações constitui o reconhecimento do forte compromisso da AdSA com o desenvolvimento sustentável nas suas áreas de atuação.

AUDITORIAS REALIZADAS EM 2025 E CONSTATAÇÕES ASSOCIADAS

Com o objetivo de avaliar, com objetividade, imparcialidade e rigor o desempenho da AdSA de acordo com as Normas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia, foram realizadas 3 auditorias durante o ano de 2025, Auditoria de Conformidade Legal, Auditoria Interna e Auditoria de Acompanhamento.

QUALIDADE E AMBIENTE

A AdSA é, desde 2011, uma empresa certificada nos Sistemas de Gestão de Qualidade (NP EN ISO 9001) e de Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001) pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação.

No âmbito dos quatro referenciais em que a AdSA se encontra certificada, foram otimizadas várias ferramentas do Microsoft Office, permitindo uma melhoria significativa dos processos associados ao Sistema de Sustentabilidade Empresarial (SSE), bem como a automatização de diversas atividades internas.

Ao longo do ano de 2025, foram dados os primeiros passos na utilização da ferramenta de inteligência artificial Microsoft Copilot como motor de apoio à otimização dos processos do SSE, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e reforçar a capacidade de análise e gestão da informação.

Em 2023, a AdSA eliminou um significativo passivo ambiental e, desde então, tem vindo a reforçar as boas práticas na sua área de concessão, consolidando um passo decisivo no seu compromisso com a sustentabilidade ambiental.

SEGURANÇA

O ano de 2025 foi marcado pelo desenvolvimento de diversas ações no âmbito da promoção da segurança e saúde no trabalho, orientadas para a consolidação de uma cultura de segurança sólida e transversal a toda a estrutura organizacional da empresa. Estas iniciativas tiveram como objetivo garantir a conformidade com a norma de referência ISO 45001 e reforçar práticas preventivas consistentes, alinhadas com os princípios de melhoria contínua.

Com o contributo e envolvimento de todos os níveis de gestão, trabalhadores e partes interessadas, em conjunto com a monitorização pelos serviços de SST, foi possível o cumprimento das ações previstas no programa de prevenção de riscos profissionais. Este esforço conjunto permitiu reforçar a prevenção, melhorar o desempenho em segurança e garantir locais de trabalho mais seguros e saudáveis.

Entre as principais iniciativas desenvolvidas, destacam-se:

Foi renovada a parceria com a empresa Mindpartner, dedicada à Gestão dos Riscos Psicossociais, abrangendo consultas gratuitas, sessões de formação e informação, workshops e atividades de TeamBuilding. Em 2025 foram realizados questionários para avaliação dos riscos psicossociais nas seguintes dimensões (personalidade, burnout, produtividade, riscos psicossociais, e sintomas psicopatológicos).

A AdSA promoveu, ao longo do ano de 2025, cinco consultas aos trabalhadores, abrangendo diferentes áreas relevantes para a prevenção de riscos e melhoria das condições de trabalho, garantindo a participação ativa na melhoria das condições de Segurança e Saúde no Trabalho.

Como parte do esforço de reforço da cultura de prevenção e da comunicação ativa em matéria de SST, foram realizadas ao longo de 2025 um total de 81 conversas de segurança nas instalações da AdSA e 67 campanhas de prevenção. A AdSA assegurou formação aos seus trabalhadores em 15 temáticas distintas, abrangendo conteúdos essenciais para a prevenção, proteção e resposta à emergência.

Em 2025, a AdSA realizou um conjunto alargado de estudos técnicos e monitorizações especializadas, conduzidos por entidades competentes e acreditadas para o efeito, com o objetivo de garantir a conformidade legal, a prevenção de riscos profissionais e a melhoria contínua das condições de trabalho, incluindo a monitorização da iluminância, ruído, radiações óticas, vibrações e campos eletromagnéticos. Foram também realizadas monitorizações aos EPI e efetuada a revisão do manual de proteção contra explosões (ATEX).

Com o objetivo de cumprir os requisitos legais, os Serviços Externos de SST da AdSA realizaram auditorias anuais de segurança às diversas instalações da empresa, complementadas por inspeções regulares aos locais de trabalho. Nesse sentido, para além das auditorias anuais efetuadas nas principais instalações, foram também realizadas 16 inspeções de segurança referentes a visitas de rotina e acompanhamento de trabalhos.

No ano de 2025, foram realizados seis simulacros com o objetivo de testar a prontidão, a articulação e a eficácia das equipas internas de emergência da AdSA, bem como avaliar os procedimentos de resposta a diferentes cenários de risco. Estes exercícios constituem uma componente essencial da preparação operacional, permitindo identificar melhorias nos planos de emergência internos e reforçar a capacidade de atuação dos trabalhadores perante situações reais.

A AdSA assegura anualmente a manutenção, inspeção e verificação dos meios de autoproteção e dos sistemas de combate a incêndios, cumprindo os requisitos legais e garantindo o bom funcionamento dos equipamentos destinados à proteção de pessoas e instalações.

Foi realizada a inspeção e certificação anual dos equipamentos de resgate, confirmando que os mesmos se encontram em conformidade com os requisitos legais e normativos aplicáveis, mantendo-se aptos para utilização segura.

Em relação à sinistralidade ocorrida em 2025, registaram-se 5 acidentes de trabalho, representando uma redução face ao ano anterior, o que demonstra um progresso positivo ao nível da prevenção e da gestão de riscos, de acordo com o gráfico abaixo.

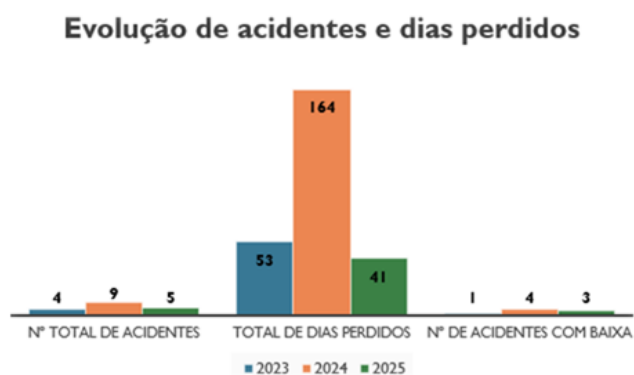


Figura 56 – Evolução do número total de acidentes de trabalho, total de dias perdidos e número de acidentes com baixa, nos últimos 3 anos

Em 2025 foram registados 41 dias de trabalho perdidos, referentes a 3 acidentes de trabalho com baixa, tendo diminuído consideravelmente relativamente ao ano anterior.

Foram conduzidas 5 investigações de ocorrências, com o objetivo de verificar as potenciais causas dos acidentes de trabalho registados nas instalações da AdSA.

Indicadores	2023	2024	2025
Índice de Frequência	32,34	69,18	33,22
Índice de Gravidade	428,4	1260,6	272,4

Figura 57 – Evolução dos indicadores dos índices de frequência e dos índices de gravidade, nos últimos 3 anos

Relativamente aos indicadores de sinistralidade, o índice de frequência encontra-se no nível Aceitável, conforme os valores recomendados pela OIT. Este índice diminuiu relativamente ao ano anterior, passando da classificação Mau para Aceitável.

Quanto ao valor do índice de gravidade, este índice melhorou consideravelmente em relação ao ano anterior, e passou de Grave para o nível Bom.

Em relação ao número de dias sem acidentes, este índice foi atingido.

ENERGIA

No decorrer do ano de 2025, a Águas de Santo André, S.A., continuou o esforço para prestar aos Clientes Urbanos e Industriais um serviço de excelência, respeitando um compromisso de eficiência energética que vem perseguindo desde anos anteriores.

De forma a monitorizar, analisar e melhorar o seu desempenho, a AdSA possui um Sistema de Gestão de Energia (SGE), certificado pela NP EN ISO 50001:2019, que assegura a compilação e o processamento de diversos dados (consumos energéticos, caudais, temperatura, qualidade dos efluentes) das principais instalações, as quais representam 92% do consumo anual de energia elétrica, possibilitando um acompanhamento técnico rigoroso por parte dos responsáveis e a certificação energética das mesmas.

Neste mesmo ano, a AdSA consumiu 8,65 GWh, o que representa um ligeiro aumento de 1,52% face ao ano anterior.

De um modo geral e sempre que as condições operacionais permitem a AdSA tenta utilizar os equipamentos em períodos vazio e super vazio (períodos em que o valor da energia é economicamente mais vantajoso), conduzindo a uma redução dos custos. No gráfico seguinte está representada a distribuição do consumo pelos diferentes períodos horários onde se demonstra que cerca 48% da energia é consumida em períodos noturnos (vazio e super vazio).



Figura 58 - Energia AdSA 2025 por período horário

Na tabela seguinte é apresentada a evolução anual do consumo de energia elétrica versus caudal nas principais instalações:

Instalação	"peso" no consumo AdSA	Energia	Caudal	Consumo Específico		Diferencial 2024 – 2025
		Δ 2024-2025 [%]	Δ 2024-2025 [%]	2024 [Kwh/m ³]	2025 [Kwh/m ³]	[Kwh/m ³]
Ermidas	28,00%	-7,78%	-7,42%	0,184	0,183	-0,001
ETAR R. Moinhos	38,51%	14,84%	5,62%	0,480	0,521	+0,042
ETA Morgavel	17,07%	-10,94%	-8,19%	0,136	0,132	-0,004
EE ZIP3	1,15%	5,42%	-4,82%	0,102	0,112	+0,011
EE Moinho Novo	3,32%	35,77%	39,70%	0,204	0,198	-0,006
EE COSA	3,19%	-3,32%	6,81%	0,236	0,228	-0,008
RESIM	0,21%	7,58%	NA	N/A	N/A	N/A
Edifício-sede	0,48%	26,77%	NA	N/A	N/A	N/A

Figura 59 - Evolução Anual do Consumo de Energia vs Caudal e respetivos consumos específicos

Do ponto de vista dos encargos com a energia consumida verificou-se um ligeiro aumento. Em 2025 a energia teve um valor aproximado de €1.049.185 comparativamente a cerca de €1.041.560 no ano de 2024.

Os encargos com a energia registaram um ligeiro aumento na ordem 0,73% face ao ano anterior resultado do contrato centralizado realizado pela AdP Energias.

MEDIDAS PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA

As medidas implementadas para redução de consumos de energia no seio da AdSA, para além do previsto ao nível das empreitadas a lançar, foram:

- Sensibilização dos Colaboradores para uma utilização mais racional da energia e contribuir também no esforço de poupança de energia;
- Troca da iluminação exterior nas principais instalações para iluminação LED;
- Manutenção Preventiva às instalações elétricas em AT, MT e BT (Subestações, PTs e Quadros de BT);
- Controlo do correto funcionamento dos sistemas de CFP.

INVENTÁRIO GASES COM EFEITOS DE ESTUFA (GEE) – GRUPO ADP

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Durante o ano de 2024 concluiu-se o desenvolvimento desta ferramenta e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo AdP de 2019 (ano base do inventário) e de 2023 (último ano com dados disponíveis). Durante 2025, será concluído o inventário relativo a 2024, proceder-se-ão a pequenos ajustes na ferramenta e delinear-se-á o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

RISCO E CONTROLO

CONTROLO DE RISCO INTERNO

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCO EMPRESARIAL

A AdSA e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da corrupção e infrações conexas, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a AdSA se inclui, e por forma a possibilitar o cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do Controlo Interno (CI) existente nas empresas, em 2025, e concluída a Fase 2, procedeu-se à consolidação do funcionamento do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

A escolha deste modelo assenta na sua flexibilidade, adaptabilidade à estrutura e atividades de negócio das empresas, abrangência e fiabilidade na resposta que proporciona aos desafios internos ou externos existentes. Este modelo possibilita uma correlação direta entre os **objetivos que a organização define**, ao nível das **categorias** (Operação, Reporte e Conformidade), e as **componentes do CI** (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), representativas da estrutura funcional da empresa e essenciais para a sua concretização.



- **AMBIENTE DE CONTROLO**

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **AVALIAÇÃO DE RISCO**

Visa identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos, de forma consistente e por categorias, aos diferentes níveis da organização - operações, reporte e conformidade - **com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.**

• ATIVIDADES DE CONTROLO

Correspondem às atividades recorrentes desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos nos processos de negócio da empresa. As atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração, para mitigar os riscos na concretização dos objetivos, são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização, em várias etapas dos processos de negócio e no ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

• INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Componente instituída para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e do controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade, proveniente de fontes internas e/ou externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é um processo contínuo que permite compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para atingir os objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente.

A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Permite assegurar que os trabalhadores recebem uma mensagem clara por parte da gestão sobre a relevância do controlo interno e a forma responsável, como as atividades de controlo devem ser assumidas.

A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas

• MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES

A Monitorização é executada com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCl ao longo do tempo, garantindo, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

São utilizadas avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, variam em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração, e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são igualmente comunicadas ao Conselho de Administração.

Em 2025 foi concluída a Fase 2 do Projeto de Implementação do SCl, com o mapeamento, de parte dos restantes processos de negócio identificados como críticos, o qual compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC), onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação. Presentemente, encontra-se em fase de atualização o Manual de Controlo Interno, com a inclusão dos documentos que se encontram a ser elaborados.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, promover a melhoria dos conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados. Será ainda definido e formalizado o modelo de governo do SCl a utilizar nas empresas do Grupo AdP, por forma a responsabilizar e consciencializar os diferentes interlocutores do processo e dotá-los de meios que possibilitem um acompanhamento permanente dos controlos e do seu funcionamento, tornando o CI uma ferramenta útil para a gestão da empresa.

Foi dada continuidade à avaliação das métricas de avaliação do SCl, a qual possibilita aferir o cumprimento das mesmas nas várias componentes do CI e obter uma visão global sobre a preocupação da empresa com a temática do CI.

A avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados da eficácia no funcionamento dos controlos chave decorrentes das auditorias realizadas, possibilitará a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, proporcionando um nível de segurança razoável quanto à sua eficácia à Administração da AdSA.

Tem vindo a ser efetuada a sensibilização ao CI e pretende-se a realização de formação específica sobre a temática, conforme previsto nas métricas do SCl, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente pelos responsáveis dos processos de negócio. A existência do SCl, conjugada com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirá ao Conselho de Administração da AdSA, reforçar o seu enfoque na monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e resultantes da operação diária da empresa.

Com efeito, a existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco e promove o amadurecimento da cultura de risco da organização, permitindo:

- i) estabelecer uma linguagem comum para a definição e conceito dos riscos;
- ii) assegurar o alinhamento entre os objetivos definidos, os riscos e controlos existentes na empresa;

- iii) reduzir o risco de perda de investimentos e ativos; e
- iv) reforçar a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com leis e regulamentação aplicáveis.

A adequabilidade do SCl encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

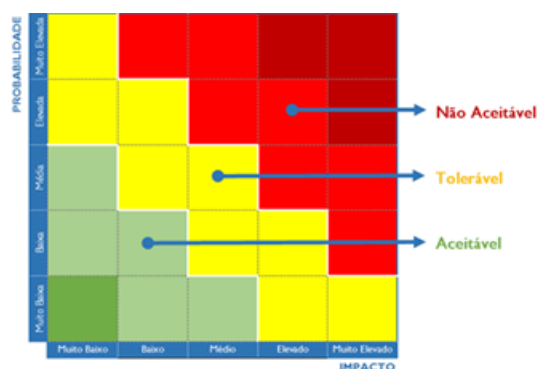
Com vista a assegurar a melhoria contínua, a adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e a atualização face à realidade envolvente ao grupo AdP, encontra-se em curso a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial vigente. Esta alteração, que já contemplou a atualização da matriz de riscos do Grupo, integra ainda:

- i) a modificação da metodologia de avaliação, que passará a assentar numa análise quantitativa suportada em indicadores, presentemente em fase de identificação e validação quanto à sua aderência; e
- ii) a implementação de um modelo de governo para a gestão do risco, em elaboração no decurso de 2025.

Alinhado com a metodologia COSO, o novo modelo organiza os riscos segundo uma estrutura de classes e categorias, conforme apresentado em baixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

A avaliação dos riscos é presentemente realizada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCl instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspectiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspectiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, na realização da avaliação interna do nível de risco a que a empresa está sujeita, e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela AdSA sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a monitorização e tratamento é complementado por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades de valor para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

No âmbito do **projeto de revisão do modelo de Gestão de Risco** anteriormente referido, será dada continuidade ao mesmo através do desenvolvimento das seguintes fases/atividades:

- A aprovação formal da metodologia de avaliação do risco revista no grupo AdP
- A aprovação formal do modelo de governo associado à Gestão de Risco
- A aprovação formal do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A conclusão da identificação dos *Key Risk Indicators* (KRI) a utilizar na avaliação futura dos riscos, bem como a realização dos respetivos testes de cálculo, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Em 2025 foi realizado novo exercício de avaliação do Risco, conforme previsto no modelo de gestão de risco em vigor, e definidos pela empresa os PTR e os PIO entendidos como críticos para a mitigação das avaliações consideradas em patamar Tolerável ou Não Tolerável.

Apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a AdSA se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2025:

- **RISCO 1 – DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS, FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES**

Risco de inadequada ou insuficiente definição, planeamento, informação, e/ou comunicação dos objetivos definidos, bem como inexistência ou desadequada definição de um modelo operativo/modelo de governo, indefinição ou falta de formalização, comunicação e/ou responsabilização do modelo de delegação de competências

- **RISCO 2 – CONTEXTO EXTERNO**

Risco de não atingimento dos objetivos e planeamento estratégico definido, devido à não aprovação, aprovação parcial, ou aprovação em tempo útil, dos mesmos por parte da Tutela Setorial, Financeira e/ou Regulador.

- **RISCO 3 – SEGURANÇA FÍSICA (SECURITY)**

Risco associado à ineficiente e/ou inadequada gestão das instalações potenciando a ocorrência de eventos de segurança física

- **RISCO 4 – NOVOS NEGÓCIOS**

Risco de insucesso na exploração e dinamização de novos negócios, complementares ao abastecimento, tratamento e reutilização de água, em mercado concorrencial com o setor privado (e.g AdP Valor, AdP Energias e AdP Internacional).

- **RISCO 5 – AUTONOMIA ENERGÉTICA**

Risco de inadequada gestão do consumo energético e de inadequada execução do programa de neutralidade energética.

GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

FATORES DE RISCO

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a

aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdSA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Fornecedores e outros passivos	3 642 337	2 115 155	0
	3 642 337	2 115 155	0

O objetivo da AdSA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água, saneamento e resíduos).

A composição da carteira de clientes do Grupo AdP tem 3 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais, abastecimento de água bruta e resíduos industriais não perigosos.

AUTARQUIAS LOCIAS, SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 9) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 29).

ESTADO E SETOR PÚBLICO, PARTICULARES, INSTITUCIONAIS E EMPRESAS ABASTECIDAS PELA REDE DE DISTRIBUIÇÃO EM BAIXA

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio (exceto no Estado e Setor Público em que é considerado risco baixo), na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Custos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito "forward looking".

GRANDES CLIENTES INDUSTRIAIS E OUTRAS ENTIDADES

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

31 de dezembro de 2025

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Negócio "Baixa"				Grandes clientes		TOTAL
Tipologia de clientes	Municípios (1)	Outros	Total	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Total	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL
Risco	Baixo	Médio		Baixo	Baixo	Médio		Médio	Baixo	
Exposição bruta	10 225 600	0	10 225 600	80 102	0	128 592	208 694	14 751 826	102 167	25 288 286
Imparidade	-10 225 152	0	-10 225 152	0	0	-34 300	-34 300	-13 284 241	0	-23 543 693
Exposição líquida	448	0	448	80 102	0	94 292	174 394	1 467 584	102 167	1 744 593,13

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

(2) Inclui organismos públicos e Administração Central do Estado

(3) Inclui clientes domésticos, comércio e indústria

31 de dezembro de 2024

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Negócio "Baixa"				Grandes clientes industriais e outras entidades		TOTAL
Tipologia de clientes	Municípios (1)	Outros	Total	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Total	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	
Risco	Baixo	Médio		Baixo	Baixo	Médio		Médio	Baixo	
Exposição bruta	9 872 989	0	9 872 989	101 988	0	139 416	241 404	17 621 696	960 044	28 696 133
Imparidade	-9 896 845	0	-9 896 845	0	0	-43 214	-43 214	-16 045 862	0	-25 985 921
Exposição líquida	-23 856	0	-23 856	101 988	0	96 202	198 191	1 575 834	960 044	2 710 212

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

(2) Inclui organismos públicos e Administração Central do Estado

(3) Inclui clientes domésticos, comércio e indústria

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a antiguidade da dívida de clientes e a respetiva imparidade tem o seguinte detalhe:

2025	Negócio "Baixa"				Outros Negócios							
	Estado, Setor Público e outros				Grandes clientes industriais e outras entidades				Empresas do Grupo			
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	94 292	-	0%	94 292	1 106 742	-	0%	1 106 742	99 759	-	-	1 206 500
Vencida até 180 dias	-	-	-	-	292 689	-	0%	292 689	-	-	-	292 689
Vencida há mais de 180 dias	34 300	(34 300)	100%	34 300	13 354 805	(13 284 241)	99%	70 564	-	-	-	70 564
	128 592	(34 300)	27%	128 592	14 754 236	(13 284 241)	90%	1 469 994	99 759	-	-	1 569 753

2024	Negócio "Baixa"				Outros Negócios							
	Estado, Setor Público e outros				Grandes clientes industriais e outras entidades				Empresas do Grupo			
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	96 202	-	0%	96 202	1 034 967	-	0%	1 034 967	960 044	-	-	1 995 011
Vencida até 180 dias	-	-	-	-	1 091 826	-	0%	1 091 826	-	-	-	1 091 826
Vencida há mais de 180 dias	43 214	(43 214)	100%	43 214	15 494 903	(16 045 862)	104%	(550 959)	-	-	-	(550 959)
	139 416	(43 214)	31%	139 416	17 621 696	(16 045 862)	91%	1 575 834	960 044	-	-	2 535 878

CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2025 e 2024 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	1 826	2 148
Depósitos à ordem	2 209 659	2 441 546
Depósitos a prazo	11 000 000	19 000 000
	13 211 484	21 443 693
Descobertos bancários	0	0
	13 211 484	21 443 693

Ratings a dezembro 2025:

Banco	ratings	
	2025	2024
Novo Banco	BBB	BBB+
Caixa Geral de Depósitos	A	A-
Banco BPI	A	A
Banco Montepio Geral	BB+	BB
IGCP - Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.	A	A
Banco Santander Totta	A	A

RISCO DE EXPLORAÇÃO

RISCO DE CATÁSTROFE

As empresas do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

O exercício de 2025 foi encerrado com um resultado líquido negativo de -€221.687,55, cuja decomposição se evidencia nos quadros que se seguem, referentes a rendimentos, gastos e resultados.

i. Rendimentos

Os rendimentos atingiram, no ano de 2025 o valor de € 18.399.270.

Rendimentos e Ganhos	2024 IFRS	2025 IFRS
Vendas	5 177 127	4 413 595
Prestação de Serviços	5 608 933	6 208 523
Rendimentos Suplementares	838 734	1 558 666
Perdas por Imparidade e Reversões	40 879	2 771 367
Subsídios ao investimento	2 698 501	2 698 501
Outros rendimentos e ganhos	107 275	142 327
Rendimentos e ganhos financeiros	880 164	606 292
Total de Rendimentos	15 351 613	18 399 270

Figura 60 – Rendimentos e ganhos

Ver nota 16; 19; 24; 25; 27 e 29 constantes na parte C – Contas do Exercício de 2025.

ii. Gastos

Os gastos atingiram, no ano de 2025 o valor de € 17.853.552.

Gastos	2024 IFRS	2025 IFRS
Custo das vendas / variação de inventários	219 658	295 587
Fornecimentos e Serviços externos	4 982 823	5 212 172
Gastos com Pessoal	3 214 297	3 611 094
Amortizações	7 214 136	7 589 523
Imparidades de dívidas a receber e de inventários	1 408 309	689 600
Outros gastos e perdas	360 630	318 356
Gastos e perdas financeiras	147 140	137 219
Total de Gastos	17 546 992	17 853 552

Figura 61 – Gastos

Ver nota 20; 21; 22; 23; 25; 26 e 28 constantes na parte C – Contas do Exercício de 2025.

iii. Resultados

O resultado líquido do exercício, no ano de 2025 é negativo em € 221.688.

	2024 IFRS	2025 IFRS
Resultados Operacionais	-2 927 600	76 646
Resultados Financeiros	733 025	469 073
Resultados Antes de Impostos	-2 194 575	545 719
Imposto sobre o Rendimento	-251 417	-316 406
Impostos Diferidos	582 503	-451 000
Resultado Líquido do Exercício	-1 863 489	-221 688

Figura 62 – Resultados

iv. Ativo

O total do ativo, no ano de 2025 atingiu o valor de € 69.808.237.

Ativo	2024 IFRS	2025 IFRS
Ativos intangíveis	39 604 647	38 415 376
Ativos fixos tangíveis	105 542	162 004
Ativos sob direito de uso IFRS 16	174 213	110 748
Investimentos financeiros	729 967	766 231
Outros ativos não correntes	772 330	772 583
Ativos por impostos diferidos	4 206 291	3 571 510
Inventários	615 496	601 172
Clientes	2 710 212	1 744 593
Estado e outros entes públicos	713 077	86 751
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	961 209	0
Outras contas a receber	358 538	10 365 785
Caixa e depósitos bancários	21 443 693	13 211 484
Total do ativos	72 395 216	69 808 237

Figura 63 – Ativo

v. Capital Próprio

O capital próprio, no ano de 2024 atingiu o valor de € 33.313.369.

Capital Próprio	2024 IFRS	2024 IFRS
Capital realizado	1 000 000	1 000 000
Reservas legais	200 000	200 000
Resultados transitados	33 976 857	32 113 369
Resultado líquido do exercício	-1 863 489	-221 688
Total do capital próprio	33 313 369	33 091 681

Figura 64 - Capital Próprio

vi. Passivo

O passivo, no ano de 2025 atingiu o valor de € 36.716.556.

Passivo	2024 IFRS	2024 IFRS
Provisões	1 952 530	1 996 040
Passivos por impostos diferidos	707 556	523 775
Outras contas a pagar	2 504 500	2 115 155
Subsídios ao investimento	18 854 791	16 156 289
Amortização do investimento Futuro	9 838 716	11 465 411
Passivos de Locação IFRS16	131 425	56 791
Fornecedores	2 107 153	790 970
Estado e outros entes públicos	501 535	565 969
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	0	194 789
Outras contas a pagar	2 483 641	2 851 368
Total do passivo	39 081 847	36 716 556

Figura 65 - Passivo

EVENTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

Em fevereiro de 2025, foi publicado o Despacho n.º 2438/2025 dos Ministros das Infraestruturas e Habitação e do Ambiente e Energia e do Secretário de Estado da Economia, com impacto direto na Águas de Santo André, ao reforçar o seu papel na gestão integrada de origens para o fornecimento de água à Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ao antecipar a necessidade de adaptação operacional e de novos investimentos. O despacho surge em resposta à previsão de uma crescente procura de água para uso industrial associada à vaga de investimentos na ZILS conjugada com os cenários de escassez hídrica nas bacias do rio Sado e do rio Guadiana, agravados pelas alterações climáticas. Neste contexto, foi reforçada a necessidade de assegurar a gestão do abastecimento por um único operador na ZILS, garantindo a disponibilização de água potável e para uso industrial, bem como serviços de recolha, tratamento e rejeição de efluentes com tarifas equitativas para as empresas instaladas e a instalar.

Em abril de 2025, Portugal e a Península Ibérica sofreram um grande apagão energético, causando relevantes dificuldades em vários setores da economia nacional, incluindo a interrupção de comunicações em redes móveis e fixas, paragens nos transportes (comboios, metropolitano), interrupções no abastecimento de combustível, falhas nos semáforos das cidades e sobrecarga nos hospitais, expondo vulnerabilidades na rede elétrica, forçando mais produção a gás e dificultando metas climáticas. Este evento severo destacou a necessidade de reforçar a infraestrutura energética europeia, com relatórios apontando para falhas em cascata.

Esse evento desencadeou impactos diretos nos sistemas de captação, bombeamento e tratamento de água das entidades gestoras, uma vez que a energia elétrica é necessária para a operação contínua de estações elevatórias e unidades de tratamento e distribuição; paralelamente, houve efeitos indiretos na pressão da rede de abastecimento e na continuidade operacional de sistemas urbanos de saneamento, exigindo esforços logísticos extraordinários para mitigar a perda de níveis de serviço regulamentares e assegurar a proteção da saúde pública.

A AdSA, fruto da sua resiliência, consubstanciada também na disponibilidade de equipamentos de suporte à operação mobilizáveis em situação de crise, conseguiu passar com distinção este evento, sem reflexo maior na prestação de serviços essenciais aos seus clientes.

No mês de outubro foi submetida à Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental o Estudo de Impacte Ambiental relativo à remodelação da ETAR de Ribeira dos Moinhos, que constitui a base do futuro procedimento de contratação pública de empreitada de conceção-construção, que será lançado no decorrer do ano 2026. Recordar-se que esta empreitada é um dos investimentos prioritários da AdSA, dado que a instalação em causa já se encontra em processo de contencioso comunitário.

No mês de dezembro, e no sentido de corresponder aos desafios previstos no despacho supramencionado, a AdSA lançou o procedimento para a Elaboração do Estudo Prévio e do Estudo de Impacte Ambiental do Reforço do Sistema de Abastecimento de Água à Zona Industrial e Logística de Sines. Estes estudos constituirão a base do modelo integrado de abastecimento de água industrial a partir de origens convencionais e não convencionais.

Um outro facto relevante no exercício teve origem numa vicissitude inesperada no andamento dos trabalhos de uma empreitada crítica para a missão da empresa de fornecimento de água às indústrias da ZILS - a construção da nova conduta adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Montes Chãos - fruto de embargo decretado pelo anterior executivo do Município de Sines, causando atrasos no normal desenvolvimento dos trabalhos e sobrecustos associados, o que, na opinião dos assessores legais da AdSA, foi decidido não considerando pressupostos de facto relevantes e em violação das normas legais aplicáveis. Consequentemente, a gestão, em defesa dos interesses patrimoniais da sociedade, viu-se compelida a, judicialmente, contestar o embargo decretado e obter o ressarcimento dos prejuízos incorridos.

Aponda-se ainda como facto relevante do exercício, agora de sinal positivo, a recuperação dos montantes em dívida do cliente Indorama, de valor substancial.

EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES

Desde o final de janeiro e no mês de fevereiro de 2026, o território de Portugal continental tem sido sucessivamente afetado por várias depressões meteorológicas - fenómeno comumente designado por "comboio de tempestades" - entre as quais se destacam a Ingrid, o Joseph, a Kristin, o Leonardo e a Marta. Estes fenómenos provocaram episódios de precipitação intensa, ventos fortes e agitação marítima significativa, resultando em cheias, deslizamentos de terras, falhas de energia e de telecomunicações.

Esta sucessão de eventos climáticos extremos provocou danos significativos em praticamente todo o território continental, afetando múltiplos domínios, infraestruturas e equipamentos, com impactos consideráveis na operacionalidade dos sistemas de abastecimento e de saneamento. Em particular, a depressão Kristin - já classificada pelo IPMA como a "mais forte de sempre" em Portugal - deixou um rasto de destruição nas infraestruturas, instalações e equipamentos de adução, distribuição de água e drenagem de águas residuais. Os efeitos adversos estenderam-se ainda à interrupção do fornecimento de energia elétrica e de telecomunicações, agravando a complexidade da resposta operacional.

Para assegurar a continuidade do serviço e mitigar os impactos, foram e estão a ser implementadas diversas soluções provisórias com gastos acrescidos que incluem o transporte de água por auto-tanques, a alimentação elétrica por geradores, reforço no consumo de reagentes para tratamento de águas assim como uma mobilização contínua e extraordinária das equipas, entre outros. Estas medidas visam garantir, dentro do possível, a continuidade da operação dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais geridas pelo Grupo AdP, apesar das condições excecionais verificadas.

Foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 52/2026, de 16 de fevereiro, que altera o Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio que atribui à Águas de Santo André a concessão da exploração e da gestão do sistema de abastecimento de água (gerindo de forma integrada origens não convencionais, como a água do mar e a água para reutilização), de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, face aos desafios de escassez hídrica e à necessidade de reconfiguração do sistema para promover a sustentabilidade ambiental e a resiliência hídrica das atividades industriais, agrícolas e turísticas da zona de influência da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

PERSPETIVAS FUTURAS

A atividade a desenvolver em 2026 passa, naturalmente, pela continuidade da implementação da estratégia da empresa com vista a desenvolver um conjunto de investimentos que permitam assegurar a satisfação da procura estimada e dar continuidade à prestação de serviços de elevada qualidade e garantir a sustentabilidade ambiental, contribuindo para o desenvolvimento da região.

Estão previstos vários projetos de investimento, na maioria estrangeiros, no cluster energético tradicional (petroquímico e refinador), no novo cluster de transição energética em que vai predominar o hidrogénio verde, e no desenvolvimento de um novo cluster de transição digital.

A crise geopolítica atual veio realçar as vantagens estratégicas associadas à localização do Porto de Sines no contexto do processo de descarbonização e de diversificação de fontes de energia para o mercado europeu. A AdSA continuará a acompanhar de perto o desenvolvimento dos potenciais novos projetos de investimento que se pretendem implementar na ZILS, prestando toda a informação solicitada, com vista à sua efetiva concretização.

As atuais perspetivas de expansão têm um impacto na gestão de recursos, nomeadamente, nas necessidades de abastecimento de água e tratamento de águas residuais, quer ao nível da capacidade instalada, quer ao nível das origens de água para suprir a procura solicitada. Assim, o ano de 2026 será marcado pelo desenvolvimento do Estudo Prévio e do Estudo de Impacte Ambiental do Reforço do Sistema de Abastecimento de Água à Zona Industrial e Logística de Sines, bem como, pelo lançamento de diversas empreitadas, visando o reforço da fiabilidade dos sistemas e a capacidade de gestão e operação dos mesmos. Estes investimentos resultantes de uma criteriosa análise custo-benefício e avaliação do risco, cumprem os critérios de eficiência energética, bem como as boas práticas de operação.

Prevê-se, e dada a urgência dos investimentos nas novas infraestruturas da AdSA, bem como da necessidade de concretização das disposições previstas no Decreto-Lei n.º 52/2026, de 16 de fevereiro, que o Concedente e a ERSAR venham a aprovar, no ano de 2026 a reposição do equilíbrio económico e financeiro e dos termos do novo contrato de concessão e o respetivo EVEF.

Com a conclusão destes investimentos, prevê-se a melhoria da eficiência operacional e o cumprimento das Licenças Ambientais. Pretende-se promover um futuro com uma construção mais circular e uma melhor aplicação prática do quadro regulamentar da gestão de resíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2025, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

O Concedente, na pessoa de Sua Excelência a Sra. Ministra do Ambiente e Energia e da Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado do Ambiente;

O acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A.;

Os Organismos e Serviços Oficiais, como sejam a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, a Câmara Municipal de Sines, a Junta de Freguesia de Santo André, a Agência Portuguesa do Ambiente, nomeadamente a Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a Capitania do Porto de Sines, a Administração Regional de Saúde do Alentejo Litoral, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, a Aicep Global Parques e a Administração do Porto de Sines;

Os nossos parceiros de projetos;

Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;

Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração, em particular, os grandes clientes industriais;

O Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;

Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral; e,

Os Colaboradores de AdSA, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto no Artigo 25º dos Estatutos da Águas de Santo André, S.A., propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido (RL) negativo de 221.687,55 Euros (duzentos e vinte e um mil, seiscentos e oitenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- - 221.687,55 Euros – para Resultados Transitados.

ANEXO I – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA E DISPOSIÇÕES LEGAIS

I. Execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

- a) Evidenciar a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2025 aprovado, conforme modelo indicativo, infra, com a identificação obrigatória do volume de negócios, gastos operacionais, rácio de eficiência e variação de endividamento, explicitando os valores orçamentados, executados e os respetivos desvios, bem como a justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável.

Unid: euro

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	201 297,86 €	-221 687,55 €	-422 985,41 €	
EBITDA (RO + Amortizações - Subsídios)	2 324 161,08 €	4 967 666,91 €	2 643 505,83 €	Reversão da perda por imparidade de uma Indústria
Resultado Operacional ¹⁾ (EBIT)	80 080,16 €	76 645,59 €	-3 434,57 €	
Volume de Negócios ²⁾	14 731 666,02 €	10 622 117,43 €	-4 109 548,59 €	Verificou-se, em 2025, a redução da atividade industrial da ZILS, e o atraso no início da retoma da atividade prevista em PAO.
Gastos Operacionais ³⁾	12 190 683,07 €	9 118 853,82 €	-3 071 829,25 €	
GCP - Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	76 592,89 €	126 645,59 €	50 052,70 €	
GCP - Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação da tabela dos GP	0,00 €	6 778,67 €	6 778,67 €	
GCP - Anualização de gastos (internalizações)	42 829,93 €	0,00 €	-42 829,93 €	
GCP - Anualização de gastos (entradas)	483 904,36 €	432 075,45 €	-51 828,91 €	
FSE - Energia	0,00 €	323 158,72 €	323 158,72 €	Para efeitos de comparabilidade deduzimos o valor da energia que não estava previsto em PAO.
Gastos Operacionais ajustados	11 587 355,89 €	8 230 195,40 €	-3 357 160,49 €	
Gastos Operacionais/Volume de N.	82,75%	85,85%	3,10 p.p.	
Gastos Operacionais ajustados/Volume de N.	78,66%	77,48%	-1,17 p.p.	
Endividamento ⁴⁾	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Dívida Financeira Líquida⁵⁾/EBITDA	-2,24%	-281,50%	-279,25 p.p.	
Disponibilidades⁶⁾	52 088,81 €	13 983 754,36 €	13 931 665,55 €	
... ⁷⁾	...	...	...	

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

4) Passivo remunerado

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

7) Adicionar linhas com a identificação de mais indicadores, designadamente de atividade, atendendo à natureza da empresa/setor de atividade.

- b) Aditar os objetivos e metas de gestão relacionados com a atividade da empresa definidos no âmbito do PAO ou no Plano de Desenvolvimento Organizacional (PDO), apresentando o respetivo grau de cumprimento, bem como os desvios verificados e as medidas corretivas adotadas.

Ver ponto I0 a)

- c) Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas (EPR), incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.

Não aplicável para a AdSA.

- d) Indicar expressamente as autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PAO 2025.

O PAO 2025 foi aprovado na totalidade.

2. Eficiência Operacional e Gastos Operacionais

Conforme previsto pelo artigo 52.º da Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE 2025) e no artigo 140.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO 2025), o rácio da eficiência operacional (gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluídos os impactos extraordinários decorrentes do cumprimento de disposições legais, devidamente fundamentados) deve ser igual ou inferior ao verificado em 2024. Na eventualidade de ter sido autorizada a utilização de outro indicador para medir a eficiência operacional, apresentar um quadro de suporte ao respetivo apuramento e evolução, indicando e apresentado em anexo o respetivo Despacho autorizador.

Apresentar informação sobre os gastos operacionais e o volume de negócios, bem como sobre outros dados complementares ao longo do período [2024 (execução), 2025 (orçamento) e 2025 (execução)].

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - artigo 140.º do DLEO 2025	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
Gastos operacionais (GO)	9 118 853,82 €	12 190 683,07 €	8 416 777,85 €	702 075,97 €		-3 071 829,25 €	
(1) CMVMC	295 587,43 €	386 990,08 €	219 658,11 €	75 929,32	34,6%	-91 402,65	-23,6%
(2) FSE	5 212 172,01 €	7 753 805,24 €	4 982 822,96 €	229 349,05	4,6%	-2 541 633,23	-32,8%
(3) Gastos com o pessoal	3 611 094,38 €	4 049 887,74 €	3 214 296,78 €	396 797,60	12,3%	-438 793,36	-10,8%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de disposições legais:	565 499,70 €	603 327,18 €	206 648,26 €	358 851,44	173,7%	-37 827,48	-6,3%
GCP - Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	126 645,59 €	76 592,89 €	206 648,26 €	-80 002,67	-38,7%	50 052,70	65,3%
GCP - Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação da tabela dos GP	6 778,67 €	0,00 €	0,00 €	6 778,67	-	6 778,67	-
GCP - Anualização de gastos (internalização autorizadas PAO24)	0,00 €	42 829,93 €	0,00 €	0,00	-	-42 829,93	-100,0%
GCP - Anualização de gastos (entradas no ano)	432 075,45 €	483 904,36 €	0,00 €	432 075,45	-	-51 828,91	-10,7%
(4a) Impactos Não Comparáveis	414 582,31 €	0,00 €	0,00 €	414 582,31	-	414 582,31	-
CMVMC - Reagentes	75 929,32 €	0,00 €	0,00 €	75 929,32	-	75 929,32	-
FSE - Energia e Gasolina	44 779,03 €	0,00 €	0,00 €	44 779,03	-	44 779,03	-
FSE - Tratamento e destino final de lamas perigosas	293 873,96 €	0,00 €	0,00 €	293 873,96	-	293 873,96	-
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)-(4a)	8 138 771,81 €	11 587 355,89 €	8 210 129,59 €	-71 357,78	-0,9%	-3 448 584,08	-29,8%
(6) Volume de negócios	10 622 117,43 €	14 731 666,02 €	10 786 059,27 €	-163 941,84	-1,5%	-4 109 548,59	-27,9%
Vendas	4 413 594,56 €	7 681 348,26 €	5 177 126,64 €	-763 532,08	-14,7%	-3 267 753,70	-42,5%
Prestações de Serviços	6 208 522,87 €	7 050 317,77 €	5 608 932,63 €	599 590,24	10,7%	-841 794,90	-11,9%
Outros Rendimentos que concorrem para o VN	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
Indemnizações Compensatórias (se aplicável)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(7) Impactos no VN decorrentes de disposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	163 941,84 €	0,00 €	0,00 €	163 941,84	-	163 941,84	-
Alterações nos consumos da ZILS	163 941,84 €		0,00 €	163 941,84	-	163 941,84	-
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	10 786 059,27 €	14 731 666,02 €	10 786 059,27 €	0,00	0,0%	-3 945 606,75	-26,8%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	75,46%	78,66%	76,12%	-0,66	-0,9%	-3,20	-4,1%

Informação adicional	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	3 611 094,38 €	4 049 887,74 €	3 214 296,78 €				
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	-359 947,37 €	-400 659,91 €	-393 697,36 €	33 749,99	9%	40 712,54	10%
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais (discriminar, se aplicável)	-126 645,59 €	-76 592,89 €	-206 648,26 €	80 002,67	39%	-50 052,70	-65%
iii. (-) Acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico ^{a)}	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
v. (+) Efeito do Absentismo	36 518,21 €	0,00 €	81 338,10 €	-44 819,89	-55%	36 518,21	-
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) ^{a)}	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	3 087 983,22 €	3 572 634,95 €	2 532 613,06 €	555 370,16	22%	-484 651,73	-14%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	20 778,11 €	53 689,96 €	22 977,42 €	-2 199,31	-10%	-32 911,85	-61%
(4) Gastos com ajudas de custo	2 659,71 €	4 200,00 €	1 302,29 €	1 357,42	104%	-1 540,29	-37%
(5) Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	397 570,74 €	503 258,55 €	332 915,84 €	64 654,90	19%	-105 687,81	-21%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	56 691,56 €	315 462,50 €	57 654,59 €	-963,03	-2%	-258 770,94	-82%
(7) Total dos gastos (3) a (6)	477 700,12 €	876 611,01 €	414 850,14 €	62 849,98	15%	-398 910,89	-46%
(8) N.º de Viaturas (operacional)	35	36	35	0,00	0%	-1,00	-3%
(9) N.º de viaturas (não operacional)	0	0	0	0,00	-	0,00	-

a) Devem ser excluídos os gastos relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico, celebrado a 1 de outubro de 2024.

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

3. Recursos Humanos e Massa Salarial

Tendo em consideração o previsto nos artigos 138.º e 139.º do DLEO 2025, no Despacho n.º 1103-B/2025, de 22 de janeiro de 2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, apresentar informação sobre a evolução do número de recursos humanos, de forma desagregada e indicar o(s) correspondente(s) impacto(s) nos gastos com pessoal.

Caso a empresa tenha obtido autorização para um aumento do número de trabalhadores (excluindo os membros dos órgãos sociais), face a 31 de dezembro de 2024, deverá ser indicado e apresentado, em anexo, o correspondente Despacho autorizador.

	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
N.º de membros dos órgãos sociais (OS)	3	3	3	0	0,00%
N.º de membros cargos de direção (CD)	3	3	3	0	0,00%
N.º dos restantes trabalhadores (sem OS e sem CD)	87	91	78	9	11,54%
TOTAL	93	97	84	9	10,71%
N.º Trabalhadores/N.º CD	30	31	27	3	11,11%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	38 828,97 €	41 751,42 €	38 265,44 €	563,53 €	1,47%
Massa Salarial Global	3 611 094,38	4 049 887,74	3 214 296,78	396 797,60 €	12,34%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do nº de trabalhadores) ^{a)}	3 347 721,04	4 049 887,74	3 214 296,78	133 424,26 €	4,15%
Massa Salarial Comparável Grupo					4,70%

a) Aferição do Despacho n.º 1103-B/2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

Unid: euro

Dívida Vencida (>90 dias)	PAGAMENTOS EM ATRASO				
	Valor das dívidas vencidas (art. 1º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do art. 4º do DL 127/2012)				
	2025				2024
	]90-180] dias	]180-365] dias	> 365 dias	Total	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços	0,00 €	6 105,27 €	11 062,70 €	17 167,97 €	35 093,53 €
2 - Aq. de Capital	0,00 €	8 970,29 €	0,00 €	8 970,29 €	9 717,00 €
3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2)	0,00 €	15 075,56 €	11 062,70 €	26 138,26 €	44 810,53 €
4 - Situações excluídas (n.º2 art. 4º DL 127/2012)	0 €	0 €	11 063 €	11 063 €	11 063 €
4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória	0,00 €	0,00 €	11 062,70 €	11 062,70 €	11 063,00 €
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	0,00 €	15 075,56 €	0,00 €	15 075,56 €	33 747,53 €

Nota: **PAGAMENTOS EM ATRASO** são representados pelas contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

Excluem-se deste conceito: as obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória; as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, e os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, conforme estabelece o **n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho**.

4. Plano de Investimentos

Apresentação da execução dos investimentos no período, onde se identifica claramente eventuais investimentos executados que não foram previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederam o valor orçamentado, bem como a eventual autorização autónoma concedida pelas tutelas e em que termos.

		Total	Fontes de financiamento	Unid: euro	
Plano de Investimento	PAO 2025	Executado 2025	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas
M.Chãos - Renovação da Rede Distribuição AP		23 447 €	23 447 €	23 447 €	Desvio ao plano de pagamento inicialmente
Reabilitação dos Balneários da AdSA (COSA, ETAR de Ribeira dos Moinhos)	375 000 €	7 398 €	7 398 €	-367 602 €	Antecipada face à necessidade urgente de realização
Novo coletor gravítico de ARU da CR da Barbuda à ETAR de Ribeira de Moinhos	903 000 €	2 314 €	2 314 €	-900 686 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Execução de caixa de medição de caudal, ARU, na Barbuda		7 653 €	7 653 €	7 653 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Construção da nova conduta adutora - ETA Monte-Chãos	8 450 000 €	1 703 116 €	1 703 116 €	-6 746 884 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Bacia de Retenção ZIP3	3 480 000 €	976 027 €	976 027 €	-2 503 973 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reabilitação da ETAR de Ribeira dos Moinhos	527 000 €	74 125 €	74 125 €	-452 875 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Remodelação da ETA de Morgavel, (2.ª Fase)	927 000 €	5 544 €	5 544 €	-921 456 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Bombas lavagem filtros		47 854 €	47 854 €	47 854 €	Desvio ao plano de pagamento inicialmente
Sistema de Neutralização da ETA Morgavel	65 815 €	934 €	934 €	-64 881 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reabilitação da conduta atual e obras associadas da antiga adutora - ETA Monte-Chãos	180 000 €	0 €	0 €	-180 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reabilitação de condutas de saneamento (túneis)	340 000 €	0 €	0 €	-340 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reabilitação da Subestação, Quadros Elétricos e de Comando, Automação e Telegestão Ermidas	417 000 €	5 382 €	5 382 €	-411 618 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reabilitação dos Equipamentos Hidráulicos (bombas, válvulas, comportas, pórtilhos, RH, circuitos, etc...)- Ermidas	263 633 €	0 €	0 €	-263 633 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reabilitação dos Equipamentos Hidráulicos (válvulas, ventosas, descargas de fundo, condutas, etc...)- Ermidas	183 550 €	0 €	0 €	-183 550 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reabilitação dos Equipamentos Hidráulicos (válvulas, comportas, condutas, Chaminé de equilíbrio, etc...)- Captação de Morgavel	75 000 €	0 €	0 €	-75 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reabilitação da Subestação, Quadros Elétricos e de Comando, Automação e Telegestão - Captação Morgavel	66 000 €	0 €	0 €	-66 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reabilitação do Canal de Ermidas	1 339 968 €	1 239 774,88 €	1 239 775 €	-100 193 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Telegestão e Monitorização (AI)	325 000 €	5 422 €	5 422 €	-319 578 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Telegestão e Monitorização (AP)	155 714 €	275 €	275 €	-155 440 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Telegestão e Monitorização (AR)	160 714 €	5 683 €	5 683 €	-155 031 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reabilitação de condutas de abastecimento industrial (túneis)	144 000 €	0 €	0 €	-144 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reabilitação de condutas de abastecimento potável (túneis)	140 000 €	0 €	0 €	-140 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Contrato global telegestão - Central de Comando	289 800 €	0 €	0 €	-289 800 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Intervenções integração Barragem de Morgavel	1 493 840 €	62 984 €	62 984 €	-1 430 856 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Secagem Solar – Ribª Moinhos Lamas 4.000 ton/ano	200 000 €	0 €	0 €	-200 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Lamas desidratadas: 1.100 ton/ano					
Trabalhos de limpeza e desassoreamento do açude e inclui cont civil pontual - Ermidas	23 000 €	0 €	0 €	-23 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reabilitação de Equipamentos Hidráulicos (válvulas e descargas de fundo) (incluindo melhorias pontuais na construção civil associada) - Reservatório Monte-chãos (COMC-AI)	28 000 €	0 €	0 €	-28 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Renovação ou reabilitação da rede de distribuição (condutas, equipamentos, obras especiais, etc...) - AI	240 000 €	2 822 €	2 822 €	-237 178 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Ponto de entrega Repsol					
Construção do Ponto Concentrador e/ou adaptações várias de ligação das captações existentes	10 000 €	0 €	0 €	-10 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Remodelação da estação elevatória de Ribeira de Moinhos AA	20 000 €	0 €	0 €	-20 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reabilitação geral dos equipamentos e tubagens da estação elevatória do COSA	460 000 €	0 €	0 €	-460 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Renovação da rede de distribuição de VN SA (Gestão da Baixa)	1 000 000 €	335 569,69 €	335 570 €	-664 430 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Intervenções no sistema elevatório associado à EE AR SA	37 500 €	0 €	0 €	-37 500 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários

RELATÓRIO E CONTAS 2025 ADSA

Plano de Investimento	PAO 2025	Total	Fontes de financiamento	Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas
		Executado 2025	Autofinanciamento (Receitas próprias)		
Reabilitação de coletores e emissários do sistema de saneamento	602 500 €	0 €	0 €	-602 500 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Implementação da execução das infraestruturas de armazenamento de caudais e cargas extremas a montante da ETAR de Ribeira de Moinhos	324 000 €	0 €	0 €	-324 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reabilitação das pontes raspadoras de superfície dos TROG	19 500 €	0 €	0 €	-19 500 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Beneficiação das EE de AR	37 500 €	0 €	0 €	-37 500 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Remodelação do Flotador	125 000 €	0 €	0 €	-125 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Construção de duas células RIBs RESIM	876 833 €	55 293 €	55 293 €	-821 540 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Selagem das três células RIBs do RESIM	38 500 €	0 €	0 €	-38 500 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Construção de rede de incêndio RESIM	50 000 €	0 €	0 €	-50 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Telemetria grandes clientes AA e AR	22 000 €	0 €	0 €	-22 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Reabilitação do Ed sede AdSA	185 500 €	139 €	139 €	-185 361 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Reparação de Edifícios Operacionais	138 000 €	0 €	0 €	-138 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Beneficiações gerais do Sistema da AdSA	205 000 €	0 €	0 €	-205 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Rede de distribuição - Monte Chãos - Expansão	17 500 €	0 €	0 €	-17 500 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Condutas de AI - Expansão	150 000 €	142 €	142 €	-149 858 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Estações elevatórias - Expansão	100 000 €	0 €	0 €	-100 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos
ETAR Remodelação para ApR	300 000 €	0 €	0 €	-300 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos
ApR - Expansão	200 000 €	0 €	0 €	-200 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Emissários AR - Expansão	130 000 €	0 €	0 €	-130 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Estações elevatórias AR- Expansão	60 000 €	0 €	0 €	-60 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Emissários ARS - Expansão	90 000 €	0 €	0 €	-90 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Estações elevatórias ARS- Expansão	17 000 €	0 €	0 €	-17 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Renovação da rede de distribuição e drenagem da ZILS	647 500 €	0 €	0 €	-647 500 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Reservatório 1ª Fase 50 000 - Expansão	925 000 €	163 €	163 €	-924 837 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Alteração da rede de distribuição terminal XXI	1 160 000 €	25 428 €	25 428 €	-1 134 572 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Proteções coletivas das infraestruturas da AdSA	711 000 €	0 €	0 €	-711 000 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Reabilitação - construção civil do sistema de saneamento	522 500 €	0 €	0 €	-522 500 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Apoio Técnico Gestão Projetos AdSA	55 541 €	72 933 €	72 933 €	17 393 €	Desvio ao plano de pagamento inicialmente
Masterplan AA+AR	25 200 €	19 574 €	19 574 €	-5 627 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Levantamentos topográficos e cadastrais	17 174 €	0 €	0 €	-17 174 €	Atraso do início da empreitada por motivos
Engenharia de Instrumentação e Controlo/Eletrotécnica - H2ORegra		466 €	466 €	466 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
Empreitadas - acumulados		37 048 €	37 048 €		
STI - Informática		4 426 €	4 426 €	4 426 €	
Booster Nova Adutora		99 €	99 €	99 €	
Prog_Neutralidade_Solar_III		50 €	50 €	50 €	
AA-AB-Captações - Aluguer camião grua - furo Monte Velho		2 235 €	2 235 €	2 235 €	
AA-AB-Captações - Instalação Bomba e Válvula DN200		1 034 €	1 034 €	1 034 €	
AA-AB-Captações - OT 4130-1064392 Aquisição Variador Porto		3 000 €	3 000 €	3 000 €	
AA-AI-ETA - Aquis. Analisador Elétrico Pré Cloragem - Estudos e Consultoria - RF		3 754 €	3 754 €	3 754 €	

Unid: euro

Plano de Investimento	PAO 2025	Total	Fontes de financiamento	Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas
		Executado 2025	Autofinanciamento (Receitas próprias)		
Reabilitação de coletores e emissários do sistema de saneamento	602 500 €	0 €	0 €	-602 500 €	Atraso do início da empreitada por motivos vários
AA-AI-Barragens - Aquisição de carregador de baterias		4 796 €	4 796 €	4 796 €	
SA-ARI-Coletores e Condutas - Aquis. Bomba Recirculação Torre Neutrali		208 €	208 €	208 €	
SA-ARI-Estações Elevatórias - Aquis. Válvulas Retenção EE Euroresinas - ADS - Aquis. Bomba EE Euroresinas		704 €	704 €	704 €	
SA-ETAR - CPV- Manutenção Centrífuga 1 ETAR - Aquis. Poste Iluminação - PV08 - Forn. e Inst. de Analis.Energia		63 534 €	63 534 €	63 534 €	
CP Decagem e Pintura		16 252 €	16 252 €	16 252 €	
Carregadores veículos elétricos		1 628 €	1 628 €	1 628 €	
Aquis. de Variad. de Velocidade - 1A1 - Variador de Velocidade 37Kw - ZIP3 - 1A1 - Variador de Velocidade 55Kw-ZIP3S		23 208 €	23 208 €	23 208 €	
Outros Investimentos acumulados	4 518 011 €	132 062 €	132 062 €	-4 385 949 €	
....		0 €	0 €	0 €	
Valor total do investimento	34 591 293 €	242 393 €	242 393 €	-4 878 118 €	

Unid: euro

5. Contratualização de Serviço Público

Na eventualidade de existirem contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou, ainda, de interesse económico geral celebrados com Estado, identificar:

- Os indicadores e metas anuais, e respetiva execução;
- As compensações recebidas pelas obrigações de serviço público asseguradas.

Não aplicável para a AdSA.

6. Gestão do Risco Financeiro

Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise da eficiência da política de financiamento, quando aplicável.

Não aplicável para a AdSA.

7. Limite de Crescimento do Endividamento

Indicar a variação do endividamento homóloga, nos termos definidos no n.º I do artigo 53.º da LOE 2025 e no artigo 141.º do DLEO 2025:

Não aplicável para a AdSA.

8. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Nos termos conjugados do previsto nos artigos 28.º do RJSPE, 13.º da LOE 2025 e 97.º do DLEO 2024, as empresas públicas não financeiras devem identificar as disponibilidades e aplicações financeiras que mantêm no final de cada trimestre junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP,E.PE., bem como junto da Banca Comercial.

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda duas emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 20 anos e, em 2016 a 12 anos, num total de 225 milhões de euros (capital em dívida no montante de 167 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025).

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de manuseio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2024-2025, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 155, de 4 de dezembro de 2024, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring);
- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas através de descobertos bancários, sempre que as transferências internas entre empresas do Grupo Ad através das contas bancárias no IGCP não permitam mitigar as necessidades de umas empresas com os excedentes das outras empresas;
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos de clientes através da vertente credora dos débitos diretos, através de referências MB e pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser semanalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, que não iniciem por “PT50” e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa do IGCP não possa satisfazer as necessidades da AdP;

- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
- Recebimentos em 2024 de verbas no âmbito de processos de injunção contra clientes e no âmbito de subsídios.

Unid: euro

Banca Comercial*	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Novo Banco	49 695,41 €	52 202,91 €	55 214,66 €	57 921,56 €
BPI	20 165,13 €	20 165,13 €	20 165,13 €	20 165,13 €
Santander	28 934,53 €	57 063,93 €	129 540,02 €	67 722,46 €
CGD	177 062,68 €	384 728,72 €	530 272,28 €	608 164,21 €
Montepio Geral	13 237,29 €	11 713,89 €	11 380,93 €	11 047,97 €
IGCP	19 859 816,25 €	22 334 697,49 €	10 871 255,96 €	1 444 637,37 €
IGCP - Aplicações CP	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 000 000,00 €
Total	20 148 911,29 €	22 860 572,07 €	11 617 828,98 €	13 209 658,70 €
Juros auferidos (€)**	58 749,25 €	97 978,99 €	123 301,11 €	146 744,91 €
Juros entregues (€)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Data entrega dos Juros***	na	na	na	na

* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

*** Identificar a(s) data(s) da entrega dos rendimentos das aplicações financeiras.

Unid: euro

IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	19 859 816,25 €	22 334 697,49 €	10 871 255,96 €	1 444 637,37 €
Aplicações financeiras	726 836,73 €	726 836,73 €	766 230,67 €	11 766 230,67 €
Total	20 586 652,98 €	23 061 534,22 €	11 637 486,63 €	13 210 868,04 €

9. Prazo Médio de Pagamento (PMP) e “Arrears”

- a) Indicar o PMP, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, na sua versão atual:

PMP	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Prazo (dias)	16	33	-17	-51,5%

As empresas públicas com um PMP superior a 60 dias, devem assegurar a sua divulgação nos termos do n.º 2 do artigo 27.º do DLEO 2025, nos respetivos sítios na internet, bem como, trimestralmente, até ao fim do mês seguinte ao final de cada trimestre, a lista das suas dívidas certas, líquidas e exigíveis há mais de 30 dias.

- b) Indicar os atrasos nos pagamentos (“arrears”) conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

Unid: euro

Dívida Vencida (>90 dias)	PAGAMENTOS EM ATRASO				
	Valor das dívidas vencidas (art. 1º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do art. 4º do DL 127/2012)				
	2025				2024
	[90-180] dias	[180-365] dias	> 365 dias	Total	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços	38 199,39 €	7 290,99 €	1 979 542,98 €	2 025 033,36 €	35 093,53 €
2 - Aq. de Capital				0,00 €	9 717,00 €
3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2)	38 199,39 €	7 290,99 €	1 979 542,98 €	2 025 033,36 €	44 810,53 €
4 - Situações excluídas (n.º2 art. 4º DL 127/2012)	0 €	0 €	0 €	0 €	11 063 €
4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 063,00 €
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	38 199,39 €	7 290,99 €	1 979 542,98 €	2 025 033,36 €	33 747,53 €

Nota: **PAGAMENTOS EM ATRASO** são representados pelas contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

Excluem-se deste conceito: as obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória; as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, e os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, conforme estabelece o **n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho**.

I0. Estatuto do Gestor Público

a) Objetivos de Gestão

Indicar os objetivos de gestão para 2025, conforme proposta submetida à ETF nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 18.º e 30.º do EGP e na Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, apresentando o respetivo grau de cumprimento, identificando os desvios verificados e as medidas corretivas adotadas.

O Conselho de Administração da sociedade deu cumprimento ao disposto no n.º 13 do art.º 3 da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, conjugado com o disposto no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, tendo apresentado uma proposta de objetivos e indicadores de gestão (estratégicos, setoriais e individuais) e respetivas metas a constar dos contratos de gestão, aguardando-se a sua aprovação, nos termos e para os efeitos previstos nos citados normativos.

Sem prejuízo do que antecede, o grau de cumprimento em 2025, dos objetivos propostos, foi o seguinte:

Tipo	Objetivo	Calculo	Cumprimento			Quantificação
			S	N	NA	
Objetivos específicos do Gestor (alinea c) n.º 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022)						
Individual	Índice de Satisfação dos Grandes Clientes	ISGC corresponde ao cálculo da média ponderada dos indicadores medidos por cada tipologia de cliente (ISGC = $\sum SiFi / \sum Fi$), em que Si é o grau de satisfação do cliente i e Fi é o fator de ponderação do cliente i, para o universo de n clientes avaliados.	X			8,42
	Ineficiência na utilização de recursos hídricos	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AA08b - "Água Não Faturada" (ANF)	X			20,1%
	Cumprimento Plano de Formação	Cumprimento do Plano de Formação: Nº Ações executadas (F) face ao previsto	X			108,8%
Objetivos Setoriais (alinea b) n.º 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022)						
Sectorial	Qualidade da Água Fornecida	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AA04 - "Água Segura" (AS)	X			100,0%
	Qualidade das Águas Residuais	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AR21 - "Cumprimento dos requisitos de descarga" (RD)	X			99,7%
	Falhas no abastecimento	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AA03 - "Ocorrência de falhas de abastecimento" (FA)	X			0
	Colapsos nos coletores	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AR10 - "Ocorrência de colapsos estruturais em coletores" (CC)	X			0
Objetivos Estratégicos (alinea a) n.º 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022)						
Estratégicos	Eficiência de Gestão (GO/VN)	Variação face ao PAO aprovado	X			- 1,17 pp
	Volume de Negócios (VN)	Variação face ao ano anterior ajustado pelo mês em que se realizou a atualização tarifária	X			-0,02 pp
	Resultado Líquido / VN	Variação face ao constante no PAO aprovado (ajustado caso exista atraso na atualização tarifária pelo regulador ou concedente)	X			0,0871 pp
Outros	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva: Nº Ações executadas (AE) face ao previsto	X			100%
	Respeito pelos prazos de pagamento	Prazo médio de pagamento - PMP (dias)	X			16

b) Artigos 32.º e 33.º do EGP

Apresentar informação no que se refere:

- i. À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento pelos gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público.

- ii. Ao não reembolso aos gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público.

- iii. Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;

Unid: euro

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Marcos Sá Rodrigues	80,00 €	25,54 €	Termo do mandato a 03/02/2025
Carla Sofia de Oliveira dos Reis Cupido	80,00 €	0,00 €	Termo do mandato a 03/02/2025
José Eduardo Esperança Fialho	80,00 €	25,77 €	Termo do mandato a 03/02/2025
Francisco Maria Freitas de Morais Sarmento Ramalho	80,00 €	52,99 €	
Simone Ferreira Pio	80,00 €	98,21 €	
Rui Miguel da Silva André	80,00 €	104,86 €	
		307,37 €	

- iv. Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço de cada gestor público.

Unid: euro

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Marcos Sá Rodrigues	502,21 €	529,56 €	215,85 €	745,41 €	Termo do mandato a 03/02/2025
Carla Sofia de Oliveira dos Reis Cupido	401,77 €	227,24 €	72,85 €	300,09 €	Termo do mandato a 03/02/2025
José Eduardo Esperança Fialho	401,77 €	396,35 €	161,15 €	557,50 €	Termo do mandato a 03/02/2025
Francisco Maria Freitas de Morais Sarmento Ramalho*	502,21 €	4 260,95 €	2 062,50 €	6 323,45 €	
Simone Ferreira Pio*	451,99 €	3 559,09 €	2 237,50 €	5 796,59 €	
Rui Miguel da Silva André*	401,77 €	4 272,54 €	1 757,15 €	6 029,69 €	
				19 752,73 €	

* O gasto anual que ultrapassa o valor anual de combustível e portagens decorre exclusivamente de utilização profissional

I I. Contratação Pública

Indicar, designadamente:

- o modo como foram implementadas as normas de contratação pública, aplicáveis à empresa, vigentes em 2025, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, este ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente;
- os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização;
- os atos ou contratos celebrados com valor superior a € 5 000 000, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhoras práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

I 2. Informação Complementar

Indicar, designadamente:

- a) A eventual adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP);

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

- b) As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas (se aplicável);

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas na Assembleia Geral de aprovação dos documentos de prestação de Contas do Exercício de 2025

- c) As diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas (se aplicável);

Não aplicável para a AdSA.

- d) As recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou da IGF – Autoridade de Auditoria nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado;

Nos últimos três anos não foram efetuadas recomendações por parte do Tribunal de Contas.

- e) As medidas implementadas no âmbito da adaptação progressiva dos sistemas de reporte e dos processos internos, de modo a assegurar que, caso a empresa ainda não se encontre sujeita à obrigação de apresentação do relato de sustentabilidade, venha a cumprir essa exigência nos prazos legalmente estabelecidos pela Diretiva comunitária Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD).

A AdSA não é uma empresa de interesse público, nem empresa-mãe de grandes grupos, não lhe sendo aplicável o disposto dos artigos 66.º- B ou 508.º- G do Código das Sociedades Comerciais.

13. Quadro-Síntese do Cumprimento das Orientações

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento	Indicar Pág. Relatório Gestão
		S/N/N.A.	
1	Execução do PAO		105
	Metas a atingir constantes no PAO	S	
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.	
	Autorizações Concedidas	N.A.	
2	Eficiência operacional e gastos operacionais	S	106
3	Recursos humanos e Massa Salarial		107
	Identificação da evolução dos RH	S	
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador de aumento dos RH (se aplicável)	S	
	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	
4	Plano de Investimentos	S	108 a 110
5	Contratualização de Serviço Público		110
	Indicadores, metas e execução	S	
	Compensações recebidas	N.A.	
6	Gestão do Risco Financeiro	N.A.	110
7	Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.	110
8	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado		110 a 112
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado	N.A.	
	Identificação do Despacho autorizador do excecionamento (se aplicável)	S	
9	PMP a fornecedores e arrears	S	112 a 113
	Evolução do PMP	S	
	Pagamentos em atraso	N.A.	
10	Estatuto do Gestor Público		113 a 115
	Objetivos de gestão		114
	Índice de Satisfação dos Grandes Clientes	8,42	
	Ineficiência na utilização de recursos hídricos	20,10%	
	Cumprimento Plano de Formação	108,80%	
	Qualidade da Água Fornecida	100%	
	Qualidade das Águas Residuais	99,70%	
	Falhas no abastecimento	0	
	Colapsos nos coletores	0	
	Eficiência de Gestão (GO/VN)	-1,17 pp	
	Volume de Negócios (VN)	-0,02 pp	
	Resultado Líquido / VN	0,0871pp	
	Plano de Manutenção	100%	
	Respeito pelos prazos de pagamento	16	
	Não utilização de cartão de crédito	S	
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	
	Despesas não documentadas ou confidenciais	N.A.	
11	Contratação Pública		115 à 116
	Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.	
	Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	
12	Informação Complementar		116 à 117
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	
	Diligências tomadas sobre as recomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.	
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC	N.A.	
	Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.	
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSRD).	N.A.	
13	Sistematização Informação	S	118

Declaração de Conformidade da Informação Reportada no SISEE

No âmbito da preparação e submissão dos documentos da prestação de contas referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração da AdSA, reunido para o efeito, declara que:

1. Foi verificada a consistência entre a informação financeira reportada no SISEE ao longo do exercício e os elementos constantes da prestação de contas agora submetida ao acionista Estado;
2. Não foram identificadas divergências materiais entre os dados comunicados nas diferentes fases de reporte que comprometam a fiabilidade ou a comparabilidade da informação financeira final;
3. O Conselho de Administração assegura que as informações prestadas obedecem aos princípios de veracidade, transparência e rigor exigidos às empresas do Setor Empresarial do Estado.

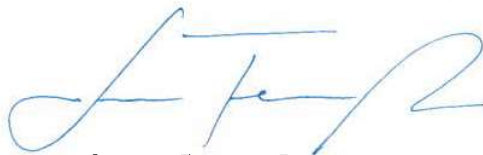
Mais se declara que a presente declaração de conformidade é emitida para os efeitos tidos por convenientes e integra os anexos ao Relatório de Gestão.

Vila nova de Santo André, 11 de março de 2026



Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmento Ramalho

(Presidente Executivo)



Simone Ferreira Pio

(Vice-Presidente Executiva)



Rui Miguel da Silva André

(Vogal Executivo)

ANEXO AO RELATÓRIO

O Capital Social ascende a € 1.000.000, representado por 200.000 ações da Classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada, detido a 100 % por AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2025:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores; e,
- A sociedade não tem qualquer sucursal.

O Conselho de Administração

Francisco Maria Freitas de Morais Sarmento Ramalho

(Presidente Executivo)

Simone Ferreira Pio

(Vice-Presidente Executiva)

Rui Miguel da Silva André

(Vogal Executivo)



CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025

CONTAS INDIVIDUAIS

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da AdSA, submeter à apreciação da Assembleia Geral desta empresa as Contas do Exercício do ano de 2025.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da Posição Financeira;
- Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio; e,
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Constituem, também, elementos do Relatório as Notas às Demonstrações Financeiras.

No final do presente Relatório encontram-se à disposição do acionista os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Fiscal Único; e,
- Certificação Legal de Contas.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	notas	31.12.2025	31.12.2024
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	5	38 415 376	39 604 647
Ativos fixos tangíveis	6	162 004	105 542
Ativos sob direito de uso	7	110 748	174 213
Outros ativos não correntes	8	772 583	772 330
Outros ativos financeiros	8	766 231	729 967
Impostos diferidos ativos	30	3 571 510	4 206 291
Total dos Ativos não correntes		43 798 452	45 592 991
Ativos correntes			
Inventários	11	601 172	615 496
Clientes	9	1 744 593	2 710 212
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	30	0	961 209
Outros ativos correntes	10	10 452 536	1 071 615
Caixa e seus equivalentes	12	13 211 484	21 443 693
Total dos Ativos correntes		26 009 785	26 802 225
Total do ativo		69 808 237	72 395 216
Capital próprio			
Capital realizado	13	1 000 000	1 000 000
Reservas e outros ajustamentos	13	200 000	200 000
Resultados transitados	13	32 113 369	33 976 857
Resultado líquido do exercício	13	-221 688	-1 863 489
Total do capital próprio		33 091 681	33 313 369
Passivos não correntes			
Provisões	14	1 996 040	1 952 530
Acréscimo de gastos de investimento contratual	15	11 465 411	9 838 716
Subsídios ao investimento	16	16 156 289	18 854 791
Passivos de Locação	7	0	0
Fornecedores e Outros passivos não correntes	17	2 115 155	2 504 500
Impostos diferidos passivos	30	523 775	707 556
Total dos passivos não correntes		32 256 670	33 858 093
Passivos correntes			
Passivos de Locação	7	56 791	131 425
Fornecedores e outros passivos correntes	17	4 208 306	5 092 328
Imposto sobre o rendimento do exercício	30	194 789	0
Total dos passivos correntes		4 459 886	5 223 754
Total do passivo		36 716 556	39 081 847
Total do passivo e do capital próprio		69 808 237	72 395 216

Figura 66 – Demonstração da posição financeira

O Conselho de Administração

Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmiento Ramalho (Presidente Executivo)**Simone Ferreira Pio (Vice-Presidente Executivo)****Rui Miguel da Silva André (Vogal Executivo)**

O Contabilista Certificado

Marisa Isabel Pereira do Carmo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

	notas	31.12.2025	31.12.2024
Rédito de contratos com clientes	19	10 622 117	10 786 059
Gasto com mercadorias e matérias consumidas	11 e 20	-295 587	-219 658
Fornecimentos e serviços externos	21	-5 212 172	-4 982 823
Gastos com pessoal	22	-3 611 094	-3 214 297
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	23	-7 589 523	-7 214 136
Provisões e reversões do exercício	24	0	-40 075
Perdas por imparidade e reversões do exercício	25	2 081 767	-1 367 430
Subsídios ao investimento	16	2 698 501	2 698 501
Outros gastos e perdas operacionais	26	-318 356	-360 630
Outros rendimentos e ganhos operacionais	27	1 700 993	986 888
Resultados operacionais		76 646	-2 927 600
Gastos financeiros	28	-137 219	-147 140
Rendimentos financeiros	29	606 292	880 164
Resultados financeiros		469 073	733 025
Resultados antes de impostos		545 719	-2 194 575
Imposto do período	30	-316 406	-251 417
Imposto diferido	30	-451 000	582 503
Resultado líquido do Exercício		-221 688	-1 863 489
Resultado por ação (básico e diluído)	13	-1,1	-9,3

Figura 67 - Demonstração dos Resultados por naturezas

O Conselho de Administração

Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmiento Ramalho (Presidente Executivo)**Simone Ferreira Pio (Vice-Presidente Executivo)****Rui Miguel da Silva André (Vogal Executivo)**

O Contabilista Certificado

Marisa Isabel Pereira do Carmo

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	nota	Capital social	Reservas e outros ajustamentos	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2023		1 000 000	200 000	32 889 313	1 157 744	35 247 057
Aplicação do resultado líquido do exercício	13			1 157 744	-1 157 744	0
Distribuição de dividendos ao Acionista	13			-70 200		-70 200
Resultado líquido do exercício	13				-1 863 489	-1 863 489
Saldo a 31 de dezembro de 2024		1 000 000	200 000	33 976 857	-1 863 489	33 313 369
Aplicação do resultado líquido do exercício	13			-1 863 489	1 863 489	0
Distribuição de dividendos ao Acionista	13					0
Resultado líquido do exercício	13				-221 688	-221 688
Saldo a 31 de dezembro de 2025		1 000 000	200 000	32 113 369	-221 688	33 091 681

Figura 68 - Alterações do Capital Próprio

O Conselho de Administração

Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmiento Ramalho (Presidente Executivo)**Simone Ferreira Pio (Vice-Presidente Executivo)****Rui Miguel da Silva André (Vogal Executivo)**

O Contabilista Certificado

Marisa Isabel Pereira do Carmo

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	notas	31.12.2025	31.12.2024
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		16 917 231	13 472 399
Pagamentos a fornecedores		-6 316 942	-6 898 805
Pagamentos ao pessoal		-3 591 092	-3 112 695
Recebimento / Pagamento de IRC		882 731	-1 040 535
Outros Recebimentos / Pagamentos		-910 053	-286 315
Total das atividades operacionais (1)		6 981 875	2 134 048
Atividades de investimento			
Recebimentos de Juros e rendimentos similares		129 419	335 344
Recebimentos de Apoio de Tesouraria	10	0	20 000 000
Pagamentos de investimentos financeiros		-39 394	-39 394
Pagamentos de ativos fixos tangíveis		-19 521	-87 802
Pagamentos de ativos intangíveis		-5 212 495	-7 962 388
Pagamentos de Apoio de Tesouraria	10	-10 000 000	0
Total das atividades de investimento (2)		-15 141 991	12 245 760
Atividades de financiamento			
Outros recebimentos		0	23 096
Pagamentos de juros e gastos IFRS16		-4 044	-1 696
Pagamentos de dividendos	13	0	-70 200
Outros pagamentos		-68 049	-22 840
Total das atividades de financiamento (3)		-72 092	-71 640
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-8 232 209	14 308 168
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	21 443 693	7 158 622
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	13 211 484	21 443 693

Figura 69 - Demonstrações dos fluxos de Caixa

O Conselho de Administração

Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmento Ramalho (Presidente Executivo)

Simone Ferreira Pio (Vice-Presidente Executivo)

Rui Miguel da Silva André (Vogal Executivo)

O Contabilista Certificado

Marisa Isabel Pereira do Carmo

DEMONSTRAÇÕES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	1 826	2 148
Depósitos à ordem	2 209 659	2 441 546
Depósitos a prazo	11 000 000	19 000 000
	13 211 484	21 443 693
Descobertos bancários	0	0
	13 211 484	21 443 693
	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	1 826	2 148
Novo Banco	57 922	24 764
Caixa Geral de Depósitos	608 164	299 793
BPI	20 165	20 186
Montepio Geral	11 048	13 814
IGCP	12 444 637	20 940 585
Santander	67 722	142 404
	13 211 484	21 443 693

Figura 70 - Decomposição de caixa e seus equivalentes

Ratings a dezembro 2025:

Banco	ratings	
	2025	2024
Novo Banco	BBB	BBB+
Caixa Geral de Depósitos	A	A-
Banco BPI	A	A
Banco Montepio Geral	BB+	BB
IGCP - Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P.	A	A
Banco Santander Totta	A	A

Figura 71 - Ratings

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÃO GERAL

1.1 INTRODUÇÃO

A AdSA – Águas de Santo André, S.A. (adiante designada também por AdSA, ou Empresa), com sede social na Cerca da Água, Rua dos Cravos, em Vila Nova de Santo André, foi constituída em 25 de maio de 2001. Tem como atividade principal a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água para consumo humano e industrial, recolha e tratamento das águas residuais e receção e confinamento de resíduos industriais, num quadro de eficiência e sustentabilidade económica, social e ambiental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o crescimento económico da região, e em particular da Zona Industrial e Logística de Sines.

1.2 ATIVIDADE ECONÓMICA E ACIONISTAS

A Água de Santo André, S.A. é uma sociedade anónima, constituída pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, com um capital social de € 1.000.000, realizado a 100 %.

A sociedade tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos estatutos, a "...exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André." Tendo por base o contrato de concessão celebrado com o Estado Português, à sociedade é atribuída, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, pelo prazo de 30 anos.

A AdSA tem como acionista único a Águas de Portugal, SGPS, S.A., com sede na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700 - 421 Lisboa, que detém uma participação correspondente a 100 % do capital.

1.2.1 ATIVIDADE REGULADA (CONCESSIONADA)

O modelo do contrato de concessão da AdSA possui as seguintes características:

- (i) as infraestruturas e equipamentos da concessão são construídos ou adquiridos pela empresa concessionária;
- (ii) o financiamento destas aquisições/construções é efetuado parcialmente com recursos a subsídios comunitários a fundo perdido e a financiamentos de longo prazo efetuados maioritariamente pelo Banco Europeu de Investimentos;
- (iii) os preços de venda (tarifa) praticados são genericamente fixados e sufragados pela entidade reguladora (ERSAR) e incluem uma parcela de remuneração do capital investido, correspondente a um indexante (taxa das Obrigações do Tesouro), acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco. A AdSA tem assegurada a sua remuneração através das cláusulas de reequilíbrio do contrato de concessão.

A AdSA desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente. Com a alteração introduzida aos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei 10/2014,

de 6 de março, pelo art.º 428.º da Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro, os poderes da Entidade Reguladora sobre as tarifas passam a ser exercidos pelo Concedente.

A AdSA está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

1.3 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2026. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2025.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdSA foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2 CONVERSÃO CAMBIAL

2.2.1 MOEDA

As demonstrações financeiras da AdSA e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com a IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao

justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas são assim registadas em resultados do exercício ou em “Reservas e outros ajustamentos”, consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da AdSA de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.3 DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS (“DUI”) – CONCESSÕES

2.3.1 CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a AdSA presta dois tipos de serviços: (i) o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e (ii) o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia do contrato de concessão da AdSA, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AdSA como concessionária classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2.3.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para

financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.3.3 AMORTIZAÇÕES

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações na AdSA são calculadas pelo método constante, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira, utilizado, tendo como base o número de anos do contrato de concessão (30 anos).

A taxa de amortização em 2025, do direito de utilização de infraestruturas é a seguinte:

Total do investimento do contrato de concessão	Número de anos do contrato de concessão	Total do investimento da concessão revisto	Número de anos da concessão	Taxa média de amortização do ano de
		(último EVEF submetido)	(último EVEF submetido)	2025
43 962 525	30	43 962 525	30	14,29%
21 422 189	8	na	na	12,50%

Em 2024, foi considerado um aumento de € 21.422.189 no valor total de investimento da concessão. Este montante corresponde a um conjunto de investimentos adicionais que, ainda que não previstos na versão inicial do EVEF de 2001, foram autorizados e aprovados pela ERSAR e Concedente e já foram adjudicados a fornecedores.

2.3.4 ACRÉSCIMOS DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

Em cumprimento do estipulado no contrato de concessão e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da AdSA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), em acréscimo de gastos de investimento contratual, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.3.5 RÉDITO DA CONSTRUÇÃO

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdSA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

O impacto das alterações de estimativas é reconhecido de forma prospetiva, enquanto que o impacto das alterações nas políticas contabilísticas são reconhecidos de forma retrospectiva.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 7.2 – vida útil de locações
- Nota 9.2 – imparidade de ativos financeiros
- Nota 14.2 – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 30.1 – estimativa de imposto e impostos diferidos

2.5 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS

3.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apresentada nos comparativos.

3.2 NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2025

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.	1 de janeiro de 2025

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

3.3 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2026 e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

ENDOSSADAS PELAS EU

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.	1 de janeiro de 2026
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui guidance e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.	1 de janeiro de 2026
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume I I)	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.	1 de janeiro de 2026

Estas emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

AINDA NÃO ENDOSSADAS PELO EU

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	O objetivo da IFRS 18 é estabelecer requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações financeiras para ajudar a assegurar que estas proporcionam informação relevante que representa fielmente os ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos de uma entidade.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.	1 de janeiro de 2027
Alterações à IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Eliminação da possibilidade da entidade definir o nível de detalhe das divulgações a efetuar.	1 de janeiro de 2027
Alterações ao IAS 21 - Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária	Especifica os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária.	1 de janeiro de 2027

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, a Empresa encontra-se em fase de identificação dos impactos para as demonstrações financeiras decorrentes da sua futura adoção.

3.4 NORMAS EM REVISÃO

IFRS 14 CONTAS DE DEFIRIMENTO RELACIONADAS COM ATIVIDADES REGULADAS

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória. Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft* identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Têm vindo a decorrer reuniões sendo expectativa do IASB publicar a nova norma durante o ano 2026. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

4.1 FATORES DE RISCO

As atividades da AdSA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2 RISCO DE PREÇOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais da AdSA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 22% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

4.3 RISCO DE LIQUIDEZ DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdSA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez

através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdSA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Fornecedores e outros passivos*	3 642 337	2 115 155	0
	3 642 337	2 115 155	0

* Excluindo valores a pagar ao Estado (760,758 euros)

O objetivo da AdSA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

4.4 RISCOS DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A AdSA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água, saneamento e resíduos).

A composição da carteira de clientes da AdSA tem 3 naturezas: (i) autarquias locais ou serviços municipalizados; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais e abastecimento de água bruta.

I - AUTARQUIAS LOCAIS OU SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo das tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 9) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 29).

O Conselho de Administração da AdSA entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados).

II – PARTICULARES INSTITUCIONAIS E EMPRESAS ABASTECIDAS PELA REDE DE DISTRIBUIÇÃO EM BAIXA

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas

pelos clientes. Não obstante, no caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas este traduz-se em perda patrimonial, pelo que são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito “forward looking”.

III – GRANDES CLIENTES INDUSTRIAIS

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

31 de dezembro de 2025

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Negócio "Baixa"				Grandes clientes		TOTAL
Tipologia de clientes	Municípios (1)	Outros	Total	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Total	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL
Risco	Baixo	Médio		Baixo	Baixo	Médio		Médio	Baixo	
Exposição bruta	10 225 600	0	10 225 600	80 102	0	128 592	208 694	14 751 826	102 167	25 288 286
Imparidade	-10 225 152	0	-10 225 152	0	0	-34 300	-34 300	-13 284 241	0	-23 543 693
Exposição líquida	448	0	448	80 102	0	94 292	174 394	1 467 584	102 167	1 744 593,13

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

(2) Inclui organismos públicos e Administração Central do Estado

(3) Inclui clientes domésticos, comércio e indústria

31 de dezembro de 2024

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Negócio "Baixa"				Grandes clientes		TOTAL
Tipologia de clientes	Municípios (1)	Outros	Total	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Total	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL
Risco	Baixo	Médio		Baixo	Baixo	Médio		Médio	Baixo	
Exposição bruta	9 872 989	0	9 872 989	101 988	0	139 416	241 404	17 621 696	960 044	28 696 133
Imparidade	-9 896 845	0	-9 896 845		0	-43 214	-43 214	-16 045 862	0	-25 985 921
Exposição líquida	-23 856	0	-23 856	101 988	0	96 202	198 191	1 575 834	960 044	2 710 212

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

(2) Inclui organismos públicos e Administração Central do Estado

(3) Inclui clientes domésticos, comércio e indústria

CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdSA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2025 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	1 826	2 148
Depósitos à ordem	2 209 659	2 441 546
Depósitos a prazo	11 000 000	19 000 000
	13 211 484	21 443 693
Descobertos bancários	0	0
	13 211 484	21 443 693

4.5 RISCO DE EXPLORAÇÃO

4.5.1 RISCO DE CATÁSTROFE

A AdSA está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2 RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela AdSA. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS (“DUI2”) – CONCESSÕES

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.3.

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de

investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

IMPARIDADE

Os ativos da AdSA são analisados à data de cada demonstração de posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a AdSA efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (prazo da concessão), e de acordo com o respetivo contrato de concessão. No fim da concessão o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%.

Na determinação do investimento contratual a AdSA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no contrato de concessão e/ou EVEF's (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

Em 2024, a AdSA obteve aprovação do Concedente e contratualizou investimentos não previstos no EVEF em vigor, mas necessários ao equilíbrio da concessão.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdSA.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3 DETALHES E MOVIMENTOS

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Direito de utilização de infraestruturas - IFRIC 12	26 671 156	30 151 247
Projetos de desenvolvimento	58 555	68 315
Ativos intangíveis em curso (DUI)	11 685 665	9 385 085
	38 415 376	39 604 647

A AdSA não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

Valor bruto	31.12.2024	Aumentos	Diminuições / Abates	Transferência	31.12.2025
Direito de utilização de Infraestruturas	116 853 134	68 446	0	2 282 462	119 204 042
Projetos de desenvolvimento	292 777	0	0	0	292 777
Ativos intangíveis em curso (DUI)	9 385 085	4 842 440	-214 366	-2 327 493	11 685 665
	126 530 996	4 910 885	-214 366,18	-45 031	131 182 484

Amortizações Acumuladas	31.12.2024	Aumentos (Nota 23)	Diminuições / Abates	Transferência (Nota 15)	31.12.2025
Direito de utilização de infraestruturas	-86 701 887	-4 227 608	0	-1 603 392	-92 532 886,49
Projetos de desenvolvimento	-224 462	-9 759	0	0	-234 221,56
	-86 926 349	-4 237 367	0	-1 603 392	-92 767 108,05
Valor líquido	39 604 647	673 518	-214 366	-1 648 423	38 415 376,22

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica "Ativos intangíveis em curso" corresponde a obras em curso em infraestruturas da empresa (investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento).

O movimento das transferências, no montante de 2.282.462 euros deve-se à passagem a firme, de obras que se encontravam em curso, com as necessárias implicações nas amortizações.

Os principais investimentos em curso a 31 de dezembro de 2025, são os seguintes:

Descrição	Total
Reabilitação do Canal de Ermidas	5 291 087
Construção da nova conduta adutora - ETA Monte-Chãos	2 008 751
Bacia de Retenção ZIP3	1 078 946
Reabilitação da Condução de Distribuição	1 561 158

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Valor bruto	31.12.2023	Aumentos	Diminuições / Abates	Transferência	31.12.2024
Direito de utilização de Infraestruturas	116 252 050	590 183	0	10 901	116 853 134
Projetos de desenvolvimento	292 777	0	0	0	292 777
Ativos intangíveis em curso (DUI)	3 073 826	6 322 161	0	-10 901	9 385 085
	119 618 653	6 912 343	0	0	126 530 996
Amortizações Acumuladas	31.12.2023	Aumentos (Nota 23)	Diminuições / Abates	Transferência (Nota 15)	31.12.2024
Direito de utilização de infraestruturas	-82 103 618	-4 149 244	0	-449 025	-86 701 887
Projetos de desenvolvimento	-214 703	-9 759	0	0	-224 462
	-82 318 321	-4 159 003	0	-449 025	-86 926 349
Valor líquido	37 300 331	2 753 340	0	-449 025	39 604 647

Em 2024, a rubrica “Ativos intangíveis em curso” corresponde a obras em curso em infraestruturas da empresa (investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento).

O movimento das transferências, no montante de 10.901 euros deve-se à conclusão de uma pequena obra que passou durante o exercício de 2024 a imobilizado firme, com as necessárias implicações nas amortizações.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

RECONHECIMENTOS E MENSURAÇÃO

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

DEPRECIAÇÕES

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da

sua utilização. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contábilística e alvo de aplicação prospectiva.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

IMPARIDADE

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registrar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contábilística e alvo de aplicação prospectiva.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

DESRECONHECIMENTO

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contábilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTL

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdSA.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Edifícios e Outras Construções	5 610	10 417
Equipamento Básico	12 455	24 909
Equipamento Administrativo	66 053	35 584
Equipamento ferramentas e Outros	77 886	34 633
	162 004	105 542

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

Valor bruto	31.12.2024	Aumentos	Diminuições / Abates	Transferência	31.12.2025
Edifícios e Outras Construções	71 942	0	0	0	71 942
Equipamento Básico	185 539	0	0	0	185 539
Equipamento Administrativo	42 592	54 808	0	503	97 903
Equipamento ferramentas e Outros	37 218	8 809	0	44 528	90 554
	337 291	63 617	0	45 031	445 938
Depreciações acumuladas	31.12.2024	Aumentos (Nota 23)	Diminuições / Abates	Transferência	31.12.2025
Edifícios e Outras Construções	-61 525	-4 807	0	0	-66 332
Equipamento Básico	-160 630	-12 455	0	0	-173 085
Equipamento Administrativo	-7 009	-24 841	0	0	-31 850
Equipamento ferramentas e Outros	-2 585	-10 083	0	0	-12 668
	-231 748	-52 186	0	0	-283 935
Valor líquido	105 542	11 431	0	45 031	162 004

Os aumentos verificados em equipamento administrativo e equipamento de ferramentas e outros, que não estejam associados diretamente às áreas de negócio, não são considerados DUL.

Valor bruto	31.12.2023	Aumentos	Diminuições / Abates	Transferência	31.12.2024
Edifícios e Outras Construções	71 942	0	0	0	71 942
Equipamento Básico	185 539	0	0	0	185 539
Equipamento Administrativo	0	42 592	0	0	42 592
Equipamento ferramentas e Outros	0	37 218	0	0	37 218
	257 481	79 810	0	0	337 291
Depreciações acumuladas	31.12.2023	Aumentos (Nota 23)	Diminuições / Abates	Transferência	31.12.2024
Edifícios e Outras Construções	-56 718	-4 807	0	0	-61 525
Equipamento Básico	-148 847	-11 784	0	0	-160 630
Equipamento Administrativo	0	-7 009	0	0	-7 009
Equipamento ferramentas e Outros	0	-2 585	0	0	-2 585
	-205 565	-26 184	0	0	-231 748
Valor líquido	51 917	53 626	0	0	105 542

7. LOCAÇÕES

7.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As locações nas quais a AdSA é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de entrada em vigor da locação, a empresa reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdSA reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AdSA só tem locações enquanto locatária.

A) IDENTIFICAÇÃO DE UMA LOCAÇÃO

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

SEPARAR COMPONENTES DE UM CONTRATO

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AdSA contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a empresa (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

PRAZO DE LOCAÇÃO

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de entrada em vigor da locação ("commencement date") corresponde à data em que o locador coloca o ativo subjacente da locação disponível para uso do locatário.

B) CONTABILIZAÇÃO DOS LOCATÁRIOS

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DA LOCAÇÃO

Na data de entrada em vigor da locação a AdSA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis (baseados em índices ou taxas) futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expectável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DA LOCAÇÃO

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento de transporte	1 - 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a empresa mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);

- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

EXPEDIENTES PRÁTICOS PELA ADSA ENQUANTO LOCATÁRIO

A AdSA utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdSA é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

CONTABILIZAÇÃO DOS LOCADORES

As locações são contabilizadas como locação financeira ou locação operacional:

- i) Locação financeira: se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente;
- ii) Locação operacional: se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente.

Aos locadores não é permitido o expediente prático de tratar a componente não-locação como uma locação.

Numa locação financeira, o locador reconhece um ativo financeiro ao custo amortizado no balanço e reconhece na demonstração dos resultados o proveito dos respetivos juros.

Numa locação operacional, o locador reconhece como um proveito de forma linear os recebimentos da locação.

O AdSA é locador apenas em locações operacionais.

7.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

7.3 ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O detalhe e movimento dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

Ativos sob direito de uso	31.12.2024			Exercício de 2025						31.12.2025
	Valor Bruto 2024	Depreciações Acumuladas 2024	Valor Líquido 2024	Aumentos no Valor Bruto 2025	Abates e diminuições no Valor Bruto 2025	Valor Bruto (2025)	Depreciações do exercício (Nota 23)	Abates e diminuições nas depreciações 2025	Depreciações Acumuladas 2025	Valor Líquido 2025
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	148 599	(111 010)	37 589	-	-	148 599	(16 915)	-	(127 925)	20 674
Licenças de Software	140 528	(3 904)	136 624	6 418	(5 960)	140 985	(52 968)	5 960	(50 911)	90 074
	289 127	(114 913)	174 213	6 418	(5 960)	289 584	(69 883)	5 960	(178 836)	110 748

Ativos sob direito de uso	31.12.2023			Exercício de 2024						31.12.2024
	Valor Bruto 2023	Depreciações Acumuladas 2023	Valor Líquido 2023	Aumentos no Valor Bruto 2024	Abates e diminuições no Valor Bruto 2024	Valor Bruto (2024)	Depreciações do exercício (Nota 23)	Abates e diminuições nas depreciações 2024	Depreciações Acumuladas 2024	Valor Líquido 2024
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	154 408	(99 839)	54 569	-	(5 809)	148 599	(16 980)	5 809	(111 010)	37 589
Licenças de Software	(0)	-	(0)	140 528	-	140 528	(3 904)	-	(3 904)	136 624
	154 408	(99 839)	54 568	140 528	(5 809)	289 127	(20 883)	5 809	(114 913)	174 213

7.4 PASSIVOS DE LOCAÇÃO

O detalhe dos passivos de locação em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

Passivos da Locação	31.12.2025	31.12.2024
Correntes	56 791	131 425
Não correntes	-	-
	56 791	131 425
Capital em dívida por natureza de ativo adquirido	31.12.2025	31.12.2024
Equipamento de transporte	22 036	39 095
Licenças de Software	34 755	92 330
	56 791	131 425
Futuros pagamentos mínimos	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	74 715	139 343
De 1 a 5 anos	-	-
Mais de 5 anos	-	-
	74 715	139 343
Juros	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	17 924	7 918
De 1 a 5 anos	-	-
Mais de 5 anos	-	-
	17 924	7 918
Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	56 791	131 425
De 1 a 5 anos	-	-
Mais de 5 anos	-	-
	56 791	131 425

8. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

8.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 9.1.

8.2 DETALHE

O detalhe dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Fundo de reconstituição ⁽¹⁾	763 636	727 373
Fundo de Compensação do Trabalho	2 594	2 594
	766 231	729 967

1) As empresas concessionárias e reguladas são obrigadas, de acordo com os contratos de concessão, a constituir um Fundo de Reconstituição de Capital numa instituição autorizada pelo Banco de Portugal, no montante correspondente à anuidade de amortização do capital (no final da concessão o valor constituído no Fundo terá de igualar o valor do capital social das empresas concessionárias), que será gerido pela concessionária e a que esta terá direito no termo do contrato. Na salvaguarda dos interesses dos utilizadores, uma vez que é incorporada na tarifa a margem de remuneração do capital investido, os rendimentos do fundo serão em cada ano, deduzidos aos gastos e encargos. Estes fundos encontram-se depositados, desde 2010, junto do IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

O detalhe dos outros ativos relativos a cauções prestadas a entidades terceiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
APA - Licença n.º L009603.2022.RH6	450 000	450 000
REN - Decreto-Lei n.º 80/2023, de 6 de setembro	312 735	312 735
Outras (Aicep+ cauções)	9 848	9 596
	772 583	772 331

9. CLIENTES

9.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da AdSA, a empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da empresa).

AValiação DO MODELO DE Negócio PARA A GESTÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

AVAliação DAS CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS CONTRATUAIS DOS ATIVOS FINANCEIROS (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdSA determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

RECONHECIMENTO INICIAL

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdSA não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Após o seu reconhecimento inicial, a empresa valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade, a AdSA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdSA recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela empresa no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

CRÉDITO ABATIDO AO ATIVO (WRITE-OFF)

A AdSA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a AdSA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AdSA alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

POLÍTICA DE DESRECONHECIMENTO

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

9.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

IMPARIDADE E ATIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AdSA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração.

9.3 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe de Clientes, líquido de perdas por imparidade, é como segue:

Corrente	31.12.2025	31.12.2024
Clientes municípios	80 550	78 132
Clientes gerais	1 465 687	1 578 526
Clientes Gerais e Intragrupo - Estimativa de serviços a faturar	198 356	1 053 553
	1 744 593	2 710 212

A rubrica “Clientes gerais” corresponde a saldos a receber no âmbito da atividade de distribuição de água em “baixa”, de abastecimento de água para consumo industrial, recolha e tratamento das águas residuais, receção e confinamento de resíduos industriais e das atividades não reguladas. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe do saldo a receber é como segue:

Corrente	31.12.2025	31.12.2024
Clientes gerais	14 784 228	17 667 602
Clientes Gerais e Intragrupo - Estimativa de serviços a faturar	198 356	1 053 553
Clientes gerais (perdas por imparidade)	-13 318 541	-16 089 076
	1 664 043	2 632 080

A rubrica “Clientes Gerais e Intragrupo – Estimativa de serviços a faturar” diz respeito à estimativa dos serviços a faturar de recolha e tratamento das águas residuais industriais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe do saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe por natureza de dívida:

Corrente	31.12.2025	31.12.2024
Cientes municípios	4 941 245	4 641 370
Cientes municípios TRH	44 283	13 435
Cientes municípios injunções	5 320 173	5 320 173
Perdas por imparidade	-10 225 152	-9 896 845
	80 550	78 132

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a receber de Municípios, líquido das perdas por imparidade, apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

Corrente	Vencido até 2023	Vencido 2024	Vencido 2025	Total vencido	Não vencido	Total
Município de Santiago do Cacém	0	354	0	354	24 368	24 722
Município de Sines	0	0	0	0	55 828	55 828
	0	354	0	354	80 196	80 551

O movimento ocorrido na imparidade para clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi como segue:

	Nota	31.12.2024	Aumentos (Nota 25)	Utilizações	Reversões (Nota 25)	31.12.2025
Perdas por Imparidade - Municípios		-9 896 845	-328 306	0	0	-10 225 152
Perdas por Imparidade - Clientes Gerais		-16 089 076	-832	0	2 771 367	-13 318 541
Perdas por Imparidade - Outros ativos correntes (nota 10)	10	-3 335 952	-360 462	0	0	-3 696 414
		-29 321 874	-689 600	0	2 771 367	-27 240 107

	Nota	31.12.2023	Aumentos (Nota 25)	Utilizações	Reversões (Nota 25)	31.12.2024
Perdas por Imparidade - Municípios		-9 236 580	-660 265	0	0	-9 896 845
Perdas por Imparidade - Clientes Gerais		-15 381 911	-748 044	0	40 879	-16 089 076
Perdas por Imparidade - Outros ativos correntes (nota 10)	10	-3 335 952	0	0	0	-3 335 952
		-27 954 444	-1 408 309	0	40 879	-29 321 874

A AdSA efetuou uma análise ao risco de incobrabilidade e entendeu reconhecer perdas por imparidade sobre alguns dos saldos a receber de clientes e continuar a reforçar algumas destas rubricas, em função da evolução dos pagamentos observada ao longo do ano, bem como de diversas ações judiciais pendentes.

10. OUTROS ATIVOS CORRENTES

10.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- 9.1 – Clientes
- 16.1. – Subsídios ao investimento

10.2 DETALHE DO MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe de Outros ativos é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Outros devedores	3 532 935	3 485 156
Empresas do Grupo (Nota 31)	10 000 000	0
Acréscimos de rendimentos	368 323	26 534
Gastos a Reconhecer	160 942	182 800
Estado e outros entes públicos	86 751	713 077
Perdas por Imparidade (Nota 9)	-3 696 414	-3 335 952
	10 452 536	1 071 615

Na rubrica “Outros devedores” encontra-se registado o saldo relativo a volumes mínimos contratualizados com um cliente industrial, cujo processo judicial se encontra em curso, desde 2017, no montante de 3.335.952 euros, para o qual existe uma imparidade sobre a totalidade do saldo, registado na rubrica “Perdas por imparidade”.

Na rubrica “Empresas do Grupo” refere-se ao contrato de apoio de tesouraria efetuado em 2025 à AdP SGPS. Na rubrica “Gastos a reconhecer” encontra-se registado o diferimento da bonificação constante do Artigo 16.º do Decreto-lei n.º 171/2001, de 25 de maio.

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31.12.2025	31.12.2024
IVA a receber	86 751	713 077
Outros	0	0
Estado e outros entes públicos ativos	86 751	713 077

11. INVENTÁRIOS

11.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

11.2 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Materiais diversos	601 172	615 496
	601 172	615 496

A AdSA com vista a assegurar a exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas concessionadas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores, dispõe de um armazém onde ficam acondicionadas todas as peças de manutenção, contadores, reagentes, fardamento, entre outros.

O movimento ocorrido nas matérias-primas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e o apuramento do gasto com mercadorias e matérias consumidas é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Inventários Iniciais	615 496	565 631
Compras	410 911	408 735
Regularizações	-129 648	-139 212
Inventários Finais	601 172	615 496
	295 587	219 658

12.CAIXA E OS SEUS EQUIVALENTES

12.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

12.2 DETALHE

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	1 826	2 148
Depósitos à ordem	2 209 659	2 441 546
Depósitos a prazo	11 000 000	19 000 000
	13 211 484	21 443 693

A 31 de dezembro de 2025 a AdSA constituiu uma aplicação financeira, no montante total de 11.000.000 euros, com vencimento a 9 de janeiro de 2026.

13. CAPITAL PRÓPRIO

13.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

CAPITAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

DIVIDENDOS

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

13.2 CAPITAL SOCIAL

O capital no montante de 1.000.000 euros é constituído por 200.000 ações de 5 euros cada e encontra-se integralmente realizado.

A AdSA tem como acionista único a Águas de Portugal, SGPS, S.A., com sede na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700 - 421 Lisboa, que detém uma participação correspondente a 100 % do capital.

13.3 RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o resultado líquido por ação é o seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Resultado líquido do exercício	-221 688	-1 863 489
Número médio de ações	200 000	200 000
Resultado por ação (básico e diluído)	-1,1	-9,3

13.4 RESERVAS E OUTROS AJUSTAMENTOS

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Reserva legal	200 000	200 000
Reservas-livres	0	0
	200 000	200 000

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica "Outras reservas", no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

13.5 RESULTADOS TRANSITADOS

O movimento ocorrido em resultados transitados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi como segue:

	31.12.2024	Resultado Líquido do Exercício	Dividendos Distribuídos	31.12.2025
Resultados Transitados	33 976 857	-1 863 489	0	32 113 369
	33 976 857	-1 863 489	0	32 113 369

14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

14.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

PROVISÕES

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdSA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

PASSIVOS CONTINGENTES

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AdSA procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

ATIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes são potenciais ativos da empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A AdSA procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

14.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A AdSA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AdSA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Em agosto de 2021, através da assinatura da 2.ª Adenda ao Contrato de Concessão n.º 1/CPS/SD/2009, relativo à utilização dos Recursos Hídricos para a Captação de Águas Superficiais destinadas ao Abastecimento Público e à Produção de Energia Hidroelétrica no Rio Sado e na Albufeira do Morgavel, passou para a AdSA a gestão, manutenção, monitorização e exploração da Barragem de aterro incluindo os órgãos de segurança (descarregador de superfície e descarga de fundo) assim como todas as responsabilidades existentes no Regulamento de Barragens, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março, bem como todas as outras normas legais ou regulamentares sobre a matéria.

14.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe das provisões em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Processos judiciais e contraordenações	61 075	61 075
Matérias ambientais	1 934 965	1 891 455
	1 996 040	1 952 530

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi como segue:

	31.12.2024	Aumentos (Nota 24)	Reversões (Nota 24)	31.12.2025
Processos judiciais e contraordenações	61 075	0	0	61 075
Matérias ambientais	1 891 455	43 510	0	1 934 965
	1 952 530	43 510	0	1 996 040

	31.12.2023	Aumentos (Nota 24)	Reversões (Nota 24)	31.12.2024
Processos judiciais e contraordenações	21 000	40 075	0	61 075
Matérias ambientais	1 847 118	44 337	0	1 891 455
	1 868 118	84 412	0	1 952 530

O montante registado na rubrica “matérias ambientais” corresponde a provisões para fazer face à selagem e monitorização da célula de resíduos industriais não perigosos do RESIM (aterro), encontrando-se atualizada ao valor atual (Nota 28).

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A AdSA faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas.

A correr em tribunal, e já devidamente contestadas, a empresa tem as seguintes ações interpostas por terceiros:

Tipo de Ação	Descrição da Ação	Valor da Ação	Valor da Probabilidade da Obrigação	Valor da Provisão Constituída na Contabilidade	Risco
Contraordenação	Ação contra a AdSA, pela IGAMAOT, relativa a contraordenação ambiental na ETAR.	coima pode ir de 24.000€ a 5.000.000€	40 075	40 075	Provável
Contraordenação	Ação contra a AdSA, pela IGAMAOT, relativa a contraordenação ambiental na ETAR.	coima pode ir de 2.000€ a 36.000€	0	0	Possível
Contraordenação	Ação contra a AdSA, pela IGAMAOT, relativa a contraordenação ambiental na ETAR.	coima pode ir de 24.000€ a 144.000€ coima pode ir de 12.000€ a 72.000€ coima pode ir de 200€ a 2.000€	0	0	Possível
Outros	Pedido formulado contra a AdSA, através de uma Ação de Requalificação de Categoria Profissional em Litisconsórcio.	231 509	0	0	Possível
				40 075	

GARANTIAS

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas pela AdSA demonstram-se como se segue:

	Boa Execução	Concessão da Exploração	Contratos Bens e Serv. e Outros	Expropriações e Onerações	Tribunais	31.12.2025
Águas de Santo André	40 000	688 770	312 735	-	181 326	1 222 831
Total	40 000	688 770	312 735	-	181 326	1 222 831

15.ACRÉSCIMO DE GASTO DE INVESTIMENTO CONTRATUAL**15.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

Ver política contabilística na nota 2.3.4.

15.2 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe do acréscimo de gastos de investimento contratual é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Acréscimos de gastos de investimento contratual	11 465 411	9 838 716
	11 465 411	9 838 716

MOVIMENTO DO PERÍODO

O movimento ocorrido no acréscimo de gastos de investimento contratual no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024 é como segue:

	31.12.2024	Aumentos (Nota 23)	Diminuições	Transferências (Nota 5)	31.12.2025
Acréscimos de gastos de investimento contratual	9 838 716	3 230 086	0	-1 603 392	11 465 411
	9 838 716	3 230 086	0	-1 603 392	11 465 411

	31.12.2023	Aumentos (Nota 23)	Diminuições	Transferências (Nota 5)	31.12.2024
Acréscimos de gastos de investimento contratual	7 279 675	3 008 065	0	-449 025	9 838 716
	7 279 675	3 008 065	0	-449 025	9 838 716

O valor desta rubrica corresponde à aplicação da taxa de amortização sobre o investimento da concessão previsto, mas ainda não realizado. Em 2024, foi considerado um aumento de € 21.422.189 no valor total de investimento da concessão que corresponde a um conjunto de investimentos adicionais que, ainda que não previstos na versão inicial do EVEF de 2001, foram autorizados e aprovados pela ERSAR e Concedente e já foram adjudicados a fornecedores.

O valor de € 1.603.392 (Nota 5), corresponde à transferência de amortizações futuras que estavam registadas no passivo da empresa e que foram transferidas para o ativo, devido à realização e conclusão de investimentos efetuados em 2025.

16. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

16.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a empresa cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

16.2 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Integração de património	15 827 950	18 489 993
Outros subsídios	328 339	364 797
	16 156 289	18 854 791

	31.12.2024	Reconhecimento	Aumentos	Regularizações	31.12.2025
Integração de património	18 489 993	-2 641 431	0	0	15 848 562
Outros subsídios	364 797	-57 070	0	0	307 727
	18 854 791	-2 698 501	0	0	16 156 289

	31.12.2023	Reconhecimento	Aumentos	Regularizações	31.12.2024
Integração de património	21 131 425	-2 641 431	0	0	18 489 993
Outros subsídios	421 867	-57 070	0	0	364 797
	21 553 292	-2 698 501	0	0	18 854 791

O montante de € 2.641.431 subdivide-se no valor de € 2.066.350 relativo ao reconhecimento em rendimentos do exercício dos valores associados à integração de património e ao valor de € 575.081 diz respeito à integração da Barragem de Morgavel efetuada em 2021. O montante de € 57.070, dizem respeito à candidatura ao Programa Operacional Temático de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), com o código de operação n.º POSEUR-03-2012-FC-000018, para intervenções no subsistema de Águas Residuais, na ETAR de Ribeira dos Moinhos (€ 49.723) e ao protocolo celebrado com o Fundo Ambiental de comparticipação à renovação da frota verde do Grupo AdP (€ 7.347). Ainda relacionado com a renovação da frota verde no montante de € 30.000.

17. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS

17.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe de fornecedores e outros passivos é como segue:

nota	31.12.2025			31.12.2024		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Fornecedores						
- Fornecedores de investimento		225 317	225 317		1 277 111	1 277 111
- Fornecedores gerais i)	2 115 155	565 653	2 680 808	2 504 500	830 042	3 334 542
Outras contas a pagar						
- Cauções de fornecedores		0	0		0	0
- Taxas municipais de saneamento e RSU ii)		74 342	74 342		63 898	63 898
- Outros iii)		973 328	973 328		500 930	500 930
Acréscimos de gastos e diferimentos						
- Férias e sub. de férias a pagar ao pessoal		448 519	448 519		398 952	398 952
- Serviços diversos prestados por fornecedores e não faturados iv)		457 546	457 546		472 621	472 621
- Diferimentos v)		897 634	897 634		1 047 239	1 047 239
- Credores por acréscimos de juros						
Estado e outros entes públicos vi)		565 969	565 969		501 535	501 535
	2 115 155	4 208 306	6 323 461	2 504 500	5 092 328	7 596 829

- i) O montante registado em Fornecedores gerais não corrente respeita a dívida a pagar à APA por integração do património.
- ii) Esta rubrica inclui taxas municipais a pagar pela AdSA à Câmara Municipal de Santiago do Cacém no âmbito dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).
- iii) Na rubrica "Outros" está reconhecido o pagamento mensal ao INAG, atual APA, no montante de 39.904 euros (478.846 euros anuais) de acordo com o Artigo 6 do Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio de 2001 e o EVEF anexo ao Contrato de Concessão.
- iv) Nesta rubrica estão reconhecidas as obrigações constantes no Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio de 2001 e no Contrato de Concessão.
- v) Em diferimentos estão reconhecidas as obrigações constantes no Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio de 2001 e no Contrato de Concessão, designadamente com a atualização financeira do valor da renda.
- vi) Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
IVA	0	0
Retenções	-30 254	-30 014
Retenções - Segurança social	-66 475	-59 923
Outras tributações - TRH	-469 240	-411 598
Outros - FCT	0	0
EOEP passivos	-565 969	-501 535

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31/12/2025	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Outros ativos financeiros	766 231	-	766 231
Clientes e outros ativos	12 882 962	-	12 882 962
Caixa e seus equivalentes	13 211 484	-	13 211 484
	26 860 677	0	26 860 677
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	2 115 155	2 115 155
Fornecedores e outros passivos correntes*	-	3 642 337	3 642 337
	0	5 757 492	5 757 492

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31/12/2024	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Outros ativos financeiros	729 967	-	729 967
Clientes e outros ativos	3 841 080	-	3 841 080
Caixa e seus equivalentes	21 443 693	-	21 443 693
	26 014 740	0	26 014 740
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	2 504 500	2 504 500
Fornecedores e outros passivos correntes*	-	4 590 794	4 590 794
	0	7 095 294	7 095 294

* Exclui o Estado e os Passivos de Locação

19. RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

19.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da empresa. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdSA avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela empresa, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Tratamento e valorização de resíduos - indiferenciados

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em “baixa” e em “alta” – Abastecimento de Água

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade não regulada

A tarifa encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

VENDAS DE BENS

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em “baixa” - Abastecimento de água

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

19.2 DETALHE

O rédito de contratos com clientes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Vendas	4 413 595	5 177 127
Prestações de Serviço	6 208 523	5 608 933
	10 622 117	10 786 059

A ligeira diminuição das vendas e prestações de serviço, em 2025, é justificada essencialmente pela variação da atividade das principais indústrias da ZILS.

20. GASTOS DAS VENDAS

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 o gasto das vendas apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
CMVMC - Matérias subsidiárias	295 587	219 658
	295 587	219 658

O gasto das vendas compreende todos os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e sua condição, designadamente contadores, material hidráulico, tubagem e outros.

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

21.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

21.2 DETALHE

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Subcontratos	240 056	260 952
Trabalhos especializados	1 941 871	1 695 520
Energia	1 049 165	1 031 145
Comunicação	70 227	58 041
Conservação e Reparação	740 231	697 427
Rendas e Aluguers	264 283	340 430
Seguros	137 883	161 287
Limpeza, Higiene e Conforto	76 775	85 482
Segurança e Vigilância	25 566	43 848
Outros FSE's	463 870	610 913
Seca	0	109 314
Trabalho Temporário	109 720	157 025
	5 009 927	4 985 044
FSE's capitalizados	202 245	-2 221
	5 212 172	4 982 823

Os Fornecimentos e Serviços Externos de 2025 apresentam um acréscimo em relação ao período homólogo de €229.349, referentes essencialmente a gastos em energia, ao tratamento de lamas para destino final adequado e ao reconhecimento em gastos de investimento anteriormente capitalizados no DUI em curso.

22.GASTOS COM PESSOAL

22.1 DETALHE

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Remunerações	2 768 738	2 394 916
Indemnizações	0	0
Encargos sociais sobre remunerações	610 329	536 602
Outros custos com pessoal	244 996	283 701
Correções relativas a exercícios anteriores	0	0
Gastos com pessoal capitalizados	-12 969	-922
	3 611 094	3 214 297

Número médio de pessoal

	31.12.2025	31.12.2024
Órgãos sociais	3	3
Trabalhadores efetivos e outros	89	78
	92	81

Número total de pessoal

	31.12.2025	31.12.2024
Órgãos sociais	3	3
Trabalhadores efetivos e outros	90	81
	93	84

23.AMORTIZAÇÕES, DEPRECIAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as amortizações, depreciações e reversões têm o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Amortizações de ativos tangíveis (Nota 6)	52 186	26 184
Amortizações de ativos intangíveis (Nota 5)	9 759	9 759
Amortizações DUI (Nota 5)	4 227 608	4 149 244
Acréscimos de gastos de investimento contratual (Nota 15)	3 230 086	3 008 065
Amortizações de ativos IFRS 16 (Nota 7)	69 883	20 883
	7 589 523	7 214 136

24.PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as provisões e reversões têm o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Provisões para riscos e encargos	0	0
Provisões Outras	0	40 075
	0	40 075
Reversões de provisões para processos judiciais	0	0
Reversões de provisões Outras	0	0
	0	0
	0	-40 075

A AdSA efetuou uma análise ao risco de potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa, e entendeu manter como provisão uma contraordenação que se encontra em curso.

25. PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as perdas por imparidade e reversões do exercício têm o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Perdas por imparidade de clientes (Nota 9)	329 138	1 408 309
Perdas por imparidade de outros devedores (Nota 9)	360 462	0
	689 600	1 408 309
Reversões de perdas por imparidade de clientes (Nota 9)	2 771 367	40 879
	2 771 367	40 879
	-2 081 767	1 367 430

AAdSA recuperou o montante em dívida de diversos clientes, sendo o mais significativo a recuperação da dívida do cliente Indorama, de 2.753.591 euros.

26. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Impostos diretos e indiretos	233 528	267 833
Donativos	31 500	39 450
Outros gastos e perdas	53 328	53 346
Correções relativas a exercícios anteriores	0	0
	318 356	360 630

IMPOSTOS DIRETOS E INDIRETOS

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de selo	1 509	2 621
Taxas ERSAR	67 284	49 101
Taxa de Recursos Hídricos e de Gestão de Resíduos	164 179	213 600
Outros impostos e taxas	556	2 512
	233 528	267 833

A variação nos impostos diretos e indiretos dizem respeito à Taxa de Recursos Hídricos pagos pela aquisição de água à EDIA.

27. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Rendimentos suplementares	1 558 666	838 734
Outros rendimentos e ganhos operacionais	142 327	148 154
Correções relativas a exercícios anteriores	0	0
	1 700 993	986 888

A variação em rendimentos suplementares deve-se ao aumento da receção de lixiviados, atividade acessória que a AdSA presta.

28. GASTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Juros suportados	89 667	100 841
Atualização financeira da provisão (Nota 14)	43 510	44 337
Correções de exercícios anteriores	0	0
Outros gastos financeiros (IFRS 16)	4 043	1 962
	137 219	147 140

29. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Juros de mora	406 897	409 748
Juros obtidos - Depósitos bancários	146 745	51 151
Juros de Empresas do Grupo (Nota 31)	52 650	419 266
	606 292	880 164

30. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

30.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A AdSA, residente em Portugal encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa é tributada à taxa de 20%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AdSA cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdSA seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

30.2 DETALHE DO MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo corresponde ao valor do IRC a receber referente aos anos de 2024 e 2025.

Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 a carga fiscal registada apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o rendimento do exercício	-296 554	-189 191
Insuficiência de estimativa para impostos	-19 852	-62 226
	-316 406	-251 417
Imposto diferido	-451 000	582 503
	-451 000	582 503
	-767 406	331 086

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, o imposto sobre o rendimento a recuperar, apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto corrente	-296 554	-189 191
Pagamentos por conta	58 626	957 723
Pagamento adicional por conta	0	82 812
Retenções	43 140	109 865
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	-194 789	961 209

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	2025	2024
Resultado antes de impostos (RAI)	545 719	-2 194 575
Taxa Imposto	20%	21%
	109 144	-460 861
Ajustamentos de transição	91 890	96 485
Amortizações não aceites	378 982	405 377
Imparidades não aceites	137 754	178 993
Benefícios Fiscais	-64 715	-88 473
Reversão de Perdas Por Imparidade	-449 473	0
Outros	48 349	3 168
Insuficiência de estimativa de imposto	3 970	13 067
Imposto	255 901	147 757
Derrama Municipal	19 193	10 554
Derrama Estadual	0	0
Tributações autónomas	21 461	30 880
Total do imposto do exercício	296 554	189 191
Imposto diferido	451 000	-582 503
Imposto do exercício	296 554	189 191
Excesso/Insuficiência de estimativa	-19 852	-62 226
Taxa efetiva de imposto do exercício	54,34%	8,62%

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e o movimento ocorrido no período é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto diferido ativo	3 571 510	4 206 291
Imposto diferido passivo	523 775	707 556
Imposto diferido líquido	3 047 735	3 498 735

	31/12/2024	Atualização de Taxa de IRC	Reversão dif amortiz	Reversão IDA provisões	Dotação	Utilização	31/12/2025
Taxa de IRC	20,00%	-3,00%	17,00%	20,00%	17,00%	17,00%	17,00%
Taxa de Derrama	2,00%	0,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
<u>Activos por Impostos Diferidos</u>							
Imparidades - Clientes	2 216 990			-2 216 990			0
Provisões - riscos e encargos	61 075						61 075
S-TOTAL PROVISÕES/IMPARIIDADES	2 278 065		0	-2 216 990	0	0	61 075
IFRIC 12- (transição) - Investimento futuro	2 567 044		-1 059 036		-257 480		1 250 528
IFRIC 12- (transição) - amortização contabilística vs fiscal	130 640		-18 663				111 977
IFRIC 12- (exercício) - Investimento contratual	14 143 754				3 230 086		17 373 840
S-TOTAL IFRIC 12	16 841 438		-1 077 699	0	2 972 606	0	18 736 346
Base de incidência	19 119 503	16 902 513	-1 077 699	-2 216 990	2 972 606	0	18 797 421
IRC	3 823 901	-507 075	-183 209	-443 398	505 343	0	3 195 561
Derrama	382 390	0	-21 554	-44 340	59 452	0	375 948
Imposto diferido ativo reconhecido	4 206 291	-507 075	-204 763	-487 738	564 795	0	3 571 510
Taxa de IRC	20,00%	-3,00%	17,00%	17,00%	17,00%	17,00%	17,00%
Taxa de Derrama	2,00%	0,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
<u>Passivos por impostos diferidos</u>							
IFRIC 12- (transição) - Investimento futuro	3 216 163					-459 452	2 756 712
S-TOTAL	3 216 163		0	0	0	-459 452	2 756 712
<u>Outros (detalhe outros em comentário)</u>							
Base de incidência	3 216 163	3 216 163	0	0	0	-459 452	2 756 712
IRC	643 233	-96 485	0	0	0	-78 107	468 641
Derrama	64 323	0	0	0	0	-9 189	55 134
Imposto diferido passivo reconhecido	707 556	-96 485	0	0	0	-87 296	523 775

Conforme indicado na nota 30.I a AdSA regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

A correção da atualização da taxa de IRC resulta da aplicação da Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro.

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

31.1 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as partes relacionadas da AdSA com o Grupo AdP são as seguintes:

- Acionista Única (Águas de Portugal, SGPS, S.A.)
- Outras entidades do Grupo AdP (identificadas nos quadros seguintes).

31.2 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Ano 2025	AdP Valor, SA	EPAL, SA	Águas Públicas do Alentejo, SA	Empresa mãe AdP SGPS, SA	Águas do Tejo Atlântico, SA	SIMDOURO, SA	Águas da Região de Aveiro, SA	Águas do Norte, SA
Rendimentos	0	0	242 967	52 799	0	594	149	85 986
Rédito (Nota 19)	-	-	242 967	-	-	-	-	85 986
Outros Rendimentos e Ganhos (Nota 27)	-	0	-	52 799	-	594	149	-
Gastos	-24 650	-36 798	0	-245 994	-297	-446	0	0
Gastos com pessoal (Nota 22)	-	-19 185	-	-	-	-	-	-
Fornecimento e Serviços Externos (Nota 21)	-24 650	-17 464	-	-245 994	-	-	-	-
Outros gastos (Nota 26)	-	-149	-	-	-297	-446	-	-
Saldos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos	0	0	28 101	10 048 086	0	0	0	30 102
Clientes (Nota 9)	-	-	28 101	-	-	-	-	29 954
Outros ativos correntes (Nota 10)	-	-	-	10 048 086	-	-	-	149
Passivos	-41 021	-14 983	-5 130	-7 371	0	0	0	0
Fornecedores (Nota 17)	-40 873	-437	-	-13 991	-	-	-	-
Diferimento de Gastos	-	-	-	-	-	-	-	-
Acrescimos de Gastos (Nota 17)	-149	-14 546	-5 130	6 620	-	-	-	-

Ano 2025	Águas do Alto Minho, SA	Águas do Centro Litoral, SA	Águas do Vale do Tejo, SA	Águas do Algarve, SA	Aqua, SA	Simarsul, SA	Águas do Douro e Paival, SA	Total
Rendimentos	297	9 269	26 062	1 335	0	7 479	0	426 937
Rédito (Nota 19)	-	8 972	26 062	1 187	-	7 182	-	372 357
Outros Rendimentos e Ganhos (Nota 27)	297	297	-	149	-	297	-	54 581
Gastos	0	0	0	0	0	0	-149	-308 333
Gastos com pessoal (Nota 22)	-	-	-	-	-	-	-	-19 185
Fornecimento e Serviços Externos (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	-288 108
Outros gastos (Nota 26)	-	-	-	-	-	-	-149	-1 040
Saldos	-	-	-	-	-	-	-	0
Ativos	0	19 601	6 227	2 593	0	15 691	0	10 150 401
Clientes (Nota 9)	-	19 601	6 227	2 593	-	15 691	-	102 167
Outros ativos correntes (Nota 10)	-	-	-	-	-	-	-	10 048 234
Passivos	0	0	0	0	-2 924	0	-149	-71 578
Fornecedores (Nota 17)	-	-	-	-	-2 924	-	-	-58 225
Diferimento de Gastos	-	-	-	-	-	-	-	0
Acrescimos de Gastos (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-149	-13 353

Ano 2024	AdP Valor, SA	EPAL, SA	Águas Públicas do Alentejo, SA	Empresa mãe AdP SGPS, SA	Águas do Tejo Atlântico, SA	SIMDOURO, SA	Águas da Região de Aveiro, SA
Rendimentos	0	1 188	189 619	419 266	149	0	149
Rédito (Nota 19)	-	-	189 470	-	-	-	-
Outros Rendimentos e Ganhos (Nota 27)	-	1 188	149	419 266	149	0	149
Gastos	-3 243	-27 983	0	-252 893	149	-297	0
Gastos com pessoal (Nota 22)	-	-10 910	-	0	0	-	-
Fornecimento e Serviços Externos (Nota 21)	-3 094	-16 627	-	-252 893	-	-	-
Outros gastos (Nota 26)	-149	-446	-	-	149	-297	-
Saldos	-	-	-	-	-	-	-
Clientes (Nota 9)	-	-	894 257	-	-	-	-
Outros ativos correntes (Nota 10)	-	743	-	-	-	0	149
Passivos	-88 563	-54 966	-5 130	-26 767	0	0	0
Fornecedores (Nota 17)	-87 256	-44 314	-	-18 373	-	-	-
Diferimento de Gastos	-	-	-	-	-	-	-
Acrescimos de Gastos (Nota 17)	-1 308	-10 652	-5 130	-8 394	-	-	0

Ano 2024	Águas do Norte, SA	Águas do Alto Minho, SA	Águas do Centro Litoral, SA	Águas do Vale do Tejo, SA	Águas do Algarve, SA	AdP Energias, SA	Total
Rendimentos	96 102	149	149	24 604	297	63	731 669
Rédito (Nota 19)	95 954	-	-	24 604	-	-	310 027
Outros Rendimentos e Ganhos (Nota 27)	149	149	149	-	297	63	421 642
Gastos	0	149	0	0	-149	0	-284 267
Gastos com pessoal (Nota 22)	-	-	-	-	-	0	-10 910
Fornecimento e Serviços Externos (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-272 614
Outros gastos (Nota 26)	-	149	-	-	-149	-	-743
Saldos	-	-	-	-	-	-	0
Clientes (Nota 9)	27 670	149	-	38 393	-	-	960 469
Outros ativos correntes (Nota 10)	149	-	-	-	-	-	1 040
Passivos	0	0	0	0	-149	0	-175 575
Fornecedores (Nota 17)	-	-	-	-	-	0	-149 942
Diferimento de Gastos	-	-	-	-	-	-	0
Acrescimos de Gastos (Nota 17)	0	-	0	-	-149	0	-25 632

32. INVESTIMENTO CONTRATUAL

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pela AdSA não relevados na demonstração da posição financeira, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão, apresenta-se do seguinte modo:

	Investimento contratual	Investimento já efectuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado- N	Investimento contratual não realizado (N+1)	Investimento contratual não realizado (N+2 .. N+5)	Investimento contratual não realizado (>N+5)
dezembro 2025 (EVEF 2001)	43 962 525	36 796 823	3 109 747	0	498 798	3 557 157	0
dezembro 2025 (Extra EVEF)	21 422 189	0	8 575 918	0	12 846 270	0	0
	65 384 714	36 796 823	11 685 665	0	13 345 068	3 557 157	0

	Investimento contratual	Investimento já efectuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado- N	Investimento contratual não realizado (N+1)	Investimento contratual não realizado (N+2 .. N+5)	Investimento contratual não realizado (>N+5)
dezembro 2024 (EVEF 2001)	43 962 525	34 490 429	4 347 713	0	498 798	4 625 585	0
dezembro 2024 (Extra EVEF)	21 422 189	0	5 037 372	0	14 300 817	2 084 000	0
	65 384 714	34 490 429	9 385 085	0	14 799 615	6 709 585	0

Em 2024, a AdSA obteve aprovação do Concedente e contratualizou investimentos não previstos no EVEF em vigor, mas necessários ao equilíbrio da concessão, no montante global de 21.422.189 euros.

33. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E REVISÃO LEGAL

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da AdSA em 31 de dezembro de 2025 foram os seguintes:

	ROC/Auditoria	Consultoria Fiscal	Outros Serviços	31.12.2025
Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	15 946	-		15 946
	15 946	-	-	15 946

Para o mandato de 2023-2025 (exercícios 2024 e 2025), e na sequência da Deliberação Social Unânime por Escrito de oito de maio de 2024, foi eleita a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Deloitte & Associados, SROC, S.A., como Fiscal Único, representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC n.º 1496, e pelo suplente, João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC n.º 1129.

Em 2025 estão considerados doze meses (1.186,47 euros/mês) acrescidos das despesas, no montante de 1.708 euros, o que perfaz o montante anual de 15.946 euros.

34. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pela AdSA não relevados no balanço, apresenta-se do seguinte modo:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem € 35.180.215, que atualizados à taxa de inflação perfazem € 43.962.525, dos quais € 40.059.731 já se encontram realizados (DUI € 36.796.823, tangíveis € 188.458 e em curso € 3.109.747).

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, que ascende a € 26.689.946, destacam-se os seguintes:

Fornecedor	Descrição	Valores Por Faturar (€)
FCC CONSTRUCCION S.A.	Empreitada de Execução da Conduta Adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos	9 559 697
SUBMERCÍ	Empreitada de Execução do "Emissário da Petrogal à Bacia da ZIP3 e Duplicação da Bacia da ZIP3"	3 045 437
ECODEAL	Gestão de Resíduos do Sistema de Água Residual de Santo André	2 674 157
SUBMERCÍ	Empreitada de manutenção e reparação de roturas e avarias na rede de distribuição de água de santo andré	1 835 149
	Aquisição de energia elétrica - estimativa ano 2026	1 111 321
JOMARLIMPA	Prestação de serviços de Limpezas Industriais	771 015
APA	Recursos hídricos	686 699
SADIBRITAS	Aluguer de Equipamentos Mecânicos para o RESIM	339 655
GRANDALVO-ETT	Aquisição de serviços de trabalho temporário para AdSA	339 395
M.SANTOS & IRMÃO, LDA	Limpeza e Higienização das Instalações da AdSA	258 706
ADPN - ENGENHARIA E MANUTENÇÃO, LDA	Aquisição de Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da "Empreitada de Manutenção e Reparação de Roturas e Avarias na Rede de Distribuição de Água de Santo André"	241 116
AGUAS PORTUGAL SGPS S.A.	Serviços Administração Gestão Estimativa 2026	240 000
INSTITUTO DE SOLDADURA E QUALIDADE	Colheita, Transporte e Análises Físico-Químicas, Microbiológicas e Fitoplancónicas para controlo de Qualidade da Água nos Subistemas de Água de Abastecimento, Água Residual e Resíduos Industriais	223 696
FCC MEIO AMBIENTE, S.A.	Desmatção, Desarborização e Jardinagem nas Infraestruturas da AdSA	191 001
ADP VALOR - SERV AMBIENTAIS S.A.	AT Remodelação ETA Morgavel	189 860
SAPEC - QUIMICA, SA	Sulfato de alumínio 8,2% - Lote 3	189 000
TERRAPLANAGENS DE ANTAS, LDA	Aquisição de Serviços para "Remoção de Algas no Canal de Ermidas e Regularização da Linha de Água - Sistema de Morgavel"	179 305
PROSPECTIVA	Aquisição de Serviços para "Apoio técnico na gestão de projetos e empreendimentos da AdSA	170 100
ADP VALOR - SERV AMBIENTAIS S.A.	C/201-4180-001 - AT Estudos SAAI	155 681
ADP VALOR - SERV AMBIENTAIS S.A.	Execução das Subestações em alta tensão e redes de média tensão privadas na captação de ermidas, ETA de Morgavel, Monte Cãos e ETAR de Ribeira de Moinhos	145 000
SOCIEDADE PORTUGUESA DO AR LIQUIDO	Aluguer de Sistema de Injeção de Oxigénio de Alto Rendimento	143 955
		22 689 946

35. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LOCAIS

Art.º 397º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Relativamente aos seus administradores, a AdSA, não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

A AdSA, não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21º DO DECRETO-LEI N.º 411/91 DE 17 DE SETEMBRO

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2025, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde o final de janeiro e no mês de fevereiro de 2026, o território de Portugal continental tem sido sucessivamente afetado por várias depressões meteorológicas – fenómeno comumente designado por “comboio de tempestades” – entre as quais se destacam a Ingrid, o Joseph, a Kristin, o Leonardo e a Marta. Estes fenómenos provocaram episódios de precipitação intensa, ventos fortes e agitação marítima significativa, resultando em cheias, deslizamentos de terras, falhas de energia e de telecomunicações.

Esta sucessão de eventos climáticos extremos provocou danos significativos em praticamente todo o território continental, afetando múltiplos domínios, infraestruturas e equipamentos, com impactos consideráveis na operacionalidade dos sistemas de abastecimento e de saneamento. Em particular, a depressão Kristin – já classificada pelo IPMA como a “mais forte de sempre” em Portugal – deixou um rasto de destruição nas infraestruturas, instalações e equipamentos de adução, distribuição de água e drenagem de águas residuais. Os efeitos adversos estenderam-se ainda à interrupção do fornecimento de energia elétrica e de telecomunicações, agravando a complexidade da resposta operacional.

Para assegurar a continuidade do serviço e mitigar os impactos, foram e estão a ser implementadas diversas soluções provisórias com gastos acrescidos que incluem o transporte de água por auto-tanques, a alimentação elétrica por geradores, reforço no consumo de reagentes para tratamento de águas assim como uma mobilização contínua e extraordinária das equipas, entre outros. Estas medidas visam garantir, dentro do possível, a continuidade da operação dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais geridas pelo Grupo AdP, apesar das condições excecionais verificadas.

Foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 52/2026, de 16 de fevereiro, que altera o Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio que atribui à Águas de Santo André a concessão da exploração e da gestão do sistema de abastecimento de água (gerindo de forma integrada origens não convencionais, como a água do mar e a água para reutilização), de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, face aos desafios de escassez hídrica e à necessidade de reconfiguração do sistema para promover a sustentabilidade ambiental e a resiliência hídrica das atividades industriais, agrícolas e turísticas da zona de influência da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

37. OUTROS ASSUNTOS

Em 2025 a AdSA não solicitou adiamentos, reestruturações ou outro tipo de alterações aos compromissos quer sejam contratualizados ou não, com os seus credores e fornecedores, nem antecipa vir a solicitar.

O Conselho de Administração,

Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmento Ramalho
(Presidente Executivo)

Simone Ferreira Pio
(Vice-Presidente Executiva)

Rui Miguel da Silva André
(Vogal Executivo)

A Diretora Financeira

O Contabilista Certificado

Branca Gabriela Malho Lima

Marisa Isabel Pereira do Carmo

Vila Nova de Santo André, 11 de março de 2026

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas de Santo André, S.A. (“Entidade”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 69.808.237 Euros e um total de capital próprio de 33.091.681 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 221.688 Euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas de Santo André, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de março de 2026



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106



ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ, S.A.

CERCA DA ÁGUA | RUA DOS CRAVOS | 7500-130 VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ

TELEFONE: 269 708 240 | WWW.ADSA.PT | GERALADSA@ADP.PT

